CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

diretores:
ÁLVARO VIEIRA PINTO
ÊNIO SILVEIRA

Vol. 17

desenho de capa:
EUGÊNIO HIRSCH

Exemplar № 09149

Direitos desta edição reservados à
EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1963

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

EDOUARD BAILBY

QUE É O IMPERIALISMO?

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

UNIDADE IFCH
N.º CHAMADA 330.12
B15q
V. EX. 1
TOMBO BC/ 269823
PROC.
C D X
PREÇO
DATA
Nº CPD 000237041

OBRAS DO AUTOR

"Berlim entre duas Alemanhas"
Edição Leitura, Rio de Janeiro, 1962

"Conteurs Brésiliens"
Revista Branca, Rio de Janeiro, 1958 (tradução)

"Introduction au Journalisme Contemporain", de Danton Jobim
Librarrie Nizet, Paris, 1957 (tradução)

"Cours de Français"
Rádio Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1953

ÍNDICE

A Exploração do Homem 9
Do Capitalismo ao Imperialismo 17
As Primeiras Contradições 28
A Divisão do Mundo 43
A Segunda Guerra Mundial 54
O Imperialismo de Hoje 71
Ajuda ao Exterior 89
O Caso da América Latina 106
Aonde Vai o Imperialismo? 130

I

A EXPLORAÇÃO DO HOMEM

O imperialismo não é fantasia da nossa imaginação. É uma realidade, uma lei implacável da história, que se manifesta sob as mais diversas formas. Todos nós, na escola, estudamos as lutas heróicas dos povos oprimidos contra os invasores estrangeiros. Acostumamos-nos, de certo modo, a êsses avanços e recuos das nações, que ora dominam os vizinhos ora vivem subjugadas. Aprendemos que a história é feita de vencedores e de vencidos, de grandezas e de decadências. Conhecemos as epopéias dos fenícios, dos persas e dos mongóis, dos gregos e dos romanos, dos gaulêses e dos normandos. Em geral, porém, não procuramos compreender o por quê dêsses fenômenos, limitando-nos a constatar, a observar essas lutas constantes entre os homens; e concluimos, na maioria das vêzes, que elas fazem parte do nosso destino. Aceitamos, então, a inevitabilidade das guerras, numa espécie de fatalismo suicida que nos leva ao conformismo. Cruzamos os braços porque não acreditamos que o mundo possa mudar, seja por falta de convicção seja por excesso de preguiça seja, também, por desânimo. Preferimos não pensar e deixar que as coisas se resolvam por si, na esperança de que se elas se complicarem possamos adiar a solução. Falamos no futuro dos nossos filhos,

dos nossos netos, mas pensamos antes de mais nada em nossa própria existência, no confôrto material e espiritual, nos prazeres do dia a dia. O principal é que evitemos a guerra agora; pouco importa que ela tenha de estourar mais tarde, daqui a dez, vinte ou trinta anos. É o raciocínio do comum dos mortais. Que adianta rebelar-se? Todos nós temos de morrer; a guerra, também, é uma fatalidade. Queremos, isto sim, que ela se esqueça de nós, que as bombas caiam ao lado, que as balas das metralhadoras sejam apenas um eco da batalha, que o sangue derramado seja o sangue dos heróis, dos privilegiados, para que na hora da vitória possamos comemorar o acontecimento. E, no entanto, como podemos aceitar que milhões de criaturas humanas, as outras, sejam aniquiladas, em nome da soberania territorial, da independência, da superioridade racial, da civilização? Como se fôssemos espectadores involuntários, ávidos de sensações ou cansados de atos rotineiros...

Em verdade, ninguém tem o direito de permanecer indiferente nem pode declarar-se neutro. A senhora Carrar, também, não queria que seus filhos participassem da luta entre republicanos e franquistas na Guerra Civil da Espanha; fêz tudo para que nada lhes acontecesse. A sua derrota é uma das mais belas páginas da obra teatral de Brecht. No que respeita ao imperialismo, a mesma opção se apresenta a todos nós. Não se trata de saber se queremos ou não queremos ficar à margem dos acontecimentos. Êles nos envolvem de qualquer maneira, contra a nossa vontade ou com o nosso consentimento. O problema, pois, consiste em saber de que lado nos colocamos. Sem subterfúgios, sem hesitações. E para isso não podemos fugir à obrigação de conhecer o mal que nos atormenta, a fim de que dêle tomemos consciência. O imperialismo é mais do que um fenômeno; é uma fôrça avassaladora que arrasa tudo no seu caminho. Como reconhecê-lo? Como combatê-lo? São as duas perguntas que fazemos. Responder a elas é responder ao futuro da Humanidade.

Imperialismo

A História sempre conheceu as guerras de conquistas e, de certa forma, já existia nos tempos antigos uma espécie de imperialismo. Roma foi um exemplo concreto do que estamos afirmando. Na verdade, porém, o imperialismo começou a assumir feições características, em fins do século XIX, quando surgiram as primeiras grandes nações industriais. Foi nessa época que o mundo começou a perceber o perigo dessas fôrças políticas e econômicas, empenhadas em expandir-se pelos cinco continentes, fôrças cujas contradições internas iriam gerar, posteriormente, a Primeira Guerra Mundial. Descobriu-se, então, que o imperialismo era a conseqüência lógica de todo um processo que se verificara ao longo dos séculos, que não constituia fenômeno ocasional e sim a manifestação de uma lei do desenvolvimento das relações comerciais. Por que esta observação ou, melhor dito, esta conclusão? Nada neste mundo é produto do acaso; tudo tem a sua razão de ser dentro do sistema geral do universo. O mesmo acontece com o gênero humano, produto do meio no qual nasce, vive e morre.

A Humanidade conhece três formas de exploração do homem pelo homem: escravista, feudal e capitalista. Não se pode analisar a História sem aceitar êste princípio básico, científico, apoiado em fatos reais. Estas três formas de exploração correspondem a três épocas fundamentais da Humanidade, embora os limi-

tes entre elas não se apresentem simultâneos em tôdas as regiões. Ainda hoje, em certas regiões do globo terrestre, inclusive na América Latina, há sêres humanos, verdadeiros escravos, que vivem num estado semi-feudal, completamente alheios às conquistas da civilização. São ilhas de atraso e miséria em pleno coração do século XX. Em têrmos gerais, porém, a história do gênero humano se processou segundo leis bem definidas, passando por várias etapas decisivas. A Revolução Francesa de 1789 foi a primeira delas, porque assinalou o fim de uma era, o feudalismo, e o início de outra, o capitalismo contemporâneo. A Revolução Russa de 1917 foi a segunda etapa. Surgiu um nôvo sistema sôbre a face da Terra, o socialismo, libertando as massas trabalhadoras do domínio da burguesia. As revoluções que se seguiram ou os movimentos de libertação nacional, especialmente nas regiões subdesenvolvidas, não foram mais do que a conseqüência dêsses dois grandes acontecimentos da História.

Burguesia

Como passaram os homens do regime feudal para o regime capitalista? Entre um e outro sistema transcorreram mais ou menos quatro séculos durante os quais as formas de produção se modificaram gradativamente. Na Idade Média, eram os senhores feudais os verdadeiros donos da terra, eram êles que possuiam os meios de produção e tinham propriedade limitada sôbre os servos. Foi nessa época que nasceu a burguesia, que iria constituir, posteriormente, os alicerces do capitalismo. De que modo surgiu ela do feudalismo? O excedente de produção deu nascimento, no século XII, às primeiras feiras na Europa Central e na Europa Ocidental e, por via das conseqüências, a uma

classe especializada na venda e na compra das mercadorias. Muito contribuiu para o crescimento dessa minoria privilegiada o papel das Cruzadas ao abrir o caminho do Mediterrâneo. Enriqueceram-se as Repúblicas Italianas, os Países-Baixos. Surgiram grandes fortunas acumuladas com o comércio e apareceram, então, os primeiros banqueiros, como classe, na cidade de Florença, principalmente. Em fins do século XV, as grandes descobertas aceleraram o processo de concentração das riquezas nas mãos de grandes famílias do Velho Mundo. Poderosas famílias burguesas, como os Medicis, tornaram-se os verdadeiros senhores da época, recebendo monopólios dos reis em troca de apoio financeiro. As descobertas marítimas, o afluxo dos metais preciosos, a Reforma, a mobilização de capitais na forma de depósitos nos bancos, as ações das primeiras companhias, inauguraram a biografia moderna do capitalismo, isto é, dos tempos atuais. Os anos que se seguiram à formação e ao desenvolvimento da burguesia e à criação do grande capital, assinalaram a existência de nações sucessivamente preponderantes e de economias alternadamente preponderantes. Na última década do século XIX, estava terminada a formação do sistema capitalista de economia mundial, iniciando-se, então, a fase imperialista, a derradeira, antes do advento do socialismo na Rússia.

Lei da Mais-Valia

Como definir o capitalismo? Na circulação mercantil simples, o produtor vende a sua mercadoria para adquirir outra mercadoria. A meta final dessa circulação consiste em satisfazer necessidades fundamentais do homem. Muito diferente é o processo de circulação, quando a mercadoria adquirida tem por objetivo a

venda e não apenas as necessidades individuais. Ora, comprar para vender só tem sentido quando do conjunto da operação se obtém uma soma de dinheiro maior do que a soma inicialmente investida. Em outros têrmos, quem compra para vender o faz para vender mais caro. A êste aumento da soma inicial dá-se o nome de capital. Como pode, então, o proprietário do dinheiro, isto é, o capitalista, obter da circulação de mercadorias um valor mais elevado do que no início? Karl Marx respondeu à pergunta: a criação ou o acúmulo de capital é possível porque o proprietário do dinheiro encontra no mercado uma mercadoria muito particular que, ao ser consumida, dá origem a um valor nôvo. Essa mercadoria é o que se chama a *fôrça de trabalho*. Vamos simplificar o nosso pensamento com um exemplo: um operário precisa de seis horas de trabalho, digamos, para se sustentar a êle e a sua família, mas trabalha doze. Que acontece? As seis horas de trabalho necessárias a seu sustento constituem o "tempo de trabalho necessário"; as outras seis constituem o "tempo de trabalho complementar", ou *mais-vàlia*. Nestas condições, a mais-valia é o valor criado pelo trabalho do operário além do valor de sua fôrça de trabalho, e que o capitalista adquire a título gratuito.

O que interessa ao capitalista, isto é, ao homem que possui o dinheiro, não é a produção de meios de produção em si e de artigos de consumo mas sim o máximo de *mais-valia*. Para alcançar êsse objetivo, tem forçosamente de explorar a classe dos assalariados; só assim poderá manter e aumentar o seu dinheiro. Em outras palavras, o lucro capitalista é o fruto da exploração e do esgotamento da mão-de-obra. Nestas condições, o aumento da produção no sistema capitalista, ao mesmo tempo em que é expressão do progresso técnico,

é uma espécie de refúgio provisório destinado a iludir as dificuldades de venda. O aumento da produção conduz, periòdicamente, a crises de superprodução. Não dependem estas da classe dominante, da honestidade ou do trabalho de seus dirigentes; constituem, na verdade, a própria essência do sistema ou, melhor dito, sua contradição fundamental. Os progressos da grande indústria mecanizada, da agricultura e das outras esferas da economia tornam necessário um número cada vez menor de trabalhadores para a produção da mesma quantidade de produtos. Vemos, então, que no desenvolvimento do capitalismo a parte do capital investido em meios de produção tem de crescer ao passo que a parte investida na fôrça de trabalho vai diminuindo. E isto é possível porque as relações capitalistas são essencialmente *relações de exploração*. Não se pode compreender o que é o capitalismo sem compreender esta verdade fundamental, a saber, que o sistema capitalista é o sistema da exploração do homem pelo homem e que êste sistema acumula nas mãos de uma minoria recursos cada vez maiores para exercer melhor o seu domínio.

Com o desenvolvimento crescente das fôrças produtivas, o capitalista está capacitado a jogar no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias a preços cada vez mais baixos. Agrava-se a concorrência, arruinam-se os pequenos e médios proprietários privados, e acumula-se, aos poucos, nas mãos de um pequeno número de capitalistas — os monopólios — a riqueza nacional, paralelamente ao empobrecimento progressivo das massas. Tôdas estas camadas, cuja importância numérica não cessa de aumentar à medida que se acumula o capital nas mãos de uma minoria de exploradores, têm seu poder de compra consideràvelmente reduzido, o que tende a gerar crises econô-

micas. Simplificando: no regime capitalista a produção está subordinada aos lucros da minoria.

Numa fase inicial, o capitalismo teve caráter liberal, cumprindo a burguesia um papel progressista no desenvolvimento da sociedade. Foi ela que se colocou à frente da luta contra as relações de exploração feudais. Em busca de benefícios e espoliada pela competição, conseguiu dar poderoso impulso às fôrças produtivas. Mas, à medida que as contradições do capitalismo se foi aprofundando, a burguesia se transformou, aos poucos em classe reacionária.

II

DO CAPITALISMO AO IMPERIALISMO

A passagem do capitalismo liberal para o capitalismo de monopólio, isto é, o imperialismo, foi o acontecimento marcante do fim do século XIX e do princípio do século XX. A livre concorrência, provocou a absorção dos mais fracos pelos mais fortes, nascendo daí as oligarquias financeiras. Constituiram-se assim os monopólios, poderosas feudalidades econômicas e financeiras, cujos tentáculos se estendem hoje por tôdas as partes do mundo. Os bancos, os trustes e os cartéis criam uma estreita interdependência entre os diversos ramos da produção. Numa palavra, todo o processo da produção adquire caráter social. Crescem os monopólios e multiplicam-se as crises. Cresce a fôrça da classe assalariada e unem-se os patrões. É a luta permanente, feroz que se trava dentro do grande sistema do século, em pleno apogeu, é verdade, mas justamente por isso anunciando sua fase final. O capitalismo monopolista está, pois, em posição permanente de agressor dos povos: é o imperialismo.

Vimos no capítulo anterior como a industrialização, a criação de novas relações sociais, a modificação das formas de produção e a ascensão da burguesia

modelaram no curso dos séculos o capitalismo como sistema de exploração do homem pelo homem. O imperialismo é a última fase do capitalismo. Por quê? Nesta fase, que é a atual, os monopólios, nascidos da concentração do capital, desempenham papel decisivo na vida econômica. O monopólio é a associação ou aliança de capitalistas, que reune em suas mãos a produção e a venda de parte considerável dos artigos de um ou vários ramos da economia. O monopólio possui formidável fôrça econômica e, graças à posição predominante na vida dos Estados, tem a possibilidade não só de estabelecer preços elevados para seus produtos e aumentar consideràvelmente os lucros, em detrimento das classes trabalhadoras, como também de controlar a máquina administrativa, por meios diretos ou indiretos, exercendo decisiva influência nos assuntos políticos. O monopólio não é apenas um agrupamento de capitalistas dirigido contra os operários; é também e, sobretudo, um Estado dentro do Estado, não hesitando em sacrificar os verdadeiros interêsses do povo para satisfazer os seus.

O trampolim que serviu ao advento do imperialismo foi, portanto, o enorme incremento da concentração da produção, isto é, o aumento das fôrças das grandes companhias no conjunto das empresas e no total da produção. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1919, as emprêsas com mais de 500 operários formavam 1,1% do total e nelas trabalhavam um pouco mais de 30% de todos os operários do país. Durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos que se seguiram, o processo de concentração se acentuou ainda mais. Assim, em 1957, 500 grandes companhias constituiam 0,4% do total das emprêsas, com 55,3% da produção geral e 71,4% dos benefícios.

O Truste de Pio II

As formas principais dos agrupamentos monopolistas são o cartel, o sindicato patronal, o truste e o consórcio. Nos Estados Unidos, principal nação imperialista do mundo atual, os trustes são a forma predominante e característica dos monopólios. São êles o produto do extraordinário crescimento de algumas emprêsas, da fusão de várias companhias e da absorção das menos importantes pelas mais poderosas. Não se pode afirmar que os monopólios, ou os trustes, tenham nascido em fins do século XIX. Vários séculos antes de Jesus Cristo, os fenícios já monopolizavam o comércio dos cereais, dos metais preciosos. Em sua obra "Política", Aristóteles fala num banqueiro de Siracusa que controlava todos os minérios de ferro da Sicília e também os preços do mercado. Foi no início do século XIV que surgiu o primeiro cartel internacional, quando as minas de sal de Aigues-Mortes, no Sul da França, que pertenciam ao rei Felipe, constituiram com as de Provença, de Carlos II, rei de Nápoles, um órgão central de vendas: a famosa sociedade *Communis Venditionis*. Muito significativo foi no século XV o caso que se deu entre o Papa Pio II e os Turcos, exemplo concreto do poderio econômico da Igreja. Em 1461, foram descobertas nos Estados Pontificais ricas jazidas de alume cuja exploração foi confiada pelo Santo Padre a uma sociedade privada, a *Sociedade Alumínio,* que, após acôrdo com a família burguesa dos Medicis, obteve o monopólio da venda. Naquela época, os turcos tinham entre as mãos o mercado europeu do alume. O problema consistia, pois, em expulsar os turcos do Velho Mundo. Pio II não hesitou: declarou *ex cathedra* que os turcos eram heréticos, proibiu aos católicos que fizessem comércio com êles e au-

torizou os navios de sua companhia marítima a atacar os navios turcos para apoderar-se da carga, dando-lhes a terça parte das mercadorias. O Papa assinou diversos acordos com outros países da Europa, elevou os preços do alume e controlou o mercado. Posteriormente, nos séculos XVI e XVII, nasceram outros cartéis do mesmo gênero em tôda a Europa. O rei da pimenta do Reno foi durante alguns anos um mercante de Augsburgo, na Alemanha, Conrad Rott, que, graças aos acordos assinados com o rei de Portugal, constituiu uma companhia especial. Mas foi realmente no século XIX que surgiram os monopólios com caráter imperialista. A descoberta de novas fontes de energia, a exploração dos novos continentes, o incremento das relações internacionais, a abundância dos capitais modificaram por completo as bases da economia e das finanças. Foi assim que nasceram os trustes modernos.

Monopólios Norte-Americanos

Foi nos Estados Unidos, hoje a principal potência imperialista do planeta e a mais poderosa de tôdas, que a batalha dos trustes assumiu caráter mais violento e espetacular. Durante o período colonial, as grandes fortunas provinham principalmente do comércio. Em fins do século 19, porém, a especulação se fêz sôbre os meios de transporte. É conhecida a história de Cornelius Vanderbilt que, em quinze anos, conseguiu ganhar 90 milhões de dólares, numa época em que um operário ganhava 350 dólares por ano. Era dono de estradas de ferro e de várias companhias de navegação. Quando morreu, em 1877, sua fortuna subia a 105 milhões de dólares! Deixou 90 milhões a seu filho mais velho, William H. Vanderbilt, que iria fundar a "Standard Oil Co." com Rockfeller. Com 146 mil empregados, vendas

calculadas em 7.910.659 mil dólares e benefícios oficialmente estimados em cêrca de 630 milhões de dólares, a "Standard Oil" é a segunda companhia dos Estados Unidos, após a "General Motors" com lucros de 873 milhões (Revista "Fortune", julho de 1960). A primeira grande onda de fusões e absorções deu-se nos Estados Unidos entre 1879 e 1903 e trouxe consigo o aparecimento de monopólios formidáveis, como a "United States Steel Corporation" e a "General Electric Co", da família Morgan. A "United Steel", com um capital de um bilhão de dólares, deu aos Morgans o monopólio do aço; hoje é a quinta corporação industrial dos Estados Unidos, com lucros líquidos de 255 milhões de dólares por ano; a "General Electric" vem logo antes, com mais de 280 milhões de dólares. O imperialismo, portanto, é a fase monopolista do capitalismo. Isto não significa que desapareça a luta entre as emprêsas; pelo contrário, ela se torna mais encarniçada. Por outro lado, a progressiva concentração da produção produz a socialização acelerada desta mesma produção. O lugar do pequeno produtor é ocupado pelo grande. As emprêsas continuam sendo propriedade privada de determinados indivíduos ou grupos de indivíduos — os capitalistas — que visam a um só e único objetivo: lucros cada vez maiores. Assim, a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada de seus frutos pelos capitalistas aumenta até o extremo limite. Paralelamente à concentração de produção, ocorrem a concentração e a centralização do capital bancário. De modestos intermediários, os bancos se transformam em monopólios poderosos. Aos poucos processa-se a fusão do capital monopolista do banco e da indústria, dando origem ao capital financeiro.

Progressivamente, portanto um reduzido grupo de magnatas, converte-se em oligarquia financeira e se apo-

dera geralmente através as sociedades anônimas, das posições-chaves na economia. Nos Estados Unidos, Rockefeller, por exemplo, com ações no valor de 3.500 milhões de dólares, controlavam, em 1956, companhias cujo capital era estimado em 61.000 milhões. Os Du Pont, por sua vez, controlavam 16.000 milhões com pouco mais de 4.500 milhões de dólares em ações, isto é, um capital muitas vêzes superior ao de suas próprias ações. É esta uma das características essenciais do imperialismo: o predomínio do capital financeiro sôbre os demais ramos da economia. O domínio do capital financeiro explica como reduzido número de potências imperialistas passa a exercer seu domínio sôbre todo o mundo capitalista. Instrumento importante dêsse domínio é a exportação de capitais. Entende-se por exportação de capitais investimento de dinheiro no exterior com o fim de adquirir a mais-valia criada pelos trabalhadores do outro país. A situação exclusivista de reduzido número de nações imperialistas, as mais desenvolvidas, nas quais a acumulação de capitais alcança proporções gigantescas, faz com que nelas apareça enorme "excedente", impossibilitado de ser reinvestido no país de origem em condições bastante vantajosas. Em geral, os capitais são inicialmente exportados para as regiões atrasadas, as colônias e os países dependentes, não-autônomos, onde os lucros costumam ser altos, pois os capitais nacionais são raros, o preço da terra relativamente baixo, os salários miseráveis e as matérias-primas baratas. Assim, por exemplo, em 1955, mais de 75% de todos os lucros da "Standard Oil" foram obtidos de seus investimentos diretos nos países subdesenvolvidos, entre os quais os da América Latina. Uma das características mais interessantes dêste século, entretanto, é que a exportação de capitais se faz, também, para as "velhas" nações capitalistas. Cêrca de 40%

de todos os lucros da "International Harvester" (companhia americana de maquinaria agrícola) provieram, em 1956, de operações no exterior, especialmente na Europa Ocidental. São enormes os investimentos dos monopólios dos Estados Unidos na Grã-Bretanha, Alemanha Federal e França!

As vêzes, também, a exportação de capitais pode obedecer a considerações políticas, forma esta, aliás, muito comum desde a II Guerra Mundial.

Esferas de Influência

Antes de 1914, os principais países exportadores de capitais eram a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha. No período compreendido entre as duas guerras, porém, os Estados Unidos passaram a ocupar o primeiro pôsto. Atualmente os investimentos norte-americanos no exterior ultrapassam os investimentos e créditos de todos os demais países do mundo capitalista. Resulta daí a disputa acirrada entre as potências imperialistas para dividir suas esferas de influência. O Mercado Comum Europeu é um exemplo concreto dessa luta entre as nações capitalistas da Europa e os Estados Unidos. As esferas de influência conduzem lògicamente à formação de monopólios internacionais, entre vários países, os quais se põem de acôrdo sôbre a partilha das mercadorias, os preços e o volume de produção.

Ao mesmo tempo em que se processa a divisão econômica, as potências imperialistas procedem a divisão territorial do mundo. Foi assim que de 1876 a 1914, isto é, no período em que apareceram e se desenvolveram os monopólios, o império colonial da Inglaterra, Rússia, França, Alemanha, Estados Unidos e Japão aumentou de 25 milhões de kms2, o que equivalia a mais da metade do território das metrópoles. Três

dessas potências — Alemanha, Estados Unidos e Japão — não tinham colônias, em 1876, e as da França eram muito reduzidas. Em 1914, entretanto, essas quatro potências possuiam territórios ultramarinos num total de 14 milhões de kms2 ou seja mais da metade de tôda a Europa! O exemplo é significativo de como a formação dos grandes monopólios leva-os a se mostrarem cada vez mais agressivos.

É interessante lembrar a propósito que, às vésperas da I Guerra Mundial, as seis grandes potências ocupavam, com suas colônias, 81,5 milhões de kms2 dos quais 65 milhões de kms correspondiam às suas possessões. Quanto aos 52,4 milhões restantes, 14,5 correspondiam às semicolônias (China, Persia e Turquia) e 9,9 às colônias dos pequenos Estados (Bélgica, Países-Baixos, Dinamarca etc...) Em 1914, portanto, quando o poder dos monopólios se havia consolidado inteiramente nos principais países imperialistas, as colônias e semicolônias ocupavam 89,4 milhões de kms2 ou seja dois terços de tôda a superfície habitada da terra. Êstes dados dão bem a medida dos resultados alcançados pelo imperialismo em sua política expansionista. Interessa ao capital financeiro não só as fontes já descobertas como também as que pode encontrar. As terras que hoje parecem inúteis podem ser aproveitadas com os novos métodos de exploração agrícola e industrial. Daí o interêsse das grandes nações capitalistas em fazerem investimentos nas regiões subdesenvolvidas da América Latina, onde esperam ter condições propícias a um rápido aumento de lucros. É um problema que estudaremos em detalhes em outro capítulo.

Às vésperas da I Guerra Mundial, os capitais investidos no exterior davam à Grã-Bretanha uma renda cinco vêzes superior à renda de seu comércio externo.

Atualmente, o país do mundo capitalista que realiza maiores trocas comerciais são os Estados Unidos.

Uma vez donos da economia, os monopólios aspiram a estender o domínio ao campo da política, colocando a seu serviço o aparelho estatal. Sob o capitalismo premonopolista, à democracia burguesa satisfaz o capital como forma de dominação política. Sob o imperialismo as coisas mudam. Reação característica dessa situação é o advento do fascismo, que não é mais do que a ditadura terrorista da burguesia monopolista e dos latifundiários. Sinais do avanço do imperialismo pelo caminho reacionário são a militarização da vida econômica e política, o incremento da influência da Igreja e o desenvolvimento do racismo. Haja visto o exemplo do Terceiro Reich!

Crise do Capitalismo

Com o extraordinário progresso da técnica e o aparecimento dos monopólios, em fins do século 19, o imperialismo teve os meios necessários à sua expansão. Os países que entraram mais tarde no caminho do desenvolvimento capitalista aproveitaram os resultados já alcançados e industrializaram-se mais depressa. É o que está acontecendo, ainda agora, com as nações subdesenvolvidas. O resultado de todos êsses fenômenos é o avanço a largos passos de alguns países e a estagnação de outros. A velha distribuição das colônias e esferas de influência deixou de corresponder à nova correlação de fôrças. No início do século, os países que se colocaram na frente escolheram o caminho da luta armada para proceder à redistribuição do mundo e, por via das conseqüências, à redistribuição dos lucros. Êsse fenômeno veio a acentuar de modo extraordinário as contradições entre os países imperialistas, debi-

litando-os e provocando a ruptura de vários elos da cadeia. A desigualdade no desenvolvimento econômico durante a fase do imperialismo está ligada à desigualdade de desenvolvimento no plano político, isto é, ao amadurecimento desigual das premissas políticas para o triunfo da revolução.

Em sua fase final, que é o imperialismo, o capitalismo entra inevitàvelmente numa crise geral, que pode caracterizar-se por altos e baixos; o desenlace, porém, será fatal. Não depende dos homens ou dos filósofos modificar as coisas para deter essa marcha fatídica. As crises constituem, com efeito, o vício orgânico do sistema. Hoje, os países-membros do Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos estão atravessando uma era de prosperidade e, aparentemente, nada abalará seu desenvolvimento. Amanhã, porém, como já ocorreu entre as duas guerras mundiais, o aumento da produção e a paralela redução dos mercados, além de outros fatôres decisivos, como a liberação econômica dos países subdesenvolvidos, darão nascimento a nova crise, com falências, desemprêgo em massa, distúrbios revolucionários etc...

De crise em crise, o imperialismo acabará sucumbindo sob o pêso de suas próprias riquezas e de suas próprias contradições. A Primeira Guerra Mundial acelerou o processo de conversão do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista do Estado, isto é, os trustes passaram a dominar completamente a vida da Nação. A Segunda Guerra Mundial deu formação ao poderoso campo socialista, como sistema universal em potencial, e desencadeou o processo de libertação das colônias. Reduziu-se, por via das conseqüências, a área de domínio ou de influência do imperialismo. Hoje, as potências industriais do "mundo livre", especialmente os Estados, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha Federal e o Japão, têm de suportar as conseqüências das transformações radicais ocorridas no mundo, nos últimos vinte anos, sem poder lançar mão de seus velhos métodos de conquista e opressão.

É porque sabem que o fim se aproxima inevitàvelmente e que o curso da História é irreversível que as potências imperialistas procuram desesperadamente salvar o que ainda lhes resta. Limitados entretanto, são seus recursos; com a existência do socialismo, a guerra mundial deixou de ser inevitável e, assim sendo, deixaram de existir certas condições fundamentais para sua política agressiva. No ano de 1963, o desembarque dos "marines" em qualquer ponto do universo é um rico que pode significar, nada mais nada menos, do que o desmoronamento do próprio sistema capitalista. É como o doente que tem momentos de lucidez e energia para refazer suas fôrças, mas que caminha sem recursos para o desenlace fatal.

III

AS PRIMEIRAS CONTRADIÇÕES

Antes de ter início a crise geral do capitalismo, as guerras apresentavam caráter local. Assim foi a guerra hispano-americana de 1898, que terminou com a derrota da Espanha e a entrega de algumas de suas colônias aos Estados Unidos. O mesmo ocorreu com a guerra de 1899 a 1902 entre a Grã-Bretanha e o Transval, que culminou com o esmagamento dos bôeres. A Primeira Guerra Mundial foi a primeira manifestação do imperialismo no mundo ou, antes de suas contradições e de suas rivalidades. Como surgiu ela?

O período de desenvolvimento relativamente pacífico do capitalismo encerrou-se em fins do século XIX. Em 1900 exatamente, estourou a primeira guerra do século XX. Foi na China, onde as potências européias saqueavam tranqüilamente as riquezas do país. Uma sociedade secreta, chamada "Ihetsuang" (os "boxers"), organizou um levante armado contra o opressor estrangeiro. A luta durou pouco tempo e sete países — Japão, Rússia, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha — esmagaram a insurreição popular. Exigiram, então, uma indenização de 325 milhões de dólares e aumentaram as suas esferas de influência, atribuindo-se novas concessões territoriais. O imperialismo já dava os primeiros sinais de sua existência no continente asiático.

Aliança Franco-Britânica

As principais contradições do imperialismo iriam manifestar-se, porém, na Europa, onde a Grã-Bretanha e a Alemanha eram as duas principais potências da época. Não só os inglêses, aliás, mas os franceses e os russos temiam a expansão dos alemães. Em 1904, a Grã-Bretanha tomou a iniciativa de se aproximar da França e no mês de abril os dois países assinaram uma aliança, que punha fim a tôdas as suas disputas coloniais. A "Entente Cordiale" estabelecia o seguinte: a França reconhecia a posição dominante da Grã-Bretanha no Egito e, em troca, a Grã-Bretanha comprometia-se a não atrapalhar os planos da França no Marrocos. Ambas as potências concordaram em ceder à Espanha a faixa costeira setentrional do Marrocos e, por outro lado, dividiram o Sião, hoje Tailândia, em zona de interêsses franceses e zona de interêsses britânicos. Além de significar a liquidação das tradicionais rivalidades franco-britânicas, a "Entente Cordiale" era a primeira tentativa importante de aliança entre duas potências imperialistas, interessadas em deter a expansão de uma terceira potência imperialista, a Alemanha. O fato é importante pois assinala as primeiras divergências profundas no campo imperialista.

Reação da Alemanha

A Alemanha, entretanto, não via com bons olhos a consolidação do domínio franco-britânico na África e, durante a primavera de 1905, declarou que não reconhecia o acôrdo entre Paris e Londres sôbre Marrocos, reclamando a convocação de uma conferência in-

ternacional para a reconsideração do acôrdo. Um dos principais objetivos do govêrno germânico era impedir que os franceses se apoderassem daquêle território africano. A França rechaçou a pretensão da Alemanha mas acabou cedendo. Em princípios de 1906, as grandes potências reuniram-se em Algeciras, na Espanha, e concordaram em que o Marrocos era um estado independente. A França, no entanto, foi autorizada a encarregar-se da manutenção da ordem e a organizar a polícia, podendo, assim, sob o pretexto de reprimir desordens, controlar todo o país. A conferência não deu para a Alemanha os resultados esperados, mesmo porque, além de fortalecer ainda mais a "Entente Cordiale", reaproximou a Itália da França e da Grã-Bretanha, enfraquecendo, por via de conseqüências, a Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria, Itália).

Acôrdo Anglo-Russo

Outro fato importante nessa época, pois aumentou ainda mais as contradições existentes entre o imperialismo alemão, de um lado, e o imperialismo franco-britânico, do outro, foi a reaproximação da Rússia tzarista com Londres e Paris. Enfraquecidos pela guerra com o Japão (1904-1905) empenhados em reprimir a qualquer custo a revolução democrático-burguesa de .... 1905/1907, os russos precisavam de muito dinheiro e sabiam como e onde encontrá-lo. Franceses e britânicos, por sua vez, necessitavam a aliança com o tzar para deter a penetração da Alemanha no Oriente-Próximo. Foi assim que, em 1907, a Grã-Bretanha e a Rússia assinaram um acôrdo, resolvendo as suas disputas em tôrno da Pérsia, do Afaganistão e do Tibete. A Pérsia foi dividida em duas zonas de influência: a do Norte, russa, e a do Sul, inglêsa, com as duas zonas separadas por uma terceira, "neutra". A Rússia renunciou a qualquer pretensão sôbre o Afaganistão e reconheceu o protetorado inglês naquele país. Finalmente, ambas as partes comprometeram-se a não violar a integridade territorial do Tibete e a não intervir nos assuntos internos daquele país. O acôrdo anglo-russo de 1907 foi muito importante porque selou a aliança de três grandes potências imperialistas — França, Grã-Bretanha e Rússia — contra o inimigo comum que era a Alemanha. Já se esboçava, assim, o quadro geral das contradições interimperialistas.

Agadir

Alguns anos mais tarde, em 1911, surgiu a segunda crise marroquina a fim de sufocar uma insurreição das tribos daquêle país contra o sultão, as tropas francesas ocuparam a cidade de Fêz. A Alemanha decidiu aproveitar a invasão do Marrocos pela França para estabelecer bases na costa atlântica daquêle país e mandou para êsse fim a canhoneira "Paither", que apareceu de surprêsa na baía de Agadir. Os alemães exigiram uma parte do território marroquino ou uma forte compensação às expensas das possessões francesas na África. No outono, era assinado um acôrdo entre os dois países: a Alemanha reconhecia o protetorado francês sôbre o Marrocos e recebia em troca uma parte do Congo francês, limítrofe ao Camerun alemão. Evidentemente, as potências imperialistas nunca perguntaram aos países africanos se aceitavam a barganha... Pouco lhes interessava, aliás, que estivessem ou não conformes! O acôrdo de Agadir não resolveu o problema de ninguém e aumentaram ainda mais as contradições entre a França e a Inglaterra, de um lado, e a Alemanha, do outro.

Em 28 de junho de 1914, em Serajeyo, capital da Bósnia, dois nacionalistas sérvios — Princip e Gavrilovich — assassinaram o arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono austro-húngaro, esperando com seu gesto salopar o poder monárquico dos Habsburgos e libertar os iugoslavos da opressão estrangeira. O Imperador Francisco José resolveu castigar exemplarmente a Sérvia e para isso perguntou ao Kaiser Guilherme II se a Alemanha estava disposta a apoiar a Áustria-Hungria nessa emergência. A preocupação do imperador austríaco se explicava em vista do perigo de guerra generalizada na Europa. Os países da Entente, com efeito, não poderiam permanecer impassível ante a ameaça. Os alemães não hesitaram um segundo, pois achavam que era mais conveniente para as potências centrais começar a guerra em 1914 do que mais tarde, quando a Rússia e a França tivessem terminado o reequipamento de suas fôrças armadas. Chegara a hora de fazer a nova divisão do mundo!

O govêrno sérvio recebeu um ultimatum, em 23 de julho e, a conselho da Rússia, aceitou tôdas as reclamações austríacas, com exceção de uma: a entrada em seu território de funcionários austríacos cuja missão seria acompanhar o sumário no caso do assassinato de Francisco Fernando. A Sérvia preferia submeter aquela questão ao tribunal internacional de Haia. A Áustria rejeitou a nota sérvia, rompeu as relações diplomáticas e, em 28 de junho, declarou-lhe a guerra. Foi o estopim da Primeira Guerra Mundial. Em 1.º de agôsto, a Alemanha declarou guerra à Rússia e, em 3 de agôsto, à França, violando na mesma noite a neutralidade da Bélgica. Em virtude de seus compromissos e

da atitude germânica, a Inglaterra, por sua vez, declarou abertas as hostilidades contra a Alemanha.

A responsabilidade da guerra de 1914 recaiu sôbre os alemães mas tôdas as potências imperialistas tiveram a sua parte de culpa, pois tôdas esperavam tirar proveito das contradições existentes entre elas. Resta o fato, porém, que a Alemanha escolheu o momento favorável para ela, precipitando aos acontecimentos e dando assim mais uma vez a prova de que o imperialismo germânico era mais agressivo do que o imperialismo de seus adversários. Bem depressa a guerra ultrapassou os limites da Europa. O Japão considerou o momento oportuno para despojar a Alemanha de suas colônias no Pacífico, submeter a China e consolidar sua influência no Extremo Oriente. Em agôsto de 1914, o govêrno de Tóquio declarou guerra aos alemães. A Turquia seguiu-lhe o exemplo a fim de recuperar as ilhas do mar Egeu, estabelecendo um pacto com a Alemanha e declarando guerra à Rússia em fins de outubro. Em seguida, a guerra atingiu também a África, onde inglêses e franceses disputavam a posse das colônias germânicas. Estavam assim abertas várias frentes, envolvendo dezenas de países e milhões de homens.

Objetivos Imperialistas

Quais eram os objetivos reais das potências imperialistas? Os austro-húngaros desejavam consolidar seu domínio sôbre os povos oprimidos do mundo eslavo. Os alemães, por sua vez, além das colônias francesas, inglêsas e belgas, queriam dominar tôda a Europa Central, da Ucrânia à França e da Lituânia à Áustria, sendo assim os mais vorazes dos imperialistas. A Rússia almejava enfraquecer sua principal competidora, a Alemanha, e arrematar-lhe a Turquia, com vistas a

ter uma saída livre para o Mediterrâneo. A Inglaterra combatia pela sobrevivência do império colonial e pela consolidação do poder no Iraque, diminuindo ao mesmo tempo a influência germânica em tôda a Europa e nos mares. A França lutava pela reconquista da Alsácia e da Lorena, injustamente perdidas na guerra de 1871. E assim por diante. Em suma, a guerra de 1914/1918 tinha por objetivo a redistribuição do mundo entre dois grupos imperialistas principais, sendo seu principal motor o antagonismo anglo-germânico. Em maio de 1915, a Itália participou também de Entente anglo-franco-russa, esperando com isso obter algumas regiões austro-húngaras, a Dalmácia, uma parte considerável da Albânia, as províncias turcas de Anatólia e Esmirna e o aumento de suas colônias na África.

A mobilização de milhões de homens para as frentes e os serviços de guerra ocasionou escassez de mão-de-obra, além de brusca queda da produção de matérias-primas, artigos de alimentação e os de grande consumo. Os governos tiveram de submeter a economia de seus respectivos países aos interêsses da guerra. Para isso estabeleceram o contrôle do Estado sôbre a produção industrial e implantaram o regime do trabalho obrigatório. Foi assim que o capitalismo de Estado alcançou durante a Primeira Guerra Mundial seu mais alto grau de desenvolvimento, sacrificando ainda mais a classe trabalhadora.

Durante muito tempo a burguesia norte-americana manifestou-se contrária à intervenção dos Estados Unidos na guerra, pois tirava grandes vantagens econômicas e financeiras do conflito, mas à medida que a Alemanha consolidava suas vitórias aumentava ao mesmo tempo o perigo de que triunfasse o imperialismo germânico. Os Estados Unidos, então, passaram a

fornecer armas, munições e alimentos aos países da Entente.

O Japão, por seu lado, limitou-se a ocupar a possessão alemã de Kiao-Chaw, na província de Shantung, e as ilhas do Pacífico. Não prestou a menor ajuda aos países da Entente, na Europa, e tirou proveito da situação para, em 1915, apresentar à China o ultimatum considerado como o das "Vinte e uma condições". Em que consistia? O Japão exigia uma ampliação de seus podêres na Mandchúria do Sul e na Mongólia Interior Oriental. Exigia, também, que na dita zona de influência fôssem incluídas as províncias de Shantung e Fu-Tsiang e tentava conseguir que lhe fôssem transferidas as minas de carvão mais importantes da China, sôbre o rio Yang-Tsé. Finalmente — "and last bout not least" — O Japão queria que a direção das fôrças armadas, da polícia e das finanças da China fôsse posta em mãos de oficiais e funcionários nipônicos, na qualidade de "conselheiros". O jovem imperialismo nipônico procurava, em outros têrmos, subjugar totalmente a grande e nobre nação chinesa. Esta conseguiu rechaçar a pretensão dos "conselheiros", tendo, porém, que aceitar a maior parte das demais exigências de seu inimigo.

Guerra Impopular

A guerra cada vez mais impopular: ruínas, misérias, massacres, fome, tudo, enfim, aumentava a revolta das massas e as separava gradativamente das classes dirigentes. Guiada pelo partido bolchevista, a classe operária russa, unida aos camponêses, aproveitou o debilitamento do imperialismo para derrubar o tsarismo, em fevereiro de 1917. Constituiram-se em todo o país Sovietes de deputados e soldados, germes de um poder nôvo, o poder revolucionário. Durante êsses dias

turbulentos, porém, os mencheviques e socialistas-revolucionários chegaram a um acôrdo com os partidos da burguesia para formar um govêrno provisório, que passou a funcionar paralelamente aos Sovietes. Integrado por latifundiários e capitalistas, o govêrno provisório declarou que prosseguiria na guerra até o "triunfo final". Iniciou-se na Rússia a guerra civil. No resto da Europa, a burguesia compreendeu que era chegado o momento de desfechar uma grande ofensiva militar em tôdas as frentes para esmagar o adversário e evitar que o exemplo revolucionário russo se alastrasse pelo Continente. A ofensiva anglo-americana, entretanto, terminou em fracasso: durou dois meses apenas. A partir de abril, acentuou-se o descontentamento nas massas; estalaram greves na Alemanha, Áustria, Itália e França. Do ponto de vista militar, o ano de 1917 foi favorável à Quadrupla Aliança nos seus últimos meses. Com o enfraquecimento da frente ocidental, o alto comando alemão pode, com efeito, desfechar golpes mortais no sul e no leste, esmagando o Exército italiano e pondo fora de combate o Exército russo.

Revolução Russa

Foi nessa época que surgiram na Rússia acontecimentos que iriam modificar radicalmente a fisionomia do mundo. Desde os primeiros dias da Revolução de Fevereiro, os bolcheviques, liderados por Lênin, preparavam as massas para a revolução socialista. A 7 de novembro, na então capital do país (Petrogrado, hoje Leningrado), teve lugar o levante armado de operários e soldados. O govêrno provisório foi derrubado e o II Congresso dos Sovietes, instalado nesse mesmo dia, proclamou a passagem do poder para os sovietes dos deputados, operários, soldados e camponeses. Pela primeira vez na história, a direção do Estado estava em mãos do proletariado. A 8 de novembro, o Congresso dos Sovietes aprovou o célebre decreto sôbre a terra, que suprimia a apropriação e a posse da terra pelos latifundiários, elegendo ao mesmo tempo o primeiro govêrno soviético de operários e camponeses, encabeçado por Lênin. No mesmo dia, o govêrno revolucionário dirigiu-se a todos os povos e governos das potências em guerra, compondo a abertura imediata de negociações para o estabelecimento de uma paz justa. Com a cessação das hostilidades, com efeito, as fôrças revolucionárias teriam os meios imprescindíveis à consolidação de seu poder. Os países da Entente, isto é, França e Inglaterra, rechaçaram a proposta de Lênin. Os alemães, em troca, aceitaram-na.

Em dezembro de 1917, na cidade de Brest-Litovsk, foram iniciadas as negociações. A Alemanha exigiu que a Polônia, Lituânia, Curlândia e parte da Bielo-Rússia passassem para seu domínio. Lênin compreendeu que não havia outra alternativa senão aceitar as condições do inimigo: o Exército não era bastante poderoso para resistir ao agressor e as fôrças contra-revolucionárias começavam a levantar a cabeça. Trotsky e Bukárin, entretanto, eram de opinião contrária e queriam a continuação da guerra. Em 10 de fevereiro, em Brest-Litovsk, Trotsky declarou aos alemães que o govêrno soviético se negava a assinar as condições de paz propostas por êles. Êstes reiniciaram a ofensiva e, apesar da heróica resistência do Exército Vermelho, o govêrno soviético teve de assinar, em 3 de março de 1918, em Brest-Litovsk, o Tratado de Paz. A Rússia perdeu as províncias do Báltico, a Bielo-Rússia, a Lituânia, a Polônia, o Kars, na Transcaucásia, e as províncias de Ardagan e Batumi, estas entregues à Turquia. Além disso, o país comprometeu-se a pagar à Alemanha a

soma de três bilhões de rublos-ouro, a título de indenização, além de outorgar-lhe uma série de privilégios econômicos. Lênin chamou o tratado de Brest-Litovsk "uma paz desgraçada" mas o govêrno revolucionário não tinha outra alternativa.

O alto comando alemão resolveu, em meados de 1918, desfechar um ataque final contra as fôrças anglo-francesas na frente ocidental. Em 8 de agôsto, porém, os exércitos aliados, sob o comando do general Foch, puderam lançar uma contra-ofensiva, graças à ajuda em homens e armamentos dos Estados Unidos, entrados na guerra em abril de 1917, e cercaram os alemães, aniquilando integralmente num só dia dezesseis divisões inimigas. Paralelamente a essa ofensiva vitoriosa, os aliados lançaram outras ofensivas em diversas frentes. Depois do desmoronamento da Áustria-Hungria, em outubro de 1918, a Alemanha viu que era inútil resistir. Proclamada a República, o govêrno germânico assinava dois dias depois, em 11 de novembro o armistício com os aliados, comprometendo-se a entregar aos vencedores grande parte de seus armamentos, a totalidade dos submarinos, quase tôda a esquadra de guerra, a frota aérea militar, 5 mil canhões, 25 mil metralhadoras, 5 mil locomotivas, 150 mil vagões etc...

Tratado de Versalhes

Em janeiro de 1919, inaugurou-se em Paris a conferência dos países aliados para redigir o tratado de paz com a Alemanha e as outras nações vencidas. Tomaram parte na conferência 27 países, que combateram com a Entente, mas não foram convidados nem a Rússia nem as nações vencidas. O Presidente Wilson (Estados Unidos), o Primeiro-Ministro Lloyd George (Grã-Bretanha) e o "Premier" George Clémenceau (França)

traçaram as grandes linhas do mundo, cada qual procurando defender seus interêsses. Todos, porém, tinham um objetivo comum: consolidar seu domínio sôbre a Alemanha e esmagar posteriormente a revolução na Rússia soviética. Finalmente, em 28 de junho de 1919, a Alemanha teve de assinar o famoso Tratado de Versalhes! As conseqüências dêsse acontecimento foram enormes para tôda a humanidade e marcaram a fisionomia política do mundo nos anos que se seguiriam até o início da Segunda Guerra Mundial.

Na verdade, o Tratado de Versalhes foi essencialmente um tratado de paz imperialista, que não levou em consideração uma quantidade de fatos históricos e geográficos, abrindo assim o caminho às fôrças revanchistas e revisionistas germânicas.

As potências vencedoras despojaram a Alemanha de tôdas as suas colônias, distribuindo-as entre si. A França recuperou a Alsácia-Lorena e recebeu, em propriedade absoluta, as minas de carvão do Sarre, região esta que passou a ser administrada, durante quinze anos, pela Liga das Nações. A Bélgica recebeu os distritos de Eupen e Malmedy, enquanto que a Dinamarca recebia a região setentrional do Schleswig. Na Europa oriental, a Alemanha reconheceu a independência da Polônia e devolveu-lhe alguns territórios: a parte oriental da região de Poznan, uma parte da Prússia oriental e ocidental (o chamado "corredor polonês") e uma parte da Alta Silésia. A Alemanha teve de renunciar a Dantzig, que foi convertida em Cidade Livre, sob a proteção da Liga das Nações, e renunciou também a Memel (hoje Klaipeda), mais tarde entregue à Lituânia e, em 1945, incorporada ao território da União Soviética.

Além das perdas territoriais, a Alemanha teve de pagar reparações de guerra cujo montante foi fixado,

posteriormente, em 132 bilhões de marcos-ouro. As suas Fôrças Armadas foram reduzidas ao mínimo indispensável à manutenção da ordem interna. A zona renana foi desmilitarizada e proibiu-se à Alemanha de manter ou construir à margem esquerda do Reno qualquer instalação de caráter militar e de estacionar tropas. Como garantia do cumprimento do Tratado de Versalhes, as potências aliadas ocupariam, pelo prazo de quinze anos, a região em questão.

Paz Imperialista

O Tratado de Versalhes e os demais tratados assinados com os aliados da Alemanha tiveram essencialmente caráter imperialista. Por quê? Não levaram em consideração a realidade geográfica, social e política do mundo. Seus promotores procederam à redistribuição das esferas de influência, ignorando as aspirações profundas das massas e tendo em conta apenas seus interêsses de classe. Daí a expressão "sistema de Versalhes", para definir a nova estrutura do mundo capitalista. Na Europa, a França viu consolidada sua preponderância ao passo que no Oriente Médio foi a Inglaterra que assegurou para si o papel predominante. O segundo traço característico dêsses tratados foi a orientação essencialmente anti-soviética, ao sancionar a separação da URSS dos países bálticos, da Ucrânia, ocidental, da Bielo-Rússia ocidental e da Bessarábia. Que procuraram, com efeito, as potências ocidentais? Isolar a Revolução socialista dos povos sob o regime capitalista. A criação de pequenos Estados visou justamente a formar uma espécie de cordão sanitário! Foi preciso que a URSS esmagasse a Alemanha nazista para que pudesse recuperar todos os territórios perdidos. A curto prazo, portanto, o Tratado de Versalhes constituiu grande vitória para os países da "Entente"; a longo prazo, os resultados foram catastróficos. Na verdade, o sistema de Versalhes não criou uma paz duradoura e sólida na Europa: não reconciliou os vencidos com os vencedores e aprofundou ainda mais as contradições entre êles. Intensificou, por outro lado, a luta no campo das nações vencedoras. Os inglêses não aceitaram o predomínio da França na Europa e os Estados Unidos manifestaram preocupação pela consolidação das posições da Inglaterra no Oriente Próximo, e do Japão no Extremo Oriente.

Estados Unidos

A Primeira Guerra Mundial, com efeito, assinalou a influência crescente dos Estados Unidos no mundo. Os países da "Entente" não levaram em consideração êsse fato, quando procederam à divisão das esferas de influência, após a derrota da Alemanha, e os norte-americanos recusaram-se a assinar o Tratado de Versalhes. Uma das causas principais dessa atitude foram os direitos cedidos ao Japão no Extremo Oriente. Graças ao seu poder econômico e financeiro, porém, os círculos governantes de Washington conseguiram das outras potências imperialistas que fôsse convocada nova conferência internacional para proceder à redistribuição de fôrças na Ásia e no Pacífico.

Dita conferência realizou-se em Washington, de novembro de 1921 a fevereiro de 1922, e nela tomaram parte nove potências, com exceção da União Soviética. A questão chinesa foi o tema principal dos debates. Em 6 de fevereiro, eram assinados os Acordos de Washington pelos quais as nove potências se comprometiam a respeitar a soberania, a independência e a inviolabilidade territorial da China; proclamavam sua

intenção de manter o princípio da igualdade de posições para o comércio e a indústria de tôdas as nações na totalidade do território chinês; renunciavam a pleitear privilégios especiais ou direitos e a criar zonas de influência em qualquer região do país. Aparentemente, as potências imperialistas reconheciam a soberania da China; A verdade era outra! A famosa doutrina norte-americana das "portas abertas", promovida pelo Secretário de Estado Hay, em 1899, quando a China se achava dividida em esferas de influência européias, visava apenas a facilitar a penetração dos Estados Unidos no continente asiático. Manifestamente imperialista por seu caráter, ela foi implìcitamente reconhecida pelos Acordos de Washington. Numa palavra, as nove potências reconheceram o predomínio anglo-americano na zona do Pacífico!

Foi assim que a derrota da Alemanha em 1918 deu lugar à redistribuição imperialista do mundo. Mas já começavam a aparecer sinais de debilitamento do sistema capitalista e os germes de um conflito armado de maiores proporções. O imperialismo é agressivo por natureza e tende à conquista de novos mercados, subjugando novos povos, e novos países.

Que aconteceu, então, nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial?

IV

A DIVISÃO DO MUNDO

A Primeira Guerra Mundial enriqueceu os monopólios dos principais países capitalistas. Só os monopólios norte-americanos tiveram um lucro líquido superior a 25 bilhões de dólares! Os povos, entretanto, sofreram na própria carne as consequências do apetite voraz dos imperialistas.

Trinta e seis países participaram do conflito, com uma população total de mais de um bilhão de habitantes, isto é, 67% da população do globo terrestre. O número de homens em armas ascendeu a 70 milhões; 14 países, com superfície total superior a 4 milhões de quilômetros quadrados, foram teatro de operações. Pereceram nos campos de batalha e sucumbiram em conseqüência de ferimentos recebidos ou enfermidades contraídas cêrca de 10 milhões de pessoas; caíram prisioneiros ou desapareceram seis milhões de sêres humanos e os feridos foram mais de 20 milhões. O número de vidas humanas exterminadas foi duas vêzes maior que o de tôdas as guerras anteriores, a contar de 1790. Os prejuízos materiais foram estimados em 130 bilhões de marcos-ouro. As despesas bélicas dos países beligerantes durante a luta ascenderam a mais de 200 bilhões de dólares!

E os danos morais? As famílias separadas, os estudos interrompidos, as crianças abandonadas, a moral aviltada... Ao exacerbar até o extremo a miséria e o sofrimento das massas, a guerra aprofundou o antagonismo de classe, preparando, assim, o caminho para novos combates revolucionários.

O fator político determinante do ascenso revolucionário das massas, logo após a Primeira Guerra Mundial, foi a influência da Revolução de Outubro. Mas a base econômica foi o acentuado pioramento da situação dos trabalhadores. Com a guerra, os monopólios intensificaram sua opressão e reforçaram consideràvelmente o contrôle sôbre a economia, descarregando sôbre os ombros dos menos favorecidos todo o pêso das despesas armamentistas.

A Primeira Guerra Mundial desencadeou-se no momento em que a crise econômica, que havia começado nos Estados Unidos, atingia a Europa. A transformação da indústria de paz em indústria de guerra deteve a crise por algum tempo. Mas quando terminou o conflito, as massas se encontravam empobrecidas e o capitalismo já não tinha o mercado russo para enriquecer-se fàcilmente. Equipamentos antiquados, terra mal cultivada, ruínas, tudo tornava difícil a recuperação da Europa e ajudava, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento dos Estados Unidos. Basta dizer que a produção de aço na América do Norte passou de 23,5 milhões de toneladas, em 1914, para 45 milhões, em 1917; a de automóveis, de 569 mil para 1,9 milhão de unidades no mesmo período. Os países europeus se viram obrigados a recorrer à ajuda e à técnica norte-americana ou japonêsa.

O aumento da produção, entretanto, não foi acompanhado pelo paralelo aumento do mercado mundial. O fantasma da crise tornou a surgir. Na primavera de

1920, a indústria norte-americana sofreu as primeiras conseqüências dessa situação. Poucos mêses depois, a Inglaterra, o Japão e todos os demais países capitalistas, com exceção da Alemanha e da França, se viram a braços com os mesmos problemas. Encerrada em 1921, a crise foi de curta duração; mesmo assim, excedeu por sua fôrça destruidora tôdas as crises econômicas anteriores. Nos países atingidos, a situação das massas agravou-se consideràvelmente.

Na Alemanha, onde não houve crise pròpriamente dita, o nível de vida da classe trabalhadora caiu, entretanto, de maneira impressionante, em conseqüência do pagamento das reparações de guerra e da inflação. Em julho de 1923, o salário real dos operários era a metade do de antes da guerra. Daí greves, manifestações de rua e motins de fome. Em Hamburgo, no mês de outubro, ocorreu uma grande insurreição popular de caráter revolucionário.

Desenvolvimento Econômico

Aos poucos, porém, o capitalismo conseguiu recuperar-se e a partir de 1924 a produção industrial ultrapassou o nível de 1923. Os progressos mais notáveis verificaram-se no Japão onde, segundo a "Industrialization and Foreign Trade", da Liga das Nações, o índice da produção industrial, tomando por base 100 em 1913, passou para 223, em 1924, chegando a 324, em 1929. Menos espetaculares foram os progressos realizados na Inglaterra. A produção industrial britânica, especialmente, só em 1929 conseguiu alcançar o nível de 1913! Como se vê, portanto, o processo de restabelecimento da indústria capitalista se verificou de modo bastante desigual.

Ao período de movimentos revolucionários, de lutas de massas, que ocorreram nos países ocidentais logo após a Primeira Guerra Mundial, sucedeu um período de relativa calma. Com o início do período de estabilização temporária do capitalismo, os filósofos burgueses puseram-se a afirmar que tal estabilização significava o fim da crise geral do capitalismo. Meras palavras! Veremos como nova crise surgiu, muito mais grave e muito maior do que as anteriores.

Poderosos grupos financeiros intensificaram a cartelização e a trustificação da indústria e passaram a fundar imensos consórcios de tipo vertical e horizontal, absorvendo assim as pequenas emprêsas. Melhorou consideràvelmente a técnica de produção, originando o aumento do desemprêgo, utilizado pelos capitalistas para explorar ainda mais os trabalhadores. A isso veio juntar-se a renovação do equipamento, que se tornara antiquado, o que significou novas despesas, cujo pêso recaiu sôbre os ombros dos trabalhadores. A concentração da produção e do capital acelerou a ruina da pequena burguesia urbana e das camadas inferiores da média burguesia.

Para pagar suas dívidas aos Estados Unidos, os países europeus, como a França e a Inglaterra, viram-se forçados a aumentar ràpidamente a exploração de suas colônias, intensificando a opressão policial e utilizando ao máximo a mão-de-obra barata. Isto porque recrudescera a luta pelos mercados. Como conseqüência, os povos subjugados pelo imperialismo reagiram violentamente; exemplo disso foram os movimentos armados na China, Marrocos, Síria, Egito, Índia, Indonésia e Coréia.

Os Estados Unidos aproveitaram-se da vantajosa posição de credor mundial para aumentar seu domínio econômico e político, à custa de outras potên-

cias imperialistas. Foi assim que os monopólios norte-americanos empreenderam uma ofensiva contra as posições da Inglaterra no mercado de vários produtos necessários à sua economia: borracha, lã, estanho, petróleo. Também a França foi alvo dos ataques ianques. Ao mesmo tempo, porém, francêses e inglêses brigavam entre si e os japonêses procuravam recuperar seu mercado e sua influência na zona do Pacífico. Frente ao imperialismo ocidental, a URSS consolidava a situação interna e tomava as primeiras medidas para construir o socialismo.

"Crack" de 1929

A estabilização da economia capitalista, o incremento da técnica, as possibilidades de produção em contraste com a capacidade do mercado originaram outra crise profunda em 1929. O primeiro país atingido foi os Estados Unidos onde estalou um "crack" colossal em fins de outubro. Era normal que assim ocorresse, uma vez que a América do Norte já estava assumindo a liderança do sistema capitalista. Enquanto a produção norte-americana em 1913 correspondia a 36% da produção industrial no mundo, em 1920 era de 47%. Todos os efeitos da crise, portanto, tinham de se fazer sentir primeiramente ali. Iniciada nos Estados Unidos, a crise alastrou-se ràpidamente pelo mundo, alcançando sobretudo os países europeus. Para se ter idéia da gravidade da situação, basta citar alguns fatos: a produção total do mundo capitalista caiu ao nível de 1908; a da indústria da França ao de 1911; a da Inglaterra ao de 1897; a da Alemanha ao de 1896. Quanto aos Estados Unidos, sua produção caiu ao nível de 1905. A crise paralisou não só a maior

parte do aparelho de produção como também destruiu parte do potencial instalado.

Para manter os preços em alto nível, os monopólios destruíram imensas quantidades de mercadorias que não podiam vender, em vista do baixo poder aquisitivo das massas. Só nos Estados Unidos destruíram-se mais de 25% das plantações de algodão; foram mortos mais de seis milhões de porcos e queimadas imensas quantidades de trigo e milho, em vez de carvão. No Brasil, procedeu-se à queima de milhões de sacas de café.

A crise na indústria atingiu a agricultura e a pecuária. O enorme aumento do desemprêgo e a ruína de grande número de artesões, pequenos comerciantes e pequenos burgueses reduziram a demanda. Os preços dos produtos agro-pecuários baixaram consideràvelmente: na Alemanha, de 32%, entre 1929 e 1933, e nos Estados Unidos, de 54%, no mesmo período. Como conseqüência, os camponêses não puderam adquirir equipamentos e mercadorias nas cidades; os preços dos artigos industriais caíram de 28% na época. Nos anos da crise, houve muitos casos em que os tratores tiveram de ser substituídos por cavalos. Em vez das máquinas, os camponêses eram obrigados a voltar ao trabalho manual e, às vêzes, era abolido até o emprêgo de adubos. Como se vê, as contradições do imperialismo e as conseqüências da crise mundial repercutiram profundamente sôbre o nível de vida das massas.

A crise de 1929 durou quatro anos. Arruinou milhares de médios e pequenos patrões e ao mesmo tempo acelerou a concentração e a centralização do capital e da produção. Senão vejamos: em 1933, nos Estados Unidos, 98% da fundição de cobre eram controlados por cinco monopólios; três corporações controlavam cêrca de 90% da indústria automobilística. Na Inglaterra, em 1932, apenas uma companhia controlava 25% da produção têxtil algodoeira. Na Alemanha, no mesmo período, cinco sociedades controlavam mais de 85% da fundição de ferro e 73% da de aço.

Os monopólios, por outro lado, aproveitaram seu domínio para manter em alto nível os preços das mercadorias. Restringiu-se consideràvelmente tanto o movimento comercial por atacado, como o de varêjo e numerosas emprêsas comerciais arruinaram-se. A produção de tôda a indústria do mundo capitalista caiu de 44% e o comércio mundial de 66%, a um nível inferior, portanto, ao de 1913. Aumentou consideràvelmente o número de falências. De 1929 a 1933 faliram nos Estados Unidos pouco mais de 9 mil bancos com uma soma total de valôres em depósito de 6,8 bilhões de dólares.

Conseqüências Dramáticas

A crise teve conseqüências dramáticas para milhões de trabalhadores que se viram da noite para o dia sem emprêgo, sem casa e sem comida. Foi o seu aspecto mais grave. O número de desempregados em 32 países subiu de aproximadamente seis milhões, em 1929, para 26 milhões, em 1932. Só êste fato dá bem a medida da importância e da gravidade do fenômeno. Mas não foi apenas isso; aproveitando-se da existência de tantos desempregados, os capitalistas reduziram os salários dos operários e empregados. Esta redução dos salários não foi compensada pelo correspondente movimento de preços. Na verdade, a diminuição das receitas dos trabalhadores operou-se duas vêzes mais depressa do que a diminuição do custo de vida. A partir

de 1934, entretanto, os preços dos artigos de consumo começaram a subir novamente.

A crise econômica de 1929-1933 teve o mérito de provocar uma nova onda de manifestações e greves nos países capitalistas. Geralmente de caráter econômico no início, êsses movimentos adquiriam, na maioria das vêzes, conteúdo político. A greve geral dos mineiros e metalúrgicos belgas de 1932 teve grande importância internacional. A indignação revolucionária das massas era tanto maior quanto na União Soviética. O socialismo começava a ter seus primeiros grandes êxitos no campo social e econômico. Já não existia o desemprêgo e todos tinham o mínimo necessário para viver. Em face do descontentamento popular, a burguesia monopolista apelou para a fôrça, encarcerando líderes sindicais e camponeses, demitindo milhares de trabalhadores, fechando as organizações revolucionárias e, também, executando bravos patriotas, como os irmãos Sacco e Vanzetti.

A exacerbação dos espíritos, as contradições internas e externas do capitalismo, o descontentamento popular empurraram a burguesia para a extrema-direita. Em vários países, instalaram-se regimes fascistas: Finlândia, Grécia, Portugal, Bulgária, Polônia etc... Foi na Alemanha e na Itália, porém, que os monopólios aceleraram, com o apoio da burguesia, a implantação da ditadura. Hitler apoderou-se do poder e transformou a Alemanha num imenso campo de concentração. Mussolini fêz o mesmo na Itália.

Exploração das Colônias

Em busca de uma saída para a crise, os monopólios passaram a explorar ao máximo os povos coloniais. Baixaram artificialmente os preços das matérias-primas

procedentes das colônias africanas e asiáticas. Um exemplo: de 1929 a 1932, os preços do carvão inglês caíram de apenas 7% ao passo que os do algodão da Índia caíram de 43%. É um fenômeno que se está repetindo agora com os países subdesenvolvidos, cuja economia vem sofrendo as conseqüências da política do imperialismo. O Brasil, notadamente, perdeu milhões de dólares nos últimos anos com a queda dos preços de seus principais produtos de exportação, o café e o algodão. A queda dos preços não foi compensada pela ajuda norte-americana ou pela assistência de outras potências capitalistas.

O aumento considerável das dificuldades de venda estimulou a burguesia de cada país a adotar medidas para fechar as portas do mercado interno às mercadorias estrangeiras "indesejáveis". Aguçaram-se, portanto, as contradições entre as potências imperialistas. As tarifas proibitivas, o "dumping", a guerra de divisas e outras medidas semelhantes foram métodos utilizados nessa luta pelos mercados externos, dando nascimento à exacerbação do nacionalismo e do chauvinismo. A crise econômica piorou a tal ponto as relações entre os países capitalistas que se formou o climax para novas coligações bélicas, às expensas da União Soviética.

Em 1932, porém, terminou a crise.

Nova Crise

O ano de 1937 assinalou nova crise do sistema capitalista. Manifestou-se depois de certa reanimação econômica. Como a produção ainda não se havia restabelecido dos abalos sofridos, em conseqüência da crise anterior, a crise de 1937 desenvolveu-se num ritmo mais acelerado do que em 1929. Assim, a produção industrial dos Estados Unidos caiu de 21,9%; a da

Inglaterra, de 8%; e a da França, de 15,5%. Também se fizeram sentir fatôres político-militares. A agressão japonêsa à China desorganizou o mercado daquele país, tornando-o quase inacessível às mercadorias da Inglaterra, dos Estados Unidos e de vários países europeus. Quando a crise de 1937 começou, o Japão, a Alemanha e a Itália já haviam gasto a maior parte de suas reservas-ouro na preparação de uma guerra agressiva.

A crise econômica de 1937 acarretou novas calamidades para as massas populares. O número de desempregados subiu para 18 milhões. Seguiu-se outra onda de redução dos salários e de intensificação do trabalho. Tornou a crescer o *déficit* dos orçamentos do Estado e desvalorizaram-se as moedas com a diminuição do poder aquisitivo das massas. É interessante salientar que, diferentemente do que ocorrera em 1929, a crise de 1937 não foi mundial; atingiu sòmente os países que ainda não haviam entrado na economia de guerra. A Alemanha, Itália e Japão, portanto, livraram-se dela. Por várias razões, devidas ao sistema socialista, a União Soviética não conheceu as conseqüências dêsse fenômeno.

A reprodução capitalista efetua-se por ciclos: crise, depressão, reanimação e apogeu. Depois do apogeu declara-se nova crise, ponto de partida para novo ciclo da mesma espécie.

No século XIX, as crises se repetiam com intervalos de 8 a 12 anos. No século 20, com o advento do imperialismo, as crises passaram a suceder-se mais ràpidamente e os períodos de reanimação e apogeu reduziram-se. Exemplo interessante: a extração de carvão nos Estados Unidos diminuiu durante seis mêses, por ocasião da crise de 1907, mas já na crise de 1929 a produção de carvão diminuiu durante 41 mêses.

Todos êsses fenômenos políticos, econômicos e sociais conduziram gradativamente o mundo às portas da Segunda Guerra Mundial. Impelidas a solucionar seus problemas, a aumentar seus mercados, as potências imperialistas enveredaram pelo caminho da fôrça.

V

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O motivo fundamental da Segunda Guerra Mundial consistiu nas contradições existentes entre os Estados imperialistas em luta pelas fontes de matérias-primas, mercados de venda, exportação de capitais e posse das colônias. Com a existência da União Soviética, primeira nação socialista do mundo, a Segunda Guerra Mundial teve duas causas fundamentais. Em primeiro lugar, resultou do aguçamento das contradições entre os monopólios; em segundo lugar, foi a conseqüência da hostilidade do imperialismo ao socialismo.

A França e a Inglaterra passaram a fazer um jôgo extremamente perigoso, tentando desviar o poderio econômico e militar da Alemanha contra a URSS. Esperavam com isso liquidar o sistema socialista e, ao mesmo tempo, evitar a agressão armada dos nazistas contra o mundo ocidental. Além do mais, entendiam que a luta entre a Alemanha e a União Soviética enfraqueceria os dois países e lhes deixaria o campo aberto para o aumento de sua influência no mundo. Como explicar, de outra forma, com efeito, que os monopólios ocidentais tenham ajudado o imperialismo alemão a restabelecer o seu potencial econômico e militar?

Vejamos alguns fatos, que bem mostram a penetração do capital norte-americano na Alemanha. Krupp recebeu um empréstimo de 10 milhões de dólares. O banco ianque "Dillon, Read and Co." sòzinho concedeu, entre 1925 e 1930, empréstimos no valor de 182 milhões de dólares a seis companhias germânicas. A Alemanha recebeu dos bancos norte-americanos e britânicos, em virtude do Plano Dawes, um empréstimo de 800 milhões de marcos-ouro. Segundo alguns cálculos, em apenas seis anos, de 1924 a 1929, os capitais estrangeiros a longo prazo investidos na Alemanha ascenderam a cêrca de 15 bilhões de marcos e os investimentos a curto prazo ultrapassaram seis bilhões. Nada menos de 70% dos empréstimos a longo prazo procederam dos Estados Unidos. O fato é importante. Explica-se, então, porque foi enorme a participação dos monopólios norte-americanos e germânicos na ascensão de Hitler ao poder em 1933. Eram êles que dominavam a economia do país, êles que financiavam as medidas de repressão ao movimento revolucionário, êles que controlavam tudo.

Em pouco tempo, Hitler consolidou seu govêrno. Depois de proclamar que se "havia pôsto fim ao espírito do Tratado de Versalhes", o líder nazista restabeleceu o serviço militar obrigatório e começou a violar os artigos do Tratado que limitavam a potência bélica da Alemanha. Em fins de 1936, o Exército germânico já contava com 800 mil homens e em todo o país eram ràpidamente construídas fortificações, autoestradas etc... O Ocidente não acreditou que Hitler pudesse voltar suas tropas contra a França e a Inglaterra e esperou que a vítima, a grande e única vítima, fôsse a União Soviética.

Na mesma época, o Japão também se preparava para lutar contra a URSS. Em novembro de 1936, Ber-

lim e Tóquio assinaram o "Pacto Antikomintern" ao qual aderiu a Itália em 1937. Em maio de 1939, a Alemanha, a Itália e o Japão selavam aliança, formando um "Eixo" militar dirigido contra o resto do mundo e, especialmente, contra a União Soviética. Aos poucos, portanto, ia-se formando o esquema da Segunda Guerra Mundial.

O ataque da Itália à Etiópia, em 1935, a intervenção germano-italiana contra a Espanha republicana, em 1936, a penetração das fôrças nipônicas no território chinês foram os primeiros sinais da expansão agressiva das potências do Eixo. O Ocidente continuou acreditando que a política de "não intervenção" seria a melhor maneira de levar a Alemanha nazista a desfechar um golpe mortal contra a União Soviética. Em março de 1938, Hitler pôde apoderar-se fàcilmente da Áustria e quando, em conseqüência do vergonhoso Pacto de Munique, assinado por Hitler, Chamberlain e Daladier, a Alemanha conseguiu dominar a Tchecoslováquia, a pretexto de salvar os direitos (?) da minoria germânica dos Sudetes, a URSS foi a única nação que se manifestou enèrgicamente a favor da independência e da soberania daquele país da Europa Central. Ninguém lhe deu ouvidos. Stalin não teve outro recurso senão assinar um pacto de não-agressão com Hitler. As potências imperialistas do Ocidente falavam em paz, com efeito, pensando na guerra contra o bolchevismo. Seus cálculos estavam errados. Por que?

Nova Repartição do Mundo

Sem colônias, os monopólios germânicos entenderam que seu mercado era limitado e passaram a reivindicar nova repartição do mundo. As pretensões co-

lonialistas da Alemanha exacerbaram as contradições existentes entre ela e os Estados Unidos, êstes últimos alimentando certos planos em relação às colônias britânicas. A França, por sua vez, sentiu-se ameaçada, temendo não só por seus territórios africanos e asiáticos como também pela integridade territorial da metrópole. Assim surgiram as contradições no campo imperialista. Sabemos o que sucedeu. Em setembro de 1939, Hitler lançou suas tropas contra a Polônia, a pretexto, mais uma vez, de proteger a minoria alemã e de encontrar mais espaço vital. A Inglaterra e a França reagiram, declarando guerra à Alemanha. Em poucos mêses, as tropas nazistas apoderaram-se de imensos territórios no norte, oeste e leste da Europa. Uma por uma, as nações ocidentais foram capitulando.

Em face do poderio bélico da Alemanha nazista, a Inglaterra e os Estados Unidos tiveram de apelar para a aliança com a URSS. Em julho de 1949, Churchill e Roosevelt fizeram declarações nêsse sentido. Foi então que a guerra deixou de ser essencialmente imperialista para transformar-se em guerra de libertação. Para esmagar o império germânico, os grandes monopólios tiveram de aliar-se às fôrças socialistas. Para a humanidade inteira, o inimigo número um era o nazismo. Era preciso esmagá-lo de qualquer modo!

Milhões de Mortos

As conseqüências da Segunda Guerra Mundial foram catastróficas: mais de 30 milhões de mortos, 35 milhões de feridos, milhares de fábricas, pontes, estradas de ferro, estradas de rodagem, escolas, monumentos, residências etc... totalmente arrasados. Mais de 60 países participaram do conflito, ou seja, 80% da população mundial. Travaram-se combates em 40

países numa superfície total de 22 milhões de km2. Mais de 100 milhões de pessoas foram mobilizadas nas fôrças armadas. As despesas diretas para fins militares, de 1937 a 1945, foram avaliadas em 1 trilhão 117 bilhões de dólares, o que equivale a aproximadamente 65% da renda nacional em conjunto de todos os países beligerantes. Segundo o economista francês A. Claude, em seu livro "Où va l'impérialisme américain", os países que mais sofreram foram os do Leste europeu, especialmente a URSS e a Polônia. Comparativamente ao número de trabalhadores, as destruições materiais foram de 1.525 dólares *per capita* na URSS e de 714 na Europa Ocidental. O custo total da Segunda Guerra Mundial ascendeu à soma astronômica de 4 trilhões de dólares. O que seria, então, da humanidade com uma Terceira Guerra Mundial?

Os monopólios aproveitaram-se da guerra para consolidar seu domínio e submeter o aparelho de Estado a seus propósitos gananciosos. Dirigentes de importantes companhias ocuparam cargos de confiança nos governos. Por exemplo: o chefe da Seção de Produção Industrial da Comissão de Defesa Nacional dos Estados Unidos foi W. Knudsen, presidente da "General Motors". Com postos-chaves nas mãos, os monopólios puderam aumentar os lucros. Durante o conflito mundial, o govêrno norte-americano firmou contratos de produção militar com mais de 18.500 emprêsas num montante global de 175 bilhões de dólares. Segundo Draguilev, em seu livro "A crise geral do capitalismo", as cem maiores companhias dos Estados Unidos receberam 67% das encomendas. Os lucros das emprêsas norte-americanas aumentaram de forma considerável; passaram de 6,4 bilhões, em 1939, para 9,3 bilhões, em 1940; 17 bilhões, em 1941; e 23,3 bilhões em 1944! Há dados mais expressivos do que

êsses para mostrar que a guerra é um negócio altamente rendoso para o imperialismo ou, mais exatamente, os monopólios?

Não foram só os monopólios norte-americanos que lucraram. Os alemães, também, tiveram enormes benefícios graças, notadamente, à espoliação dos territórios ocupados. De 1940 a outubro de 1944 chegaram à Alemanha, procedentes de sete países ocupados, 84 bilhões de marcos a título de pagamentos de guerra. Paralelamente a êsse fenômeno, novas formas de exploração foram utilizadas contra os trabalhadores. A semana de trabalho chegou a ser prolongada em certos países até 98 horas! Os preços dos produtos de primeira necessidade subiram em todos os países beligerantes mas evidentemente os salários não acompanharam os preços. Muitas fábricas foram militarizadas.

Desintegração do Sistema Colonial

Uma das mais terríveis conseqüências da Segunda Guerra Mundial para o imperialismo foi, entretanto, o agravamento do processo de desintegração do sistema colonial. Depois da derrota do Terceiro Reich, libertaram-se do jugo europeu pouco menos de 1,5 bilhão de habitantes. Por quê? Há várias razões. Em primeiro lugar, a guerra mundial teve caráter antifascista, de libertação, que se refletiu entre todos os povos; em segundo lugar, o enfraquecimento da França, da Inglaterra e das demais potências imperialistas criou condições materiais favoráveis à luta dos povos subjugados; em terceiro lugar, as lutas da classe operária européia pelo restabelecimento de regimes verdadeiramente democráticos alimentou o espírito de luta dos povos coloniais; finalmente, a transformação do socialismo em sistema mundial deu poderoso impulso aos

movimentos de libertação nacional. A URSS não estava mais sòzinha e com ela estavam jovens nações socialistas.

A decomposição do sistema colonial iniciou-se no continente asiático e foi lá que as transformações foram mais radicais. A libertação dos povos teve ao mesmo tempo caráter revolucionário. Na China, na Coréia do Norte e no Vietnam do Norte, a luta popular travou-se não só contra o sistema colonial do imperialismo e sim também contra o sistema capitalista da economia mundial. Êsses três países passaram para o campo do socialismo, depois de heróicas lutas, lideradas por operários e camponeses, contra o opressor estrangeiro. Em outras regiões, os movimentos de libertação foram parciais mas, de qualquer modo, puseram término ao colonialismo clássico, dando nascimento a regimes de democracia nacional, geralmente repúblicas parlamentares burguesas. Precisamente nessa forma manifestou-se a decomposição do sistema colonial na Índia, Birmânia, Indonésia, Egito e alguns outros países. Depois do Continente asiático, a desintegração do sistema colonial alastrou-se pela África. Um por um, os povos do continente negro foram se libertando do jugo europeu. As duas maiores lutas pela independência foram as do Congo e da Argélia onde durante anos os povos daqueles países tiveram de enfrentar fôrças superiores em número e armamentos, adestradas segundo os métodos mais modernos da guerra.

Os dirigentes ocidentais afirmam, evidentemente, que foram êles que outorgaram a independência às colônias africanas ou asiáticas, numa espécie de gesto paternalista e cristão. De Gaulle é um dos representantes mais típico dessa mentalidade. É claro que ninguém acredita, em sã consciência, nessa mistificação.

Se é verdade que alguns estadistas europeus souberam compreender em tempo a necessidade de conceder certa autonomia ou mesmo a independência aos povos subjugados pelo colonialismo, não é menos verdade que o fizeram forçados pelas contingências, acuados pela opinião pública internacional. E, sobretudo, assim agiram, porque os povos se levantaram contra o colonialismo. Os indianos, os indonésios, os congoleses, os vietnamitas, os argelinos conquistaram sua independência, lutando de armas nas mãos, vencendo passo a passo o senhor estrangeiro, derramando rios de sangue e lágrimas. Foram, então, as potências imperialistas que lhes deram de bom grado a independência? Mas como, se elas lançaram os seus tanques e os seus soldados contra as massas?

Economia Norte-Americana

Em conseqüência do desmembramento do império colonial e do aguçamento das contradições internas do capitalismo, complicou-se muito, após a Segunda Guerra Mundial, o processo de reprodução capitalista. Uma vez que aos Estados Unidos corresponde agora mais da metade da produção industrial do mundo capitalista, torna-se claro que as flutuações na economia dos demais países são, na maioria dos casos, determinadas pelo estado da economia norte-americana. Vejamos, pois, as transformações havidas no sistema capitalista, tomando por base a nação-líder do mundo ocidental.

Nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, a produção dos Estados Unidos cresceu ràpidamente, alcançando o nível máximo em fins de 1943. Depois, começou a decrescer, tendo diminuido de 37% em princípio de 1946. Segundo o "Federal Reserve Bul-

letin" (dezembro de 1953), o índice médio anual de 1946 foi inferior ao de 1943 em 29%. Tal declínio, entretanto, não teve caráter de crise.

Em 1948-1949 uma crise de superprodução, que repercutiu a princípio na fabricação de artigos de consumo, estendeu-se posteriormente à construção de máquinas, à indústria metalúrgica e à indústria extrativa. Foram fechadas numerosas emprêsas. As falências aumentaram de 3.300, em 1948, para 9.200, em 1949. O número de desempregados subiu de 2.100.000, em 1948, para 3.400.000, em 1949. A crise econômica de 1948-1949, entretanto, não chegou a desenvolver-se até o fim. Foi interrompida pelo incremento da indústria armamentista e pela guerra da Coréia.

Vem-se falando nos Estados Unidos e na Europa em "prosperidade", nova era de desenvolvimento capitalista sem crise. Mas, qual é a verdadeira situação do mundo ocidental? Em doze anos, isto de 1948 a 1958, os Estados Unidos sofreram três crises de queda da produção: 1948-49, 1953-54 e, sobretudo, 1957-58. A crise de 58 fêz a produção industrial dos Estados Unidos retroceder ao nível do ano de 1953.

Nos países da Europa Ocidental, os danos causados pela guerra foram de tal ordem que os governos tiveram de concentrar todos os seus esforços na reconstrução. Era preciso renovar o capital fixo desgastado, construir inúmeros edifícios para substituir os destruídos e satisfazer a demanda de grandes quantidades de artigos duráveis. Nos cinco primeiros anos, pois, ampliou-se muito o mercado devido às conseqüências do conflito, atrasando assim as premissas para a crise de superprodução. Hoje, a situação já é diferente.

Também contribuiu para tornar mais difícil e complicada a situação econômica do mundo capitalista o fato de que a crise agrária tenha voltado a agravar-se depois da Guerra, sôbretudo nos países exportadores de produtos agropecuários, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Argentina. As colheitas de cereais aumentaram de 27%, em 1957-58, em comparação com o período 1934-1938. A produção *per capita* de víveres no mundo capitalista foi, em 1954-55, 3% maior do que em 1934-38. Entretanto, o incremento da produção agropecuária foi bastante desigual em vários países. Verificou-se maior crescimento nos Estados Unidos e nos países com excedentes agrícolas. Nos países subdesenvolvidos, o crescimento da produção agrícola foi inferior ao da população. No Extremo-Oriente, a produção global da agricultura *per capita* foi, em 1954-55, inferior em 14% à de 1934-38. A desigualdade no crescimento da produção agrícola fêz com que alguns países subdesenvolvidos sofressem escassez de víveres ao passo que os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Argentina tivessem enormes reservas de cereais, que passaram de 6,4 milhões de toneladas, em 1946, 47,5 milhões, em 1957 ("The State of Food and Agriculture", FAO, Roma, 1956 e "Wheat Review", Janeiro de 1958).

O aumento da produção nos países capitalistas, depois da Segunda Guerra Mundial, deveu-se à ação de alguns fatôres temporários. Os principais são a militarização da economia, a expansão econômica das principais potências capitalistas, a considerável modernização do capital fixo da indústria e, naturalmente, a exploração dos trabalhadores.

Despesas Militares

A militarização da economia influiu vigorosamente no incremento da produção, sôbretudo nos Estados Unidos, e de maneira especial a partir de 1950. O ponto de partida dêsse fenômeno foi o aumento das fôrças armadas. Vejamos a título de exemplo, segundo o "Bulletin des Press und Informationsamtes" do govêrno germano-ocidental, com data de 20 de dezembro de 1956, o aumento das despesas militares nos principais países capitalistas. Elas passaram nos Estados Unidos de 33.398 milhões de dólares, em 1951, para 44.278 milhões, em 1957; na Grã-Bretanha, de 3.217 milhões para 4.505 no mesmo período; na França, de 2.517 para 4.269 milhões; e na República Federal da Alemanha de 1.475 milhões, em 1953, para 1.855 milhões, em 1957. Pode-se dizer que, em têrmos gerais, as despesas militares numa potência como os Estados Unidos correspondem a 62% de seu orçamento geral. O aumento das dotações estatais para fins militares implica na correspondente reestruturação do aparelho de produção e aumenta a parte da produção militar na economia capitalista. Por exemplo: durante os últimos anos, as encomendas para as fôrças britânicas e os países integrantes da OTAN ascenderam a um quinto da produção total da Inglaterra. Por que as divergências entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha em tôrno dos "Polaris"? Porque os inglêses preferiam fabricar e vender seus próprios foguetes, os "Skybolt", beneficiando assim sua indústria.

Antes da guerra, a militarização da economia alcançara o ponto mais alto na Alemanha de Hitler. Hoje são os Estados Unidos que constituem o centro mundial da militarização da economia. Semelhante situação favorece exclusivamente aos grandes monopólios. Em apenas dois anos, desde o princípio da guerra na Coréia até meados de 1952 — o govêrno dos Estados Unidos pagou aos monopólios, por conta de pedidos de guerra, uma soma suplementar de 12 bilhões de dólares, relativamente aos preços vigentes no mercado antes do conflito armado. É natural que os monopólios, que produzem material de guerra, procurem aproveitar ao máximo as circunstâncias criadas pelas dotações militares do govêrno. Ao incrementar a produção, êles, por sua vez, fazem pedidos de matérias-primas, combustíveis, instalações diversas etc... O incremento da produção militar e da fabricação de meios de produção exige a incorporação ao trabalho de uma quantidade complementar de operários. Isto implica num certo aumento da demanda de artigos de consumo. Mas, tal efeito de militarização é apenas temporário. Em sua sêde de lucros máximos com os menores gastos possíveis, os monopólios buscam métodos de aperfeiçoamento da produção. Ao mesmo tempo, cresce a falta de correspondência entre a fabricação de meios de produção e a de artigos de consumo.

Expansão Econômica

A militarização pode frear o começo das crises econômicas mas não pode evitar a crise. Ao provocar o incremento unilateral da produção, contribui também para a queda do nível de vida dos trabalhadores. Acentua-se a contradição entre a produção e o consumo e a crise econômica torna-se inevitável.

O segundo fator que, depois da guerra, estimulou de certa maneira a produção nos Estados Unidos e na Europa Ocidental foi a expansão econômica. No entender dos economistas capitalistas, essa expansão é

a prova indiscutível de que o sistema está funcionando muito bem. E citam, mais uma vez, os Estados Unidos, onde a produção industrial que, em 1946, havia diminuído de 29% em comparação com 1943, já no primeiro semestre de 1948 era 15% maior do que em 1946.

Na verdade, os Estados Unidos puderam incrementar sua produção naqueles anos, graças à exportação de mercadorias, exportação de capitais e despojamento de fontes de matérias-primas no exterior. A exportação de mercadorias, evidentemente, influiu diretamente no aumento da produção. Em 1947, os Estados Unidos exportaram 12% de sua produção de mercadorias, enquanto que no período de 1931 a 1934 a média anual foi de aproximadamente 7%. A verdade é que a economia da Europa Ocidental se achava muito debilitada em conseqüência da guerra. Mesmo em 1948, a produção industrial da Alemanha Federal ainda era inferior em 43% à de 1937; a da Itália aproximava-se do nível de antes da guerra; e a da França superava-o em apenas 2%. Em contraste, no ano de 1947, correspondiam aos Estados Unidos cêrca de 65% da fundição de aço no mundo capitalista, pouco menos da metade da extração de carvão e 85% da fabricação de automóveis. Nessas condições, os países da Europa Ocidental tinham de procurar na América do Norte aquilo que lhes faltava. Foi o que aconteceu. Em 1947, a exportação dos Estados Unidos alcançou o valor de 14,4 bilhões de dólares contra 3,3 bilhões em 1937.

Queda dos Preços

Mas, era evidente que os Estados Unidos não poderiam manter as exportações num nível tão elevado.

Assim, em 1950, as exportações já haviam diminuído de 30% em comparação com 1947. Que ocorreu? Aí temos mais uma vez um exemplo característico das leis do imperialismo. Os monopólios norte-americanos começaram a buscar medidas especiais para evitar o declínio das expórtações. Incrementaram a exportação de mercadorias mediante o "dumping", isto é, a queda brusca dos preços, e utilizaram em larga escala a exportação de capitais, como meio de ampliar as exportações de mercadorias. Começaram, também, a construir emprêsas em outros países para neles vender a produção dessas emprêsas, contornando as barreiras alfandegárias. Em 1947, numa conferência realizada em Genebra, os Estados Unidos conseguiram impor a 23 países o chamado Acôrdo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), segundo o qual os Estados signatários se viam obrigados a diminuir os direitos de importação. Em 1948, entrou em vigor o Plano Marshall, poderoso fator de reerguimento econômico da Europa Ocidental, mas sôbretudo formidável alavanca da expansão econômica norte-americana. O Plano Marshall foi substituído, em 1951-52, pelo chamado Programa de Garantia de Segurança Mútua, cujas finalidades eram as mesmas.

Três circunstâncias entretanto, contribuíram para que os monopólios norte-americanos não conseguissem aumentar suas mercadorias de maneira a aumentar, do mesmo modo, sua produção. Primeiro, o mercado imperialista reduziu-se depois da guerra com o surgimento do sistema socialista na Europa Oriental e em alguns países da Ásia e com o desenvolvimento econômico das antigas colônias. Segundo, as outras potências imperialistas se opuseram a que os Estados Unidos monopolizassem o mercado mundial do capitalismo. Terceiro, criando tôda espécie de barragens para impedir

a entrada de mercadorias estrangeiras, os demais países capitalistas tiveram de reduzir suas compras nos Estados Unidos.

Desemprêgo

A intensificação do trabalho contribui para o aumento do desemprêgo, uma vez que os capitalistas obtêm maior produção com menor quantidade de mão-de-obra. Por isso, o desemprêgo conservou depois da guerra o caráter de paralização crônica e maciça em vários países do mundo. É verdade que o número de desempregados é atualmente menor do que na década de 30. Mesmo assim, entretanto, é muito grande. Só nos Estados Unidos, sempre tem oscilado entre 2.300.000 e 5.000.000, o que representa uma média de aproximadamente 25-30% em relação ao número de pessoas empregadas. Êsses dados oficiais refletem de modo incompleto as verdadeiras proporções do desemprêgo. Numerosos operários sofrem as conseqüências do desemprêgo parcial, isto é, da jornada de trabalho incompleta, uma vez que o desemprêgo parcial implica na correspondente redução do salário. A existência do desemprêgo maciço permite aos capitalistas aumentar a pressão sôbre os operários ocupados, no sentido de reduzir-lhes os salários.

Custo de Vida

Nos principais países capitalistas, aumentaram sensìvelmente os preços dos artigos de consumo em relação aos tempos anteriores à Segunda Guerra Mundial, e nos anos que se seguiram ao conflito cresceram substancialmente. Em 1955, o custo de vida na Inglaterra subiu de 150% em relação ao ano de 1938 e na Repúplica Federal da Alemanha de 72%. Sòmente no período de 1949 a 1955, o custo de vida na França subiu de 45%. Nos Estados Unidos, o custo de vida passou do índice 100, em 1939, para o índice 170, em 1949, e 205, em 1957. Se nesse ou naquele país capitalista se produz em certos períodos certa elevação do salário real não se pode deduzir daí que em tais casos cessa o empobrecimento da classe operária. Os capitalistas são muito hábeis e sempre fazem concessões parciais para assegurar o aumento de seus lucros.

Lucros

Como conseqüência da política imperialista, os lucros dos capitalistas cresceram muito mais ràpidamente do que o salário da classe trabalhadora. Nos Estados Unidos, por exemplo, o fundo anual de salários subiu de 31 bilhões de dólares, em 1944, para 49 bilhões, em 1953, isto é, de 59%, ao passo que os lucros dos monopólios passaram de 23 para 39 bilhões de dólares, no mesmo período, com aumento, portanto, de 70%.

Depois da Segusda Guerra Mundial, recrudesceu também a exploração dos camponeses. Estabelecendo baixos preços de compra dos produtos do campo e aumentando por todos os meios os preços de vendas a varejo, pagos pelos consumidores da cidade, os monopólios apoderam-se de uma parte considerável das receitas correspondentes aos homens do campo. De 1947 a 1954, os preços pelos quais os camponeses venderam seus produtos reduziram-se de 10% nos Estados Unidos, ao passo que os preços dos produtos isdustriais comprados pelos granjeiros aumentaram de 17% ("Business Statistics", 1955). De acôrdo com dados oficiais

os camponeses norte-americanos tiveram suas receitas líquidas reduzidas de 39%, entre 1947 e 1955, quando no mesmo período a produção agrícola aumentou de 13%.

VI

O IMPERIALISMO DE HOJE

O imperialismo é essencialmente agressivo. Sendo assim, procura sempre exercer pressões sôbre os mais fracos. Tôda a história do Século XX, até o presente momento, mostra-nos a luta das potências imperialistas pela conquista de novos mercados e de novos territórios. Com o surgimento do campo socialista, porém, e com o fortalecimento da União Soviética, as condições mudaram depois da Segunda Guerra Mundial. Hoje, o imperialismo, mesmo continuando a ser agressivo, não pode utilizar os mesmos métodos ou lançar mão dos mesmos recursos para praticar sua política expansionista.

Em têrmos mais claros, os Estados Unidos, principal potência imperialista dos tempos modernos, e com ela a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha Federal e outras nações de importância menor como o Japão na Ásia que está entretanto, ressurgindo ràpidamente no cenário internacional, têm na sua frente, para frear-lhes as veleidades expansionistas, quer seja no campo econômico, financeiro ou político, uma fôrça poderosíssima que é o socialismo além da opinião pública progressista e revolucionária em todo o mundo. O imperialismo, pois, não está mais em condições de desencadear, quando quiser, outra Guerra Mundial. Isto não significa, evidentemente, que não possa tentar resolver

pela fôrça seus problemas. Mas o fato é que a cada ano que passa reduz-se progressivamente a área de influência ou de domínio das potências imperialistas.

Bloqueio Contra Cuba

Exemplo concreto desta nova situação é o caso de Cuba. Os dirigentes norte-americanos, interpretando o pensamento dos monopólios e dos latifúndios, passaram a hostilizar o govêrno de Fidel Castro, quando compreenderam que a Revolução Cubana era contrária a seus interêsses. Tudo fizeram para liquidar as gloriosas conquistas do povo antilhano: ameaças, adestramento de contra-revolucionários na Flórida e na América Central, tentativas de invasão (lembrem-se da derrota de Playa Giron em abril de 1961), suspensão das relações comerciais, discriminações econômicas etc... Foi quando a instalação da rampa de lançamento de foguetes soviéticos em território cubano deu ao Presidente Kennedy o argumento que lhe faltava para assestar um golpe no regime de Fidel Castro. Um dia, o mundo soube que a Armada Americana estabelecera uma muralha de aço e fogo em tôrno da Ilha da Liberdade. Usando de habilidade e inteligência, Kruschev deu ordens a seus navios para não furar o bloqueio e iniciou a seguir, em troca da promessa de não-invasão por parte do próprio Presidente Kennedy, a retirada dos foguetes e dos bombardeiros 11-28. A jogada da URSS permitiu que a paz e a Revolução cubana fôssem salvas ao mesmo tempo.

Outro exemplo do que estamos afirmando é o caso do Canal de Suez. Quando o Presidente Nasser nacionalizou a Companhia do Canal, em 1956, a França e a Grã-Bretanha entenderam que fôram prejudicados seus interêsses e lançaram seus paraquedistas sôbre

Port-Said. Aproveitando-se da situação, as fôrças armadas de Israel, por sua vez, invadiram o Egito. Não fôsse a advertência da URSS e, posteriormente, as gestões dos Estados Unidos, preocupados com as conseqüências imprevisíveis da agressão, o povo egípcio teria provàvelmente sucumbido sob a avalanche dos Exércitos estrangeiros.

Infelizmente, exemplos não faltam para caracterizar a política agressiva do imperialismo, sob qualquer forma que se apresente. Diàriamente, em tôdas as partes do mundo, êle se manifesta e procura reconquistar as posições perdidas, alegando que o "perigo vermelho" ou o "expansionismo comunista" ameaça às liberdades fundamentais da democracia (entenda-se, é claro, os monopólios, porque, na verdade, a chamada democracia representativa só atende, em última análise, aos interêsses do grande capital, mesmo que para isso seja forçado a fazer algumas concessões, em determinadas épocas, às massas e, sobretudo, à classe trabalhadora).

Feiticeiras de Salem

Ora, o argumento de que o comunismo constitui ameaça permanente à humanidade e de que é êle que incita os povos a se libertar do jugo colonial ou da pressão econômica ou, ainda, que os povos dos países subdesenvolvidos da África não estão em condições materiais e morais de conquistar a independência, é um argumento falacioso e desonesto. Os jornais que hoje taxam os nacionalistas e democratas, notadamente no Brasil, de comunistas ou vermelhos teriam certamente se existissem há 2 mil anos, acusado o Cristo de elemento subversivo. Os movimentos de libertação não foram criados por Karl Marx nem por Lênine ou Mao Tse Tung. Sempre existiram, em todos os tempos, e em

todos os Continentes. A história é pontilhada de guerras de independência e a humanidade é feita de fôrças positivas ou dinâmicas e de fôrças negativas ou estáticas. Há aquêles que lutam por condições melhores de vida, pela liberdade, pela justiça e pelo progresso; há aquêles, em contraste, que sempre se opõem a qualquer mudança, sob os mais diversos pretextos. Na Idade Média, Joana D'Arc foi acusada de bruxaria e jogada na fogueira pela própria Igreja Católica de conivência com a Monarquia, apenas porque quis libertar a França do invasor inglês. Hoje, a Inquisição tem outro nome! Em sua peça "As feiticeiras de Salem", Arthur Miller apontou à opinião pública os verdadeiros responsáveis pelos crimes praticados em nome de supostos ideais de democracia, liberdade e progresso contra tôda a humanidade. No século XX as bruxas são vermelhas. O imperialismo, na verdade, não hesita sôbre os meios desde que seja alcançado o objetivo final. O nazismo e o fascismo não foram mais do que duas variantes de luta contra todo o movimento revolucionário, em geral, e o socialismo em particular.

Contradições Internas

Mas, ao mesmo tempo em que luta contra o socialismo, o imperialismo enfrenta contradições internas, que o enfraquecem irremediàvelmente. Qualquer que seja a união internacional dos grupos econômicos e financeiros, o imperialismo sofre o drama de suas próprias contradições e discrepâncias. Não existe esfera das relações econômicas ou políticas na qual não entrem em choque os grupos monopolistas dos diversos Estados capitalistas. Mesmo os blocos político-militares, criados com a finalidade de preparar a guerra contra os países socialistas ou de sufocar movimentos de independência em outros países, convertem-se em arena de lutas constantes. Por quê?

Com a perda, depois da Segunda Guerra Mundial, de imensos mercados de venda, fontes de matérias-primas, recursos humanos, bases e comunicações, que antes possuíam em quase todo o globo terrestre, as potências imperialistas passaram a lutar entre si para sobreviver e assegurar, cada uma delas, a parte do leão.

As contradições interimperialistas aguçaram-se também em virtude da decomposição do sistema colonial. Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a Holanda, Bélgica, França, Inglaterra e Itália foram perdendo, uma por uma, suas colônias. Em alguns casos, lutaram com todos os recursos militares possíveis para debelar os surtos de independência. Na Indochina e na Argélia, a França resistiu durante mais de sete anos mas acabou cedendo. Os dois únicos países da Europa, que conseguiram até hoje conservar a quase totalidade de seus territórios de além-mar, são Portugal e Espanha. Mas chegará sua vez também... Em conseqüência da desintegração de seus impérios africanos e asiáticos, as potências imperialistas passaram a cobiçar as colônias que ainda existiam.

Capital Europeu

Com a aguçamento da luta de classes e das lutas das massas pela completa emancipação econômica, tornaram-se maiores as dificuldades dos povos. Ao mesmo tempo em que tenta esmagar o crescente movimento operário e democrático, o imperialismo procura superar suas próprias contradições internas à custa dos rivais. Êste fenômeno tende, asim, a agravar as relações entre os Estados imperialistas. Vejamos o que está

acontecendo entre os países-membros do Mercado Comum Europeu, de um lado, e os Estados Unidos e a Inglaterra, do outro. Completamente recuperadas dos terríveis estragos causados pela Segunda Guerra Mundial, a França e a Alemanha Federal estão entrando em choques com os Estados Unidos. A aliança franco-germânica e a oposição do General De Gaulle à entrada da Inglaterra na Comunidade Econômica Européia não foram mais do que duas manifestações concretas das veleidades de expansão do capital europeu e da resistência à infiltração do capital norte-americano no Velho Continente.

As perspectivas de nova crise econômica, de caráter mundial, também aguçam as contradições entre as potências imperialistas. O problema da venda de mercadorias reveste-se de particular gravidade ao aproximar-se a perspectiva de uma crise geral. Os monopólios lutam com redobrado empenho para assegurar-se os mercados e as fontes de matérias-primas baratas.

Agressões Imperialistas

A gravidade das contradições entre as potências imperialistas tornou-se maior também, em conseqüência do agravamento da desigualdade existente no desenvolvimento do capitalismo depois da segunda guerra mundial. Vejamos alguns dados. Segundo o "Monthly Bulletin of Statistics", a proporção correspondente a diversos países na produção industrial do mundo capitalista não foi a mesma em porcentagem sôbre o total: enquanto nos Estados Unidos aumentou de 41,4 para 48,6% entre 1937 e 1957, isto é, em vinte anos; na Alemanha Federal, de 9 para 10,1%; e na Itália, de 3 para 3,6%; na Inglaterra, em contraste, essa porcentagem caiu de 12,5 para 8,1%; na França de 6 para 5% e no Japão de 4,8 para 3%. Êstes dados são importantes porque refletem, de certo modo, o porquê das contradições interimperialistas. Convém, notar, entretanto, que no período acima citado o progresso não foi regular, havendo inclusive declínios. Por exemplo: cresceu de forma especial a proporção dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e nos primeiros anos que se lhe seguiram. Nada de extraordinário. A desorganização econômica nos países que fôram ocupados pelos hitleristas, o debilitamento da Inglaterra e a diminuição da produção nos países derrotados criaram condições propícias ao florescimento da produção norte-americana. O campo estava pràticamente livre! Além do mais, as nações da Europa Ocidental, como a França e a Inglaterra, assistiram ao processo de desintegração de seu império colonial, perdendo assim imensos mercados e fontes de matérias-primas. Dessa situação os Estados Unidos se aproveitaram para colhêr vantagens. Foi o que aconteceu posteriormente por ocasião da agressão anglo-franco-israelense ao Egito. Derrotados os agressores, os Estados Unidos tentaram imediatamente aprofundar a penetração no Oriente Médio. A famosa "Doutrina Eisenhower" não foi mais do que a tentativa de infiltração do imperialismo norte-americano no mundo árabe, a pretexto de combater o comunismo e de deter o "soi-disant" avanço soviético. Sabemos em que deu. A VI Armada dos Estados Unidos no Mediterrâneo interveio no Líbano para sufocar um movimento de rebelião popular. Kruschev ameaçou derreter as belonaves ianques em poucos segundos... e os agressores reembarcaram, apressadamente, suas tropas! Mais uma vez, portanto, graças ao campo socialista, o mundo árabe e com êle tôda a humanidade foram salvos de uma guerra.

Plano Marshall

Com o decorrer dos anos, os países da Europa Ocidental restabeleceram sua economia, graças inicialmente ao Plano Marshall, e depois à própria dinâmica do desenvolvimento. Acelerou-se o fomento da produção industrial em algumas nações subdesenvolvidas e ressurgiu a expansão nos países derrotados, como a Alemanha Federal e o Japão. Todos êsses fatos fizeram com que diminuisse gradativamente a porcentagem da participação dos Estados Unidos na produção industrial do mundo capitalista. A partir de 1948, países como a França e a Inglaterra, desenvolveram-se, inclusive, num ritmo mais elevado do que os Estados Unidos. Na Alemanha Federal, no Japão e na Itália êsse ritmo foi de 100 a 200% superior ao da América do Norte.

Resultou dessa situação o crescimento do poderio econômico da Europa Ocidental. Se é verdade que pelo potencial industrial os Estados Unidos continuam superando consideràvelmente qualquer outro país capitalista, que sua parte na produção industrial do mundo ocidental seja maior do que antes de 1939 e que prossiga metòdicamente a ofensiva contra as posições econômicas de seus aliados, resta o fato, porém, de que a correlação de fôrças entre as potências imperialistas alterou-se ùltimamente em detrimento dos Estados Unidos, em virtude, sôbretudo, do notável crescimento do Mercado Comum Europeu e, particularmente, da Alemanha Federal. Segundo Draguilev, em "A Crise Geral do Capitalismo", *"enquanto que de* 1937 *a* 1948 *aumentou em* 36% *a proporção dos Estados Unidos na produção industrial mundial, em* 1957, *relativamente a* 1948, *diminuiu em* 13,9% *ao passo que a parte da Alemanha Ocidental cresceu em mais de* 100%".

Logo depois da Segunda Guerra Mundial, a Europa dependia dos suprimentos norte-americanos em víveres, matérias-primas e outras mercadorias. Depois, as coisas mudaram. Hoje em dia, a Europa Ocidental é, dentro do campo imperialista, o mais forte concorrente dos Estados Unidos. Falando a um grupo de deputados franceses, em fevereiro de 1963, o General De Gaulle queixava-se da política comercial norte-americana no Velho Continente e não hesitava em falar de "imposição". Sempre foi esta, aliás, a política do imperialismo, quer seja êle norte-americano, francês, alemão, inglês ou japonês, para com os demais países. Não só contra os países subdesenvolvidos mas contra, também, as nações industrializadas, contra, enfim, as próprias potências capitalistas. Pois, os imperialistas lutam contra os outros e entre êles ao mesmo tempo. Não se pode analisar e compreender a evolução da conjuntura internacional sem aceitar esta lei fundamental da história. Quando De Gaulle se rebela contra a ingerência norte-americana na Europa ou nos assuntos internos da França, êle o faz essencialmente em virtude de seus interêsses de classe: E quais são êsses interêsses? Assegurar ao capital francês, o domínio do mercado. Claro que entram também no caso certas considerações nacionais, mas se o General De Gaulle fôsse realmente um homem que tivesse por objetivo fundamental o interêsse das massas, êle lutaria contra o imperialismo norte-americano buscando alhures o apoio de que necessita e não justamente no que há de mais reacionário e mais retrógrado na Europa. Hitler e Mussolini lutaram contra certas formas de imperialismo mas fracassaram redondamente porque não souberam nem quiseram fazer verdadeiras reformas de estrutura, em favor da classe trabalhadora.

Os homens, como se vê, mudam, mas o sistema continua. E, assim sendo, continua o círculo vicioso da exploração do homem pelo homem. Mudam os métodos mas não mudam os objetivos. As divergências existentes no campo imperialista, acentuadas por homens como De Gaulle, favorecem, entretanto, indiretamente, o movimento de libertação dos povos. É isto que é o principal. As classes trabalhadoras devem concentrar seus esforços nos seguintes três pontos: a luta contra o imperialismo, a luta pelo socialismo e a luta pela paz. É a trilogia fundamental da humanidade! Fora dela, não há salvação possível. Cada uma delas não se compreende fora da luta em conjunto contra o imperialismo, isto é, contra o grande capital, mas sempre tendo como objetivo a redenção das massas trabalhadoras dentro da coexistência pacífica. E que a verdade seja dita: graças à existência do campo socialista, unido e poderoso, a marcha dos povos pelo caminho da emancipação e da independência é inexorável. Isto não quer dizer que sem a existência da URSS ou de Cuba ou ainda da China Popular as massas trabalhadoras não pudessem liquidar a opressão externa ou interna. Absolutamente. Mas o fato é que sem êsses países socialistas o movimento revolucionário não poderia progredir com a mesma rapidez nem ter as mesmas probabilidades de êxito.

As modificações operadas no segundo qüinqüênio do após-guerra diminuíram as possibilidades de domínio dos Estados Unidos sôbre as nações industrializadas. Estas, à medida que iam reconstruindo sua economia e reconquistando novos mercados, passaram a tentar libertar-se do jugo norte-americano, seja em virtude da pressão das massas seja pelos interêsses próprios ao

capital nacional. Diminuiu assim a importância da chamada "ajuda" norte-americana como instrumento de subordinação financeira das nações da Europa Ocidental.

Ajuda Americana à Europa

De 1945 até o comêço da guerra na Coréia, em junho de 1950, a "ajuda" econômica dos Estados Unidos aos países capitalistas da Europa e a seus dependentes atingiu a soma de 17 bilhões e 583 milhões de dólares. Só em 1950-1951, essa "ajuda" foi de 2 bilhões e 174 milhões! No biênio 1953-1954, porém, ela foi de apenas 581 milhões de dólares. É verdade que simultâneamente a "ajuda" militar dos Estados Unidos a êsses países alcançou 745 milhões de dólares, em 1950-1951, para atingir 2,2 bilhões em 1957-1958 ("The New York Times", 14/1/1958). Mas, é preciso observar que o aumento da "ajuda" militar dos Estados Unidos demonstra a crescente participação da Europa Ocidental nos planos agressivos de Washington. Caso típico é o da Alemanha Federal, rearmada e modernamente reequipada, apesar das disposições em contrário dos Acordos de Potsdam, assinados em agôsto de 1945, para transformar-se, hoje em dia, na potência militarmente mais forte do campo ocidental e na vanguarda imperialista contra o campo socialista.

O aumento da expansão dos Estados derrotados, aliás, constituiu fator de aguçamento das contradições interimperialistas. Os monopólios norte-americanos prestaram ajuda decisiva aos monopólios da Alemnha Federal e do Japão para obter o ressurgimento do potencial econômico-militar dêsses países. Mas se os magnatas financeiros conseguiram, nêste ponto, alcançar os objetivos, destinados, em última análise, a pre-

parar uma guerra de agressão à União Soviética, o resultado dessa política foi, também, o aumento da concorrência dos dois países acima citados no mercado capitalista mundial. Basta dizer que hoje a Alemanha Federal é o país que tem, depois dos Estados Unidos, os maiores investimentos aplicados no Brasil. O Japão está novamente invadindo o mundo com seus produtos, mais baratos e tècnicamente melhores, do que os norte-americanos. Na verdade, a experiência histórica demonstra que os países que se atrasam aceleram posteriormente o desenvolvimento, aguçando-se assim a luta de uns para antecipar-se aos outros. Nas condições atuais, a diferença entre o nível econômico dos Estados Unidos e o de outros países capitalistas ainda é muito grande. Entretanto, essa diferença diminuiu nos últimos anos e tende a diminuir ainda mais. Enquanto em 1953 a fundição de aço na Alemanha Federal correspondia a aproximadamente 15% da produção norte-americana, no ano de 1957 já chegava a 25%.

Paralelamente a essa tendência à nivelação econômica quantitativa dos países imperialistas, opera-se também a nivelação qualitativa dos mesmos. Depois da Primeira Guerra Mundial, as diferentes potências imperialistas perderam seus traços específicos. A França não se limita mais à exportação de capitais sob a forma de empréstimos governamentais, mas também sob a forma de inversões diretas, isto é, colocando capitais na indústria, no transporte e em outras emprêsas no exterior. O imperialismo francês deixou de ser, portanto, exclusivamente usurário, como o havia definido Lênine. A Inglaterra, por sua vez, continua sendo uma potência imperialista colonialista, mas com esta diferença que os seus territórios de além-mar estão se esfacelando. Já os Estados Unidos e a Alemanha Federal, que não possuem colônias pròpriamente ditas, exercem

seu imperialismo, fazendo colossais investimentos nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. É bem verdade que os norte-americanos possuem territórios como Pôrto Rico, o Canal de Panamá e numerosas ilhas do Pacífico que são verdadeiras colônias. Resta um fato, extremamente importante: os imperialistas entram freqüentemente em conflito entre si ao perseguir o mesmo objetivo.

Conflitos no Mundo Capitalista

Atualmente, a principal contradição no campo imperialista entre os Estados Unidos, de um lado, e a França e a Alemanha Federal, do outro. Em outros têrmos, a Inglaterra deixou pràticamente de ser a potência mais poderosa do mundo ocidental, após a América do Norte. O simples fato de que, acusada pelas necessidades, ela tente entrar no Mercado Comum Europeu, empurrada para tanto pelos dirigentes de Washington, dá a idéia da posição de defensiva em que se encontra.

É bem verdade que a Inglaterra, graças a seus recursos naturais e às ligações com o Commonwealth, ainda é uma potência industrial de primeira importância no mundo de hoje. Mas tem à sua frente dois grandes inimigos implacáveis: o imperialismo norte-americano, que procura desalojá-la de tôdas as posições que ocupa, e o imperialismo franco-germânico, que procura, por todos os meios, passar-lhe à frente. É uma batalha gigantesca que poderá ter conseqüências importantíssimas para o futuro da humanidade dentro dos próximos anos. Stalin já dizia que a próxima guerra mundial se daria entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Talvez; não é nada impossível, de qualquer modo, que a próxima guerra mundial seja provocada por um conflito armado entre as próprias potências imperialistas.

Na verdade, não há esfera no sistema econômico mundial do capitalismo em que não haja contradições interimperialistas. Trava-se, assim, uma luta renhidíssima pelos mercados de venda. Basta examinar alguns dados concretos, que falam por si só mais do que longas análises. Em 1945, a parte dos Estados Unidos na exportação capitalista mundial chegava a 40% mas, com o decorrer dos anos, a situação modificou-se progressivamente e, no ano de 1945, a porcentagem da América do Norte já correspondia à metade de 1945. A partir de 1951, isto é, durante a guerra da Coréia, a parte das exportações norte-americanas começou a subir de nôvo um pouco, mas nem o Plano Marshall nem outros recursos de expansão econômica e nem mesmo a corrida armamentista permitiram que os monopólios ianques conseguissem recuperar as posições perdidas.

Em contraste, os monopólios da Alemanha Federal aumentaram ràpidamente suas exportações. Basta dizer que estas, que foram de 4,1 bilhões de marcos em 1949, passaram para 41 bilhões, em 1959, multiplicando-se por quatro com as nações subdesenvolvidas. Atualmente, a Alemanha Federal está prestes a ocupar o lugar que correspondia a tôda a Alemanha na exportação capitalista mundial antes da Segunda Guerra Mundial. Ao deixar para trás a Inglaterra em alguns índices importantes de produção (aço: 35 milhões de toneladas), a Alemanha Ocidental tende a se transformar na segunda potência industrial do mundo imperialista.

Exportação

Outro ponto importante que explica a exacerbação da luta no campo imperialista são as mudanças havidas na estrutura da exportação de alguns países capitalistas. Como? Antes da guerra, a Inglaterra, por

exemplo, exportava principalmente produtos têxteis, carvão e laminados de aço. Hoje, exporta, mais ou menos, os mesmos produtos que os Estados Unidos ou a Alemanha Federal. Aumentou, pois, a concorrência e aumentando a concorrência entre as nações imperialistas aumentaram ao mesmo tempo, as divergências entre elas. Por exemplo: franceses e germano-ocidentais construíram, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, carros de passeio, econômicos e mais baratos do que os norte-americanos, que fizeram concorrência enorme aos automóveis luxuosos dos Estados Unidos. Resultado: em pouco tempo, os "Volkswagen" e os "Dauphine" invadiram o mundo inteiro. Os norte-americanos tiveram de reagir para salvar sua indústria automobilística e lançaram no mercado carros do mesmo tipo. Êste é um exemplo entre outros da concorrência entre nações capitalistas.

Rainha dos Mares

Na luta pelos mercados, a frota mercante reveste-se de singular importância. Durante séculos, a Inglaterra foi a "rainha dos mares"; ninguém conseguia arrebatar-lhe o título. Seus navios transportavam toneladas de mercadorias e dêsse comércio tirava fortunas fabulosas. Mas, durante os últimos quinze anos, quase não aumentou a tonelagem de sua frota. Os inglêses limitaram-se pràticamente a repor os navios que iam sendo encostados, quando norte-americanos e germano-ocidentais se esforçavam em aumentar consideràvelmente a frota mercante. Que aconteceu? Em 1955, o pêso da Inglaterra na marinha mercante do mundo capitalista era de 20% contra 38% para os Estados Unidos. Em outros países, como o Japão e a França, novos navios têm saído dos estaleiros, ameaçando assim as posições dos

ingleses. Resultado: acentuou-se a concorrência tanto na esfera do transporte marítimo como na da venda de barcos mercantes. É interessante lembrar a respeito que os armadores britânicos foram os primeiros a protestar enèrgicamente contra o bloqueio naval norte-americano a Cuba e contra as limitações impostas pelos Estados Unidos ao comércio com Havana. Por quê? Os armadores britânicos não podiam aceitar que, em nome de considerações políticas, fôssem prejudicados seus interêsses.

Preço do Ouro

Também na esfera das relações financeiras surgiram inúmeras contradições entre as potências imperialistas depois da Segunda Guerra Mundial. Vejamos, por exemplo, o problema do câmbio de divisa, um dos mais importantes. Todos nós lemos nos jornais que o preço do ouro está caindo ou está subindo, mas, na verdade, não sabemos bem por quê. Ora, essas flutuações não se fazem ao acaso. Há uma razão. Qual é? Por um acôrdo internacional específico de 1934, o preço do ouro foi fixado em 35 dólares a onça. Atualmente, tal paridade do dólar não corresponde à realidade, uma vez que a moeda norte-americana se tem desvalorizado. Devido a que os Estados Unidos são os mais importantes compradores de ouro e os principais exportadores de mercadorias no mundo capitalista, criou-se para êles uma vantajosa diferença de preços. Em outros têrmos, os monopólios norte-americanos vendem suas mercadorias a preços elevados e recebem em troca ouro a preços reduzidos. Esta troca acarreta prejuízos, antes de tudo, para os países produtores de ouro. Sabe-se que 75% das jazidas auríferas do mundo capitalista pertencem aos países do Império Britânico,

enquanto os Estados Unidos não possuem mais do que 10% do total de jazidas. Conclui-se daí que os inglêses estão interessados na elevação do preço em ouro do dólar ao passo que os norte-americanos querem conservar o preço estabelecido em 1934.

Para os monopólios ianques, com efeito, o baixo preço do ouro não tem só a vantagem de proporcionar-lhes grandes lucros; com isso conseguiram concentrar nos Estados Unidos cêrca de dois terços das reservas de ouro dos países capitalistas, garantindo assim para o dólar a posição de divisa predominante no mundo capitalista. A manutenção do baixo preço do ouro é um ótimo negócio para os dirigentes de Washington; o dólar torna-se dêsse modo uma moeda muito procurada. De tudo isso têm de surgir conflitos e discórdias entre os Estados Unidos e a Inglaterra. De quando em vez, as agências de notícias informam que grandes carregamentos de ouro chegaram "inexplicàvelmente" a Londres e que o preço do ouro vai cair verticalmente. Temem então os jornais que a URSS, que possui enormes jazidas, lance no mercado grandes quantidades de ouro e destrua conseqüentemente a economia dos países capitalistas. Muitas vêzes, porém, são manobras dos próprios monopólios para tentar consolidar suas posições.

Como se vê, não faltam razões de divergências entre as potências imperialistas e tudo mostra que elas tenderão a agravar-se com o decorrer do tempo. Quanto maiores essas divergências e êsses conflitos tanto melhor para os povos em geral e para os povos das regiões subdesenvolvidas, em particular. Quando De Gaulle abre uma brecha na Aliança Atlântica, indiretamente serve aos interêsses de países como o Brasil, pois debilita o imperialismo norte-americano, atualmente o mais poderoso e o mais atuante de todos os imperialismos.

O imperialismo, porém tem esta qualidade de saber adaptar-se às contingências do momento, lançando mão de métodos sutís e recursos hábeis para exercer ou aumentar o domínio sôbre os povos menos favorecidos. É o que vamos estudar agora considerando a chamada "ajuda" ao exterior.

VII

AJUDA AO EXTERIOR

O despertar das nações africanas, acompanhado de perturbações econômicas e sociais, bem como o desenvolvimento irregular da América Latina, numa época em que se os países mais industrializados aceleram o ritmo de desenvolvimento, alertaram as grandes potências sôbre a urgente necessidade de resolver o problema da ajuda às regiões subdesenvolvidas. A tese iugoslava, segundo a qual o eixo Norte-Sul, isto é, o desequilíbrio existente entre as nações industrializadas do hemisfério norte e as nações subdesenvolvidas do hemisfério sul, é, de certa maneira, muito mais grave e muito mais perigoso para a manutenção da paz, tem tôda a atualidade. Não é de extranhar, portanto, que tanto no seio da ONU como nos principais organismos internacionais inúmeros tenham sido nos últimos anos os pronunciamentos a respeito, não lhes faltando o apoio dos chefes de Estado que, em mais de uma ocasião, usaram da palavra para acentuar a gravidade do assunto.

Em face do prodigioso desenvolvimento dos países socialistas, facilitado pela ajuda da União Soviética, os Estados Unidos viram-se forçados a prestar assistência a seus aliados mais próximos, especialmente os da Europa Ocidental, contribuindo dessa maneira para a

consolidação de seu poderio militar e político. Preocupados, antes de mais nada, por considerações de ordem estratégica, os dirigentes norte-americanos relegaram aparentemente, durante longos anos, as nações subdsenvolvidas a um plano secundário. Hoje, entretanto, a América do Norte está lançada numa grande ofensiva para recuperar na África e na América Latina os mercados e as posições que está perdendo na Europa com o ressurgimento do imperialismo naquela área.

Com 6% da população mundial, a metade de todo o ouro do mundo e um sexto dos investimentos globais, os Estados Unidos consomem mais da metade da produção do globo terrestre. No entanto, a grande potência do hemisfério ocidental precisa mais do que nunca dos países subdesenvolvidos que lhe fornecem enormes quantidades de matérias-primas, como o manganês, o estanho, o níquel, a borracha e o petróleo. É bom lembrar que grande parte da "ajuda" econômica e militar dos Estados Unidos ao exterior, depois da Primeira Guerra Mundial, foi dirigida para os países industrializados, especialmente a Grã-Bretanha (41,1%) e a França (13,7%) ao passo que a América Latina e o Oriente Próximo só receberam 10% da mesma.

Reconstrução da Europa

Logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos concentraram esforços na reconstrução da Europa Ocidental, mas à medida que esta consolidava sua economia, a ajuda norte-americana, que era de 3.300 milhões de dólares, em 1950, diminuiu aos poucos até chegar a 1.300 milhões de dólares, em 1957, vindo a transformar-se mais tarde em ajuda essencialmente militar. Ao mesmo tempo, a ajuda dos Estados Unidos ao Extremo-Oriente aumentou consideràvelmente, pas-

sando de 700 milhões de dólares, em 1950, para 1.600, em 1957, isto, apesar de o volume da ajuda ao exterior ter diminuido no mesmo período. Convém acentuar que no primeiro qüinqüênio depois da II Guerra Mundial as inversões norte-americanas no exterior passaram de 16,8 bilhões de dólares, em 1945, para 34,7 bilhões, em 1950. Em conseqüência do conflito contra o Eixo, a Inglaterra, em contraste, teve de reduzir sensìvelmente suas inversões no exterior, que cairam de 3,5 bilhões de libras esterlinas, em 1939, para 2 bilhões em 1950. A exportação de capitais franceses também sofreu sensível queda: de 45 a 55 bilhões de francos-ouro, às vésperas de 1939, caiu para 23-30 bilhões depois de 1945.

Os dirigentes das potências ocidentais, isto é, capitalistas, insistem sôbre a importância de sua "ajuda" ao exterior, procurando com isso: primeiro, dar-lhe caráter desinteressado; segundo, provar que o campo socialista nada faz para levantar o nível de vida dos povos subdesenvolvidos.

Dólares Para a Ásia

Vejamos, a título de exemplo, o que tem sido a chamada ajuda econômica dos Estados Unidos ao Continente asiático. Pois bem, de 1945 a 1957, a Ásia recebeu da América do Norte um pouco mais de 9.100 milhões de dólares, sendo o Japão, a Coréia do Sul, Formosa e as Ilhas Filipinas os principais beneficiários, com 6.700 milhões de dólares. Êstes quatro países, para os quais não incluímos a ajuda militar, representam em conjunto o terço da população da Índia, a qual no mesmo período só recebeu oficialmente 400 milhões de dólares dos Estados Unidos, isto é, 16 vêzes menos. Êsses dados mostram que a ajuda econômica

não foi distribuída, levando-se em consideração as necessidades econômicas e sim, antes de mais nada, fatôres estratégicos e militares.

Quatro vêzes mais povoada do que o Japão, a Índia é, também, menos industrializada e sua população possui nível de vida mais baixo. No entanto, foi menos favorecida do que outras nações já industrializadas. É bem verdade que os Estados Unidos compreende a importância estratégica da Índia no Sudeste Asiático, especialmente o papel que pode desempenhar contra a China Popular. O conflito de fronteiras sino-indiano, em fins de 1962, serviu aos interêsses dos imperialistas porque, além de justificar uma "ajuda" em massa dos Estados Unidos, teve a vantagem de abrir uma brecha no flanco sul do colosso socialista da Ásia.

No caso da Coréia do Sul, vinte vêzes menos povoada do que a Índia mas cinco vêzes mais ajudada, compreende-se que os dirigentes de Washington queiram apressar-lhe a reconstrução. Às portas da Coréia do Sul está a democracia popular da Coréia do Norte, com o exemplo de seu extraordinário reerguimento. Mas, em contraste, nada justifica que a chamada China Nacionalista seja mais favorecida do que a Índia, em se tratando de ajuda aos países subdesenvolvidos.

Nestas condições, sòmente cálculos estratégicos e imperialistas podem explicar essa curiosa repartição de uma ajuda econômica que se destina, em princípio, a levantar o nível de vida dos povos subdesenvolvidos, ameaçados de abandonar o campo ocidental. Se as nações capitalistas e, especialmente, os Estados Unidos, querem provar que seu sistema pode rivalizar com o socialismo, não se compreende que a ajuda aos países subdesenvolvidos seja limitada por considerações de ordem política. Ajuda real não existe sem modernização da agricultura, desenvolvimento da indústria, criação de sistemas escolares além de outras medidas que fortaleçam a economia dêsses países.

Ajuda da URSS

Haja visto o exemplo de Cuba, que encontra no campo socialista, num sistema, portanto, livre de exploração, o apoio de que necessita para acelerar o desenvolvimento de sua economia. Em artigo publicado na revista "Política Internacional" (N.º 306 — 5/1/1963) um economista soviético citou alguns dados interessantes sôbre a ajuda da URSS ao mundo subdesenvolvido. Por exemplo: as indústrias siderúrgicas, que estão sendo montadas na Índia, Indonésia, Iraque, Cuba e Ceilão, terão uma capacidade de produção anual superior a 3,5 milhões de toneladas de aço; as refinarias em construção poderão produzir 9 milhões de toneladas de petróleo por ano; as centrais hidroelétricas atualmente instaladas, entre as quais se destaca a formidável obra da represa de Assuã, na República Árabe Unida, produzirão anualmente 20 bilhões de kw/h de energia elétrica. Na base dos acordos assinados, a União Soviética está colaborando efetivamente na construção de 480 fábricas e instalações similares nos países subdesenvolvidos, tendo concedido, até o presente momento, empréstimo num total superior a três bilhões de dólares, com juros de apenas 2,5% na maioria dos casos. Convém acrescentar a respeito que o pagamento dêsses empréstimos se faz, em geral, por meio de artigos tradicionais de exportação, sem perda de divisas fortes nem exigências políticas. Esta é a diferença entre uma nação socialista e uma potência imperialista!

Na verdade, o imperialismo fundamenta suas relações internacionais sôbre a lei da exploração dos mais fracos pelos mais fortes, ao passo que o socialismo

rege sua política externa pelos princípios de respeito mútuo e não-ingerência em assuntos alheios. Disse muito bem Prohorov em seu artigo:

"Os capitais ocidentais procuram aproveitar-se da necessidade que têm os países insuficientemente desenvolvidos de obter ajuda externa para realizar seus objetivos impor-lhes novas formas de dependência e conservá-los como objetos de exploração e fontes de altos lucros. Sòmente dessa maneira é possível explicar o fato de que as potências ocidentais continuam a negar-se, com obstinação, a contribuir de modo eficaz para a industrialização dos países subdesenvolvidos".

Compreende-se, também porque a União Soviética e as demais nações do campo socialista não podem participar dêsses projetos internacionais de ajuda ao exterior, quando sabem perfeitamente a que objetivos se destinam os fundos levantados. Aí está o caso do Congo, onde durante muito tempo os norte-americanos e seus aliados europeus empregaram os recursos da ONU para tentar salvar as riquezas dos monopólios. A sesseção do Katanga não foi mais do que uma manobra dos capitalistas belgas para conservar as minas de cobre e urânio, que davam ao país enormes recursos. Em troca de boa vontade, Tshombe, que não hesitou em mandar assassinar o grande patriota Patrice Lumumba para levar adiante seus planos, recebia anualmente 40 milhões de dólares!

Investimentos Particulares

Nem sempre, aliás, os créditos governamentais representam a principal fonte de ajuda norte-americana ao exterior. Em certas regiões, os investimentos particulares desempenham papel muito mais importante. O relatório Rockfeller, apresentado ao Presidente Eisenhower, em 1958, acentou essa nova tendência da política dos Estados Unidos para com os países industrializados e subdesenvolvidos. Segundo os dados de 1956, a ajuda governamental foi de 155 milhões de dólares, milhões de dólares para a Europa Ocidental ao passo que os investimentos particulares alcançaram 990 milhões de dólares. No que se refere à América Latina, a ajuda governamental foi de 155 milhões de dólares, contra 1.056 para os investimentos particulares, enquanto que nos países da Ásia, da África e do Oriente Próximo a ajuda governamental alcançou 1.361 milhões de dólares, contra 443 milhões. Os investimentos particulares são, portanto, duas vêzes superiores à ajuda governamental, mas se dirigem principalmente para as nações industrializadas e não para as regiões em vias de desenvolvimento, com exceção, talvez, da América Latina.

Compreende-se de certo modo que os capitais particulares hesitem diante das perturbações econômicas e sociais da Ásia e, principalmente, da África, preferindo um país como o Canadá o qual, pela posição geográfica e pela segurança interna, oferece maiores garantias do que a Índia ou a Indonésia. Mas se a ajuda ao exterior significa, em particular, a contenção da "avalancha comunista", por meio de repetidas injeções de dólares nos povos menos favorecidos, não se entende como os dirigentes de Washington podem fugir a seus riscos. O exemplo dos países africanos, como o Congo, a Guiné e Gana, aí está para provar as graves deficiências da ajuda norte-americana às regiões subdesenvolvidas. Na verdade, os investimentos privados preocupam-se, antes de mais nada, em realizar lucros máximos em condições mínimas de risco, pouco se interessando em tirar da miséria as regiões onde se instalam. Além do mais, a intromissão das emprêsas norte-

americanas nos assuntos internos locais constitui fonte de atritos permanentes que, na América Latina, por exemplo, se traduzem em atos de hostilidade declarada. É interessante observar a respeito que os países latino-americanos, maiores beneficiários da ajuda privada, são justamente os que batem no momento todos os recordes de antiamericanismo.

Caso do Ceilão

Recorda-se que no dia 8 de fevereiro de 1963 os Estados Unidos cortaram tôda a ajuda ao Ceilão, por ter êsse país nacionalizado "sem compensação razoável", duas firmas petrolíferas norte-americanas que lá funcionavam. De acôrdo com uma cláusula incluída no "Foreign Aid Act", em 1961, a Agência Internacional de Desenvolvimento resolveu suspender tôda a colaboração financeira com o Ceilão, inclusive somas de fomento, assistência técnica e de outro tipo, num montante total de 3.800.000 dólares. Em 1962, como se sabe, o govêrno de Colombo nacionalizou, como era de seu direito, 83 estabelecimentos pertencentes à "Esso Standard Eastern" e à "Caltex Ceilan". Segundo informações prestadas pelas duas firmas, seus bens subiam a respectivamente 2.500 milhões e 1.500 milhões de dólares. Vejamos agora o que declarou David Bell, diretor da AID, segundo telegrama publicado no "Jornal do Brasil" do dia 9 de fevereiro:

"Em momento algum os Estados Unidos discutiram o direito do Govêrno de Ceilão de expropriar propriedades privadas em ação no seu território. Mas quando êsses bens pertencem a cidadãos de países estrangeiros, o pagamento rápido de uma efetiva e adequada compensação *(o grifo é nosso) é algo exigido pelas leis internacionais. Por seu lado, o Govêrno cin-*

galês não se negou a pagar a indenização, afirmando, repetidas vêzes, que isso seria feito. Todavia, as medidas adotadas nesse sentido pelo Ceilão não são consideradas pelo Govêrno dos Estados Unidos como apropriadas ao caso, *(o grifo é nosso), já que não asseguram o pronto reembôlso do valor total das propriedades nacionalizadas".*

O exemplo do Ceilão é bem significativo dos métodos empregados pelo imperialismo norte-americano em suas relações com nações que precisam de ajuda externa. O povo costuma dizer: "Ou dá ou desce" e com razão! Ceilão não é o único caso; outros países também têm sofrido as conseqüências da insolência ianque.

Uma vez que a ajuda particular não dá os frutos esperados, resta saber se a ajuda governamental traz, no momento, as vantagens que delas podem esperar as nações subdesenvolvidas. Quando a ajuda econômica, outorgada pelos Estados Unidos à Índia, alcançava 400 milhões de dólares, na mesma época a Grécia e a Turquia recebiam, além de importante ajuda militar, dois milhões de dólares. Se levarmos em consideração os índices da população, veremos que a relação é de 1 para 16. Em outros têrmos, a Índia deveria ter recebido 24.000 milhões de dólares e, mesmo assim, ainda enfrentaria o grave problema da miséria, como os dois países acima citados.

Regiões Subdesenvolvidas

Os Estados Unidos entendem que o afluxo de capitais e de técnicos é o principal meio de transformar as regiões subdesenvolvidas, isto é, de desenvolvê-las, apesar de serem estas ricas em matérias-primas. Mas, ainda que não fôssem condicionados a nenhuma

exigência política ou militar, os créditos ao exterior teriam valor limitado se não fôsse dada prioridade absoluta à mão-de-obra e às riquezas naturais que constituem o verdadeiro capital das nações subdesenvolvidas. Além disso, para ajudar as regiões menos favorecidas os Estados Unidos e as potências ocidentais em geral devem reduzir as importações de matérias-primas e multiplicar *in loco* as indústrias de transformação.

O mundo ocidental e capitalista lutou, primeiramente, contra as epidemias e desenvolveu a higiene pública, favorecendo desta maneira o índice de progresso demográfico. Discute-se agora nos Estados Unidos sôbre se os créditos de ajuda ao exterior poderão ser utilizados para frear os nascimentos nos países subdesenvolvidos! Êste exemplo prova que os próprios norte-americanos constataram que sua ajuda ao exterior não alcançou os objetivos almejados. O fato é que nos últimos cinco anos os Estados Unidos tiveram que fazer frente a pesados *deficits* em sua balança de pagamento, admitindo algumas autoridades que o saldo negativo que se acumulou foi conseqüência da má política dos créditos de ajuda e da exportação de capitais privados. Basta ter em mente, aliás, as sucessivas quedas de ações na Bôlsa de Nova Iorque.

Países Industrializados

Não é só para os países subdesenvolvidos que se dirigem os capitais. Na atual etapa da crise geral do capitalismo aumentaram, também, consideràvelmente as proporções da exportação de capitais para os Estados industrializados. Neste sentido, é vultosa a expansão do capital norte-americano. Em 1950, exerciam atividades na Inglaterra 650 companhias dos Estados

Unidos e sucursais. Três anos mais tarde, os monopólios norte-americanos tinham investidos na Inglaterra capitais num montante de 1,1 bilhão de dólares e controlavam fundos britânicos cuja quantia era superior várias vêzes às suas inversões diretas. A produção de tôdas as companhias norte-americanas estabelecidas na Inglaterra era avaliada, em 1954, em cêrca de 2,8 bilhões de dólares, isto é, quase 7% da produção britânica. De 1945 a 1955, a Alemanha Federal recebeu dos Estados Unidos uma injeção de dólares, calculada em 3.868 milhões. Os investimentos privados norte-americanos passaram de 204 milhões de dólares, em 1950, para 795 milhões, em 1959. Pois bem, êsses investimentos estão concentrados principalmente nas indústrias do petróleo e de automóveis, bem como na indústria de equipamento eletrônico.

Caso da França

E a França? O capital norte-americano naquele país atingia, em 1953, a cêrca de 875 milhões de dólares. Da soma total de lucros obtidos naquele ano, .. 12% aproximadamente corresponderam ao capital ianque. Em fevereiro de 1963, o Ministro das Finanças. Sr. Giscard d'Estaing, resolveu pedir à Comissão Executiva do Mercado Comum uma reunião para discutir os meios de defesa contra os inconvenientes da entrada em massa dos capitais norte-americanos não só na França como em tôda a Europa Ocidental. Vejamos agora o que escreveu, recentemente, Luís Edgar de Andrade, correspondente do "Jornal do Brasil, em Paris:

"Pelo menos, em três setores da economia francesa, a participação americana já ultrapassou a chamada quota de alarme: a indústria automobilística, a indústria de refrigeradores e as indústrias alimentares.

Segundo os peritos governamentais, a fabricação de material telegráfico e telefônico, de máquinas de calcular, de máquinas de costura e de máquinas eletrônicas em geral já está, numa porcentagem de 60 a 70 por cento, nas mãos de estrangeiros. Acontece que alguns dêsses setores são considerados de interêsse estratégico.

O caso mais impressionante é o do automóvel: dentro de três anos, em quatro carros que circularem na Europa, um será americano. Já em 1964, a "Ford" e a "General Motors" produzirão na Europa 2 milhões e 350 mil veículos, o que significa que a metade da produção européia total" ("Jornal do Brasil" de .... 10-2-1963).

Em janeiro de 1963, graças a uma manobra de grande habilidade na Bôlsa de Paris, a "Chrysler", de Detroit, conseguiu comprar 65% das ações da fábrica francesa de automóveis "Simca". Como 27,5% do capital da "Simca" já estavam nas mãos da "Fiat", os franceses ficaram inteiramente fora do negócio. Foi por isso que o Primeiro-Ministro Georges Pompidou, da França, declarou, perante a Câmara de Comércio Americano, em Paris, que "os investimentos americanos são, em princípio, úteis e bem recebidos, mas suas conseqüências devem ser estudadas, atentamente, *a fim de se evitarem surprêsas no futuro*" (o grifo é nosso).

Disse ainda Luís Edgar de Andrade em seu artigo:

"Pouco a pouco, a Europa se torna um campo de batalha dos grandes fabricantes de automóveis dos Estados Unidos, que transportam, para o outro lado do Atlântico, a sua concorrência feroz. Visto que na França a indústria automobilística tem o aspecto de verdadeiro barômetro da prosperidade, a infiltração americana, nesse setor, começa a preocupar o General De Gaulle. Aliás, o General estrilou quando soube que

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

a fábrica de máquinas de escrever "Remington-Rand", em Caluire, fechou de repente, desempregando 1.100 operários, porque a matriz, nos Estados Unidos, resolveu concentrar a produção européia nas duas fábricas da Alemanha e da Itália" ("Jornal do Brasil" de 10-2-1963).

E terminou seu artigo com as seguintes palavras:

"A iniciativa francesa (N. do A. — fechar as portas do Mercado Comum Europeu à Inglaterra) cria um certo constrangimento ao govêrno americano porque, aparentemente, ela coincide com as recomendações do Presidente Kennedy aos americanos no sentido de não expatriar os seus capitais, em virtude das atuais dificuldades da balança de pagamentos americana. As saídas maciças de dólares põem em perigo a estabilidade da moeda americana e as reservas do Tesouro americano. Acontece que, segundo os economistas americanos, os investimentos no exterior, dentro de cinco a dez anos, produzirão lucros suficientes para recolocar os Estados Unidos numa situação privilegiada, em matéria de balança de pagamentos" ("Jornal do Brasil" de 10-2-1963).

Assim, verificamos que a penetração do capital norte-americano em outros países capitalistas desenvolvidos provoca contradições complementares entre os imperialistas, pois os monopólios desses países não estão dispostos, "et pour cause", a abrir mão do mínimo que seja de seus lucros. Devido à desproporção entre as gigantescas firmas norte-americanas e as companhias francesas, a concorrência se torna insustentável. O "Financial Times", de Londres, prevê que dentro de cinco a dez anos, quando terminar a fase de expansão do Mercado Europeu e cessarem os reinvestimentos, começará a sangria de divisas: o repa-

triamento dos lucros, com a saída já prevista de cem milhões de dólares anuais, só da França!

Posse das Matérias-Primas

Outro aspecto importante do imperialismo na época atual é a luta dos grupos financeiros pela posse monopolista das matérias-primas, luta essa relacionada com os preparativos de guerra levados a cabo pelos círculos mais retrógrados. O advento do socialismo em vários países do mundo e a independência dos povos africanos reduziram, entretanto, as possibilidades das fôrças imperialistas. A luta pelas matérias-primas aguçou-se também porque atualmente a monopolização das fontes, da extração e da elaboração primária dessas matérias-primas, bem como do mercado de venda das mesmas no mundo capitalista, adquiriram nível muito elevado.

Hoje em dia, cêrca de cem grandes monopólios concentram entre suas mãos três quartos das reservas naturais conhecidas no mundo capitalista e mais de dois terços da extração dos mais importantes minérios. Em 1952, sete companhias — 5 norte-americanas, 1 britânica e 1 anglo-holandêsa — se haviam apoderado de 66% dos recursos naturais conhecidos e de 56% do petróleo do mundo capitalista. A luta pelas matérias-primas é aguçada também devido ao fato de que cêrca de 90% das reservas de minérios importantes foram arrebatados pelo capital das três maiores potências imperialistas: Estados Unidos, Inglaterra e França. Em 1952, corresponderam-lhe 83% da extração e elaboração no mundo capitalista dos 23 minérios mais importantes. Só os Estados Unidos tinham uma proporção de 51,8% na produção industrial do mundo capitalista e de 63% no volume global da extração dos 23 minérios mais importantes.

A luta pelo petróleo é uma das páginas mais impressionantes do imperialismo e merecia ser analisada em detalhes. Os monopólios norte-americanos e britânicos travam nesse terreno luta de vida e de morte. Em 1937, cabiam aos trustes britânicos 77% da extração global de petróleo no Oriente Médio e no Oriente Próximo e aos trustes norte-americanos 13% apenas. Pois bem, depois da II Guerra Mundial, a situação mudou radicalmente: em 1953, a parte inglêsa havia-se reduzido a 29% e a norte-americana havia-se elevado a 60%. A posse das jazidas de petróleo, o precioso ouro negro que alimenta máquinas, indústrias, aviões, navios, foguetes, fábricas, principal fonte de energia enfim de nossa civilização, deu origem a terríveis lutas entre as fôrças imperialistas e a terríveis batalhas contra os povos árabes ou asiáticos

Na luta pelas matérias-primas apareceu um nôvo fator: a energia atômica. Dentro de alguns anos, o úrânio será muito mais importante do que o petróleo. Pois é êle que dá nascimento, depois de processado, à energia atômica. Monopólios norte-americanos, britânicos, franceses e belgas procuram apoderar-se de tôdas as jazidas existentes no mundo capitalista e, especialmente, nos países subdesenvolvidos, como o Congo. No Brasil, navios norte-americanos carregam, secretamente, toneladas de areia monazítica para os Estados Unidos.

O mesmo acontece com o manganês. Atualmente os três países que possuem maiores reservas de manganês no mundo, em ordem decrescente, são: a União Soviética, a Índia e o Brasil. Por motivos óbvios, os ianques não podem contar com as reservas soviéticas; restam, então, a Índia e o Brasil. Quando se sabe que

o minério de manganês é imprescindível à indústria siderúrgica, é fácil compreender o interêsse que têm os Estados Unidos em controlar-lhe a exploração. Estando situada a milhares de quilômetros do Continente americano, a Índia não oferece as mesmas vantagens do que o Brasil para os monopólios norte-americanos. Resultado: no Território do Amapá, a "Bethlem Steel Co." está trabalhando dia e noite para retirar, enquanto é tempo, o que houver de manganês. E em Minas Gerais, de onde as companhias brasileiras exploram o minério de que precisam, as reservas vão desaparecendo ràpidamente.

É evidente que a luta dos imperialistas pela posse das matérias-primas se concentra nos países subdesenvolvidos, onde são maiores as reservas, mais barata a mão-de-obra e menos rigorosos os sistemas de contrôle. Em 1955, correspondiam às regiões subdesenvolvidas do mundo 4/5 das reservas exploradas de petróleo do mundo capitalista, 9/10 das reservas e da extração de manganês e de cromo, 3/5 partes da extração de bauxita etc...

Apetite Americano

Compreende-se porque as potências imperialistas da Europa tudo fizeram para conservar suas colônias, acusando em mais de uma ocasião os Estados Unidos de nada ou pouco fazer para ajudá-las a sufocar os movimentos de independência. Porque, muitas vêzes, não intervinham ativamente os norte-americanos? Por uma razão muito simples: sabiam que, mais cêdo ou mais tarde, essas colônias alcançariam a independência e precisariam de ajuda externa para reconstruir a economia. Os monopólios norte-americanos, então, passaram a cortejar discretamente os líderes revolucionários na esperança de que êstes os favorecessem uma vez alcançada a independência. Foi o que aconteceu na Indochina. Hoje o Vietnam do Sul, dirigido por um ditador corrupto e sangrento, está nas mãos dos Estados Unidos que intervêm militarmente, inclusive, contra os guerrilheiros nacionalistas.

Com o fim de apoderar-se das possessões coloniais das outras potências imperialistas, os Estados Unidos fizeram o que puderam para aproveitar-se da dependência financeira das nações européias, de suas dificuldades econômicas e políticas. Ao mesmo tempo em que estabeleciam contactos com os dirigentes dos movimentos de libertação, os homens de Washington ajudavam os imperialistas europeus a fortalecer o regime de submissão colonial, condicionando essa ajuda à exigência de que lhes fôsse facilitado o acesso às suas possessões coloniais.

Em outros casos, os monopólios norte-americanos procuram resolver as tarefas da expansão colonial mediante conflitos entre seus rivais. Por exemplo, contribuindo para o ressurgimento do imperialismo japonês, a oligarquia financeira dos Estados Unidos conseguiu dirigir a atividade do mesmo para o Sudeste Asiático, com o fim de deslocar dali os monopólios britânicos e instalar posteriormente o seu próprio domínio.

São manobras complicadas, complexas, hábeis às vêzes, que visam, em última análise, a assegurar o predomínio dos monopólios ianques sôbre os demais. Os rivais do imperialismo norte-americano, por sua vez, reagem enèrgicamente e usam dos mesmos métodos.

o minério de manganês é imprescindível à indústria siderúrgica, é fácil compreender o interêsse que têm os Estados Unidos em controlar-lhe a exploração. Estando situada a milhares de quilômetros do Continente americano, a Índia não oferece as mesmas vantagens do que o Brasil para os monopólios norte-americanos. Resultado: no Território do Amapá, a "Bethlem Steel Co." está trabalhando dia e noite para retirar, enquanto é tempo, o que houver de manganês. E em Minas Gerais, de onde as companhias brasileiras exploram o minério de que precisam, as reservas vão desaparecendo ràpidamente.

É evidente que a luta dos imperialistas pela posse das matérias-primas se concentra nos países subdesenvolvidos, onde são maiores as reservas, mais barata a mão-de-obra e menos rigorosos os sistemas de contrôle. Em 1955, correspondiam às regiões subdesenvolvidas do mundo 4/5 das reservas exploradas de petróleo do mundo capitalista, 9/10 das reservas e da extração de manganês e de cromo, 3/5 partes da extração de bauxita etc...

Apetite Americano

Compreende-se porque as potências imperialistas da Europa tudo fizeram para conservar suas colônias, acusando em mais de uma ocasião os Estados Unidos de nada ou pouco fazer para ajudá-las a sufocar os movimentos de independência. Porque, muitas vêzes, não intervinham ativamente os norte-americanos? Por uma razão muito simples: sabiam que, mais cêdo ou mais tarde, essas colônias alcançariam a independência e precisariam de ajuda externa para reconstruir a economia. Os monopólios norte-americanos, então, passaram a cortejar discretamente os líderes revolucionários na esperança de que êstes os favorecessem uma vez alcançada a independência. Foi o que aconteceu na Indochina. Hoje o Vietnam do Sul, dirigido por um ditador corrupto e sangrento, está nas mãos dos Estados Unidos que intervêm militarmente, inclusive, contra os guerrilheiros nacionalistas.

Com o fim de apoderar-se das possessões coloniais das outras potências imperialistas, os Estados Unidos fizeram o que puderam para aproveitar-se da dependência financeira das nações européias, de suas dificuldades econômicas e políticas. Ao mesmo tempo em que estabeleciam contactos com os dirigentes dos movimentos de libertação, os homens de Washington ajudavam os imperialistas europeus a fortalecer o regime de submissão colonial, condicionando essa ajuda à exigência de que lhes fôsse facilitado o acesso às suas possessões coloniais.

Em outros casos, os monopólios norte-americanos procuram resolver as tarefas da expansão colonial mediante conflitos entre seus rivais. Por exemplo, contribuindo para o ressurgimento do imperialismo japonês, a oligarquia financeira dos Estados Unidos conseguiu dirigir a atividade do mesmo para o Sudeste Asiático, com o fim de deslocar dali os monopólios britânicos e instalar posteriormente o seu próprio domínio.

São manobras complicadas, complexas, hábeis às vêzes, que visam, em última análise, a assegurar o predomínio dos monopólios ianques sôbre os demais. Os rivais do imperialismo norte-americano, por sua vez, reagem enèrgicamente e usam dos mesmos métodos.

VIII

O CASO DA AMÉRICA LATINA

A ação do imperialismo na América Latina merece um capítulo à parte. É um problema que interessa de mais perto aos brasileiros e que exige, portanto, uma análise tanto quanto possível objetiva e completa.

Além do mais, a experiência dos países latino-americanos constitui prova inequívoca de que a independência política que não se apóia numa economia nacional desenvolvida não é suficiente para que os povos se libertem do jugo imperialista. Esta é, talvez, a lição mais importante que o Continente americano pode oferecer ao mundo e, especialmente, a tôdas as nações que se libertaram recentemente do colonialismo clássico.

Exploração do Homem

Há mais de um século, com efeito, que os povos da América Latina conquistaram (há exceções: as três Guianas, as Antilhas Francesas, Pôrto Rico etc.) a independência política, libertando-se do jugo espanhol ou português. No entanto, êsses países ainda vivem sob o domínio direto ou indireto do imperialismo, aliado ao latifúndio. O nível de vida é um dos mais baixos do mundo, a economia repousa, em geral, sôbre a monocultura, o desenvolvimento, enfim, ainda não atingiu o índice de crescimento dos países industrializados. Fome, miséria, doenças, analfabetismo constituem o apanágio dos povos latino-americanos. Será porque assim o quiseram, porque não foram tão capazes ou tão ativos quanto os povos europeus ou o povo norte-americano? Claro que não. As razões são outras. Como explicar, então, que mais de 200 milhões de homens no hemisfério tenham renda *per capita* das mais baixas do universo? Terras áridas, clima hostil, vegetação pobre? Também, não. A verdadeira causa da pobreza da América Latina resume-se numa só e única palavra: exploração.

Exploração da terra e do homem pelo latifúndio e pelo imperialismo. Esta é a verdade que a opinião pública continental já começa a compreender *de facto* depois das transformações radicais operadas pela Revolução Cubana, transformações que provaram duas coisas fundamentais: primeiro, que o imperialismo não é invencível; segundo, que seu desaparecimento deu nascimento a uma nova forma de sociedade, mais justa e próspera.

A história da América Latina começou sob o signo da conquista. Foi seu grande mal. No século XV, espanhóis e portuguêses desembarcaram no Continente e iniciaram a conquista de terras virgens e pràticamente abandonadas. À custa de imensos sacrifícios e penoso trabalho conseguiram arrancar riquezas incalculáveis que fortaleceram a economia dos respectivos países. Depois, vieram os franceses, os ingleses, os holandêses, todos êles à procura de madeiras, açúcar, cacau, pedras preciosas, couro etc... Foi o saque do Continente americano contra o qual nada ou pouco puderam fazer

os índios. Os anos passaram e, no século XIX, todos os povos latino-americanos conseguiram libertar-se do jugo europeu, com exceção de alguns poucos territórios que, até hoje, conhecem o domínio do colonialismo clássico: Guianas, Antilhas, Honduras Britânica etc...

Doutrina Monroe

Foi, então, que surgiu a Doutrina Monroe. Em 2 de dezembro de 1823, o Presidente James Monroe, dos Estados Unidos, fêz saber às potências extracontinentais que os Estados Unidos não admitiriam mais interferências nos assuntos do Continente americano. A princípio, podia parecer uma tomada de posição anticolonialista. "A Europa para os europeus, a América para os americanos" já dissera Georges Washington! Na verdade, verificou-se mais tarde que a Doutrina Monroe não foi mais do que a primeira manifestação do imperialismo norte-americano, tímido, é verdade, naquela época mas real. Nos 140 anos que transcorreram desde aquela data, a América Latina não tem sido mais do que o campo de batalha entre o imperialismo norte-americano e o imperialismo europeu.

Não vamos transcrever aqui a lista das intervenções norte-americanas no hemisfério para expulsar o capital europeu e substituí-lo pelo capital da América do Norte. Seria uma lista fastidiosa. Todo brasileiro honesto e patriota que estudou a história da América Latina, sabe perfeitamente o que foi essa intromissão violenta do imperialismo ianque: Na América Central, no Panamá, no México, na Venezuela, em tôda a América do Sul, enfim, inclusive no Brasil. Seria necessário um livro para contar a infiltração dos Estados Unidos em todos os países do Continente, os

sucessivos desembarques dos "marines", os "putsch" militares etc...

Basta ver o exemplo de Cuba, hoje primeiro Território Livre das Américas!

Intervenções em Cuba

Muito antes da Revolução de Fidel Castro, que liquidou a ditadura de Fulgêncio Batista, os Estados Unidos realizaram quatro intervenções militares em Cuba. A primeira deu-se em 1898, quando os ianques organizaram um govêrno militar sob o comando do General Leonard Wood, intervenção essa que culminou, em 1902, com a imposição da tristemente célebre Emenda Platt, dando aos ianques o direito legal de intervir na Ilha e de possuir uma base aeronaval para "proteger" o regime. A segunda intervenção militar ocorreu em 1906, sob o comando do General Magoom; a terceira em 1912, a pretexto de "proteger vidas e interêsses americanos", ameaçados por elementos "subversivos"; e a quarta em 1917, para apoiar a reeleição do Presidente Mário Menocal. Mesmo depois da Revolução, os imperialistas norte-americanos ainda tentaram, por diversas vêzes, intervir diretamente para "salvar a democracia" quando, na verdade, se tratava de salvaguardar os interêsses dos grandes monopólios.

Não vamos lembrar o caso da Guatemala. Um exército de mercenários, financiado, armado e apoiado pelos Estados Unidos, invadiu aquêle país e derrubou o govêrno popular do Presidente Arbenz, só porque êste tomara medidas enérgicas contra as grandes emprêsas norte-americanas que auferiam lucros fantásticos, especialmente a "Banana Fruit Co.". Daí, o nome de "Banana Republics" dado àquelas republiquetas

oprimidas pelo capital estrangeiro. A intervenção norte-americana na Guatemala deu-se em 1954, isto é, quando já existiam poderosas fôrças pacíficas e progressistas no mundo, mas nada pôde ser feito para deter a agressão imperialista. A Guatemala foi a primeira tentativa séria de revolta contra o dominador louro do Norte; fracassou mas deixou as sementes para futuras experiências. E a Revolução Cubana aí veio...

Até hoje, em nome da Doutrina Monroe, os Estados Unidos intervêm nos assuntos internos da América Latina, a pretexto de salvar o Continente do "perigo vermelho" ou, melhor dito, da "intervenção soviética". É claro que o argumento é capcioso. Em primeiro lugar, a Doutrina Monroe, lançada na época em que as potências européias ainda possuiam colônias no hemisfério, não se destinava, em princípio, a impedir a eclosão de movimentos revolucionários; em segundo lugar, a doutrina em questão especificava, claramente, que a América, também, não poderia intervir nos outros continentes; finalmente, ela não foi aplicada ao pé da letra, uma vez que até hoje certas potências — França, Inglaterra, Holanda e Dinamarca — ainda têm possessões no Continente americano. Os próprios Estados Unidos, que expulsaram os espanhóis de várias regiões, dominam atualmente vários territórios. Em nome de que princípio? Como explicar que estejam êles em Pôrto Rico, na Base de Guantânamo, no Canal de Panamá? Quem raciocina um pouco verifica fàcilmente que a Doutrina Monroe, legítima em sua época, não passa agora de uma grande mistificação. Esta é a verdade!

Inimigo Número Um

Até bem pouco tempo, os Estados Unidos, que hoje em dia constituem o inimigo número 1 dos povos

latino-americanos, porque é o imperialismo norte-americano, aliado ao latifúndio, que os explora, intervinham diretamente nos assuntos internos dos países do hemisfério, desembarcando os seus "marines" onde fôsse necessário. Ainda tivemos recentemente o caso da República Dominicana quando a esquadra norte-americana se aproximou das costas daquele país para "evitar" movimentos subversivos, logo após o assassinato do ditador Trujillo. Em geral, porém, os Estados Unidos não podem mais hoje intervir diretamente, preferindo métodos indiretos, ameaças veladas, pressões de seus Embaixadores, golpes militares dos "gorilas" a seu serviço etc... Mudaram os métodos mas não mudaram os objetivos. Isto, porque os Estados Unidos consideram a América Latina seu "quintal". A imagem não é ousada, tanto ela é popular, conhecida no Continente, normalmente empregada por todos.

Com o enfraquecimento do imperialismo europeu, em conseqüência da II Guerra Mundial, os Estados Unidos encontraram o campo aberto na América Latina e passaram a agir livremente. Vejamos um pouco quais seus métodos e quais seus objetivos. Não se trata de história em quadrinhos. O imperialismo não é "coisa superada" como dizem os órgãos da reação; o imperialismo é atuante, vivo e bem vivo!

Aliança Para o Progresso

Em meados de 1962, foram exibidos no Departamento de Estado os cartazes premiados num concurso da "Aliança para o Progresso". O primeiro prêmio, ganho pelo hondurenho Renulfo Zalaya, representava um menino e uma menina a regarem uma flôr. A imagem era bonita e emocionou, certamente, as senhoras da alta sociedade norte-americana. Na

mesma ocasião, porém, Teodoro Moscoso, coordenador da "Aliança para o Progresso", declarava ante a Comissão de Finanças do Senado norte-americano que "faltava muito para estarmos satisfeitos com o avanço latino-americano". Já em julho do ano passado, o mesmo Moscoso dissera, em memorando dirigido a seus serviçais, que os pequenos progressos realizados não compensavam as esperanças depositadas.

Na verdade, a "Aliança para o Progresso", de que hoje tanto se fala, não passa de uma formidável mistificação, a mais espetacular, talvez, do imperialismo norte-americano. Certos de que dificilmente poderão ordenar o desembarque de seus "marines" ou de seus paraquedistas em qualquer ponto do Continente, os Estados Unidos acabaram por descobrir, com o decorrer dos tempos, novos métodos de exploração dos povos. A "Aliança" é um dêsses. A pretexto de salvar a América Latina da chamada "intervenção vermelha", os dirigentes de Washington propuseram um plano de recuperação econômica e financeira, destinado a elevar ràpidamente o nível de vida dos povos do hemisfério. O concurso de cartazes foi um dos meios empregados para humanizar a idéia e, ao mesmo tempo, galvanizar a opinião pública. A verdade, entretanto, é outra e hoje poucos são os que ainda acreditam nos benefícios da "Aliança", enquanto a Revolução Cubana está tendo êxitos surpreendentes que pulverizam qualquer tipo de "ajuda norte-americana". Vejamos só.

Comitê dos Nove

Segundo o "Jornal do Brasil", do dia 9 de setembro de 1962, o Chanceler Afonso Arinos fêz, na reunião de Gabinete de 31 de agôsto daquêle ano, sérias críticas aos organizadores da "Aliança" e ao funcionamento desta, culpando o Congresso norte-americano pela *"incompreenssão das características nacionalistas do processo de desenvolvimento latino-americano"*. Escreveu ainda o jornal em questão:

"As críticas do Chanceler são mais contundentes quando se referem ao funcionamento insatisfatório do Comitê, dos 9, órgão multilateral no âmbito da Organização dos Estados Americanos para triagem dos planos nacionais e dos projetos específicos. Refere-se então à existência de um relatório do sr. Ari Tôrres, que representou o Brasil nesse Comitê, daí voltando muito pessimista, declarando que êsse Comitê dos Nove "estava circunstrito a uma hibernação, a uma espécie de paralisia", e por isso abandonou os trabalhos".

Êsse Comitê dos Nove estava destinado a apreciar os planos apresentados pelos países subdesenvolvidos. Assim, os países mais atrasados da América do Sul apresentaram dois projetos que absorveram, desde logo, dois têrços dos recursos votados pelo Congresso norte-americano, e que somam 600 milhões de dólares. Que aconteceu? Falando aos jornalistas credenciados no Itamarati, em fins de agôsto de 1962, o Chanceler Afonso Arinos declarou que êsses dois países obtiveram 400 milhões de dólares. O terceiro — a Bolívia — pleiteou e obteve 80 milhões. Restavam pois 120 milhões de dólares para os demais países da América Latina, incluindo o Brasil! Ora, não serão os 120 milhões de dólares dos Estados Unidos que irão atender às necessidades da América Latina e resolver seus problemas! Quem pensa dois seguindos verifica logo que ajuda dessa espécie não passa de uma farsa. Ao explicar porque não poderia aderir, em Punta del Este, à "Aliança", Ernesto "Che" Guevara sublinhou que, com os recursos prometidos, *"a taxa de crescimento líquido de 2,5% pretendida pelo Programa faria de-*

morar cem anos para nossos países atingirem o atual nível dos Estados Unidos. Para igualar o nível dos Estados Unidos seriam necessários quinhentos anos".

Em agôsto de 1961, Washington prometeu dar a metade dos 20 bilhões de dólares destinados à "Aliança para o Progresso" nos próximos dez anos e, para animar os governos latino-americanos, prontificou-se a ceder, logo no primeiro ano, um bilhão de dólares. As autoridades norte-americanas, entretanto, foram obrigadas a admitir que, até setembro de 1962, só haviam pago a quarta parte dessa quantia.

O Banco Internacional de Desenvolvimento, por sua vez, revelou que em 1961 os países latino-americanos apresentaram 142 projetos, num total pouco superior a 830 milhões de dólares, dentro dos quadros da "Aliança". Pois bem, apenas 18 projetos, estimados em 110 milhões de dólares, foram aprovados.

Auxílio Militar

Segundo a Carta de Punta del Este, o fundo de ajuda da "Aliança" destina-se a ajudar a industrialização das Regiões subdesenvolvidas. Mas o fato é que dois têrços dessa ajuda têm sido utilizados até agora para atender a necessidades urgentes, como cobertura dos deficits financeiros, estabilização da moeda etc... Sòmente um têrço dessa ajuda foi gasto em projetos de engenharia, transportes, habitação e equipamento para serviços de saúde.

Em compensação, o auxílio militar dos Estados Unidos à América Latina foi de 500 milhões de dólares, de 1952 a 1962. Em princípio, as armas tinham por objetivo defender a chamada democracia representativa. Na realidade, aconteceu o contrário, pois o que interessa ao govêrno do Presidente Kennedy é, antes

de mais nada, a luta contra a Revolução Cubana. Após o golpe dos "gorilas" em Quito, no ano de 1962, o Equador recebeu um empréstimo de 5 milhões de dólares. Ao govêrno argentino, inconstitucionalmente instalado, os Estados Unidos prometeram um empréstimo de 150 milhões de dólares, a título de ajuda sob o rótulo de "Aliança para o Progresso". Até dezembro de 1961, porém, os países que se recusaram a romper com Cuba, e que representam a maior parte da população latino-americana, receberam 139 milhões de dólares ("Peking Review", 24/8/1962) ao passo que os demais foram contemplados com 155 milhões de dólares.

Fracasso Confessado

A "Aliança para o Progresso" — disse certa vez o "Jornal do Brasil" — é *"uma esperança desperdiçada, uma esperança cada vez mais tênue, uma dessas coisas que os homens matam ao nascer"*. De fato é; mas, por quê?

Em editorial, o "New York Times", de 19 de junho de 1962, afirmou que a "Aliança para o Progresso" *"já ultrapassou a fase da luta de mel, pois, além de vários congressistas norte-americanos serem hoje fortemente contrários à mesma, poderosa facção dos dirigentes latino-americanos jamais se interessou pelo plano, desejando mesmo ardentemente que fracasse"*. O próprio Hermes Lima declarava, alguns meses mais tarde, em Brasília:

"A Aliança para o Progresso fracassou. Todos nós, latino-americanos, estamos convencidos disso, como convencidos também estão os americanos".

Disse mais que, *"após um ano de existência se chegara, infelizmente, à conclusão de que ela (a Alian-*

ça) não dispunha de uma estrutura que lhe permitisse funcionar". ("O Semanário", 4-10-1962.")

Dão para pensar as palavras do Chanceler Hermes Lima! Por que, então, tanta insistência? Por que tanta publicidade em tôrno da "Aliança" se periòdicamente autoridades do hemisfério afirmam que o plano dos Estados Unidos não resolverá nada? É muito simples. Querem provar aos povos latino-americanos que êles, os norte-americanos, estão dispostos a ajudar o continente mas que os comunistas e fidelistas ou os inocentes úteis estão atrapalhando.

Lucros Fabulosos

Agora, vamos exemplificar um pouco as coisas. Todos nós sabemos que os monopólios norte-americanos fizeram investimentos fabulosos na América Latina. Todos nós sabemos, também, que as companhias estrangeiras e, especialmente as norte-americanas, em maior número, tiram lucros fabulosos do capital investido no exterior. Querem um exemplo? Segundo um relatório do "National Foreign Trade Council", de dezembro de 1959, o dinheiro que voltou para os Estados Unidos, entre 1950 e 1959, como lucro de investimentos norte-americanos no exterior, foi de 7.500 milhões de dólares a mais do que o capital empregado! Note-se que os investimentos diretos da América do Norte no exterior passaram de 12 mil milhões de dólares, em 1950, para 32.700 milhões, em fins de 1960, (dos quais 19.500 milhões, isto é 60%, no Canadá e na América Latina) alcançando 35.000 milhões em 1961. Só nos países latino-americanos êsses investimentos passaram de 2.800 milhões de dólares, em 1940, para 8.200 milhões em 1959. Pois bem, a revista argentina "Che" (hoje fechada pelos "gorilas"

de Buenos Aires) revelava, em 25 de agôsto de 1961, que os lucros retirados pelo capital norte-americano na América Latina, entre 1946 e 1957, foram superiores a 8.800 milhões de dólares!

Que representam, pois, os 4.900 milhões de dólares propostos pelo Presidente Kennedy para acelerar o desenvolvimento dos jovens Estados "dentro da independência política, da prosperidade econômica e da justiça social"? Nada, evidentemente, comparados com os formidáveis lucros das companhias norte-americanas.

Interêsses do Imperialismo

Aí está o problema. Imaginemos um ladrão que rouba tudo de uma família pobre e que depois, por arrependimento ou por cinismo, vem propor-lhe um pouco de feijão ou de arroz? Diremos que êsse ladrão merece ir para a cadeia. É o que fazem muitos multimilionários que se enriquecem à custa do povo e que depois, generosamente, oferecem alguns cruzeiros ou dólares para obras de beneficência. Há quem fique de boca aberta porque fulano ou beltrano ajudou a construir uma escola ou um jardim de infância. Mas de onde veio o dinheiro? O mesmo acontece com a chamada ajuda dos imperialistas. Tiram o máximo dos povos latino-americanos e depois, em troca, oferecem alguns milhões de dólares. É muito cinismo e muita humilhação!

Se examinarmos cuidadosamente as estatísticas oficiais de Washington, verificaremos que 77% dessa ajuda ao exterior, incluindo a ajuda militar e a ajuda econômica, se destinam à aquisição de produtos norte-americanos, assegurando assim lucros enormes aos próprios Estados Unidos. Assim, além de ser uma farsa, uma vez que não resolverá os problemas funda-

mentais da América Latina, a "Aliança para o Progresso" visa exclusivamente a atender aos interêsses do imperialismo.

Queda dos Preços

Em documento publicado no "Estado de São Paulo", em 2 de setembro de 1962, o Embaixador Roberto Campos recoheceu que a ajuda dos Estados Unidos nunca chegou a compensar os prejuízos causados pela queda dos preços de exportação da América Latina.

"Já foi calculado que o declínio nas divisas em dólares dos países latino-americanos, resultando da queda nos preços de suas exportações para os Estados Unidos — escreveu o Embaixador brasileiro — *é comparável (e em alguns casos tem sido superior nos últimos anos) à soma dos dólares recebidos na forma de empréstimos e doações provenientes daquele país. Desde 1953, a média ponderada, nos Estados Unidos, dos preços das importações originárias da América Latina (inclusive Venezuela e Cuba) declinaram em 20%, enquanto os preços das exportações norte-americanas aumentaram em 10%. O valor das exportações da América Latina para os Estados Unidos (presumindo-se uma elasticidade relativamente baixa, quanto a preços, da procura daquelas exportações pelos Estados Unidos) poderia ter sido maior em 1,4 bilhão de dólares, se os preços tivessem permanecido no nível de 1953".*

O Embaixador Roberto Campos acrescentou, então, que *"não houve transferência de recursos reais para a América Latina"* e que nem os Estados Unidos nem

os países industrializados da Europa Ocidental *"perderam riqueza ou substância ao auxiliarem a América Latina"*.

Em outros têrmos, a ajuda dos Estados Unidos aos países latinos-americanos tem sido até hoje um autêntico conto do vigário. É êste o fundo problema. A Embaixada do Brasil em Washington divulgou, em janeiro de 1963, um documento bastante expressivo, restabelecendo a verdade sôbre a "soi-disant" ajuda norte-americana. Aborrecido, o Embaixador Lincoln Gordon respondeu que os dados não eram exatos...

Na verdade, a questão dos preços é um dos problemas fundamentais da América Latina. Como se sabe, todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba, vivem pràticamente da monocultura. O Brasil exporta sobretudo café; a Bolívia, estanho; o Chile, cobre; a América Central, bananas; e assim por diante. Cuba, por exemplo, só vivia da exportação de açúcar. Assim sendo, estão sempre ameaçados de crises não só porque as colheitas nem sempre são boas, mas sôbretudo porque quase tôda a exportação vai para os Estados Unidos, os quais estabelecem os preços que querem ao mesmo tempo em que transformam seu comércio com a América Latina em motivo de barganha.

Comércio Exterior

Falando à imprensa sôbre o agravamento dos problemas de comércio exterior dos países subdesenvolvidos, o Ministro Jaime Azevedo Rodrigues, Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do Itamarati, declarou no dia 22 de janeiro de 1963 que, de 1950 a 1960, as exportações totais das nações industrializadas passaram de 32,2 bilhões de dólares para

85,4 bilhões, enquanto as exportações das nações subdesenvolvidas cresceram apenas de 19,1 bilhões de dólares para 27,3 bilhões no mesmo período.

"No caso do Brasil — acrescentou — *a perda do poder aquisitivo das nossas exportações para os Estados Unidos apenas elevou-se, no período 1955/1961, a 1.486 milhões de dólares"*.

Em têrmos gerais, a diminuição das receitas de exportação dos países subdesenvolvidos, nos últimos oito anos, foi da ordem de 20 por cento (excluídas suas exportações de produtos manufaturados e importações de produtos primários) e se deveu, em grande parte — ainda segundo o Ministro Azevedo Rodrigues — à tendência declinante dos preços de seus produtos de exportação. E finalizou, então as suas declarações à imprensa, com as seguintes palavras:

"Certo é que, a persistirem as tendências registradas nos últimos anos — e nada indica o contrário — os países ricos ficarão cada vez mais ricos e os países pobres cada vez mais pobres. Projetadas tais tendências para o período de uma geração, o resultado seria uma renda "per capita" de 251 dólares para os países subdesenvolvidos em geral e de 3.630 para os países desenvolvidos, ou seja, para um incremento de 131 dólares na renda dos países subdesenvolvidos, 2.130 seriam adicionados à renda das nações industrializadas".

O problema, como se vê, é grave. Basta dizer, a título de exemplo, que a queda dos preços do café deu à colôbia um prejuízo de 1.200 milhões de dólares de 1954 a 1961. Em 1961, o Brasil exportou 360 mil toneladas de café a mais do que em 1954 mas recebeu 230 milhões de dólares a menos.

Na verdade, a regulamentação dos preços das matérias-primas está nas mãos dos grandes monopólios. Com a mesma quantidade de lã com que adquiria 114 tratores, em 1950, o Uruguai não consegue agora adquirir mais do que 30. Na Argentina, repete-se o fenômeno com os preços da lã e o "dumping" norte-americano do trigo. A queda dos preços do café prejudica as economias do México, da Colômbia, da Guatemala e do Brasil; a do algodão repercute sôbre o equilíbrio orçamentário do Peru e assim por diante.

Segundo dados da CEPAL, em 1958 a América Latina perdeu uma capacidade de importação calculada em mil milhões de dólares. Sua produção exportável, em 1961, se desvalorizou em 500 milhões de dólares. São êstes os resultados da estrutura arcáica da economia latino-americana e da política do Fundo Monetário Internacional.

Dois Bilhões de Dólares

De 1955 a 1960, as onze nações exportadoras de café do Continente americano perderam, só com a queda dos preços do produto, 4.600 milhões de dólares! Isto é muito.

O economista norte-americano Victor Perlo calculou que nos últimos dois anos, isto é, de 1960 a 1962, os Estados Unidos retiraram da América Latina, em dólares, 14 vêzes a ajuda que esta recebeu de Washington. Só as companhias ianques tiveram um lucro de 1.600 milhões de dólares sôbre seus investimentos.

Convém transcrever aqui as palavras de Raul Cepero Bonilla, delegado de Cuba, na 7.ª Conferência Regional da FAO para a América Latina, que se realizou de 17 a 27 de novembro de 1962 no Rio de Janeiro:

"De acôrdo com o que foi estabelecido pelo Govêrno dos Estados Unidos, proporcionar-se-ão à América Latina créditos num montante total de 20 bilhões de dólares em um prazo de 10 anos, ou seja, a um ritmo de 2 bilhões por ano.

Mesmo no caso ótimo de que chegasse efetivamente esta quantia, a América Latina continuaria, com tôda certeza, a exportar capital para o capitalista e principalmente para os Estados Unidos, já que atualmente estão saindo de nosso Continente cêrca de 2 bilhões de dólares todo ano pelo efeito combinado do pioramento dos têrmos do intercâmbio e da remessa de lucros".

Aí está a chave do problema: o imperialismo se manifesta hoje na América Latina por intermédio do comércio exterior e da remessa de lucros. Com estas duas terríveis armas, os Estados Unidos podem fazer pressões políticas sôbre os governos do Continente. Disse Raul Cepero Bonilla na Conferência Regional da FAO.

"Entre 1946 e 1951, os Estados Unidos inverteram na América Latina 1 bilhão e 629 milhões de dólares mas retiraram 3 bilhões e 78 milhões de dólares. Ou seja, a América Latina contribuiu durante êsses 6 anos com 1 bilhão e 449 milhões de dólares para a formação de capital nos Estados Unidos, o que representa uma média anual de cêrca de 270 milhões de dólares. Em 1960, por exemplo, essa retirada atingiu um montante de 310 milhões de dólares.

A segunda maneira pela qual se exporta capital da América Latina para os países capitalistas adiantados é através do pioramento dos "têrmos do intercâmbio". Os têrmos do intercâmbio pioraram, para a América Latina, no período de 1950 a 1959, em 21%. Podemos estimar a perda proveniente do pioramento dos têrmos do intercâmbio em cêrca de 1 bilhão e 700 milhões de dólares em 1959, em comparação com os preços de 1950".

Vamos, agora, citar uma publicação confidencial dos círculos financeiros norte-americanos — a "Hanson's Latin American Letter" — e veremos que não são os nacionalistas e esquerdistas tão sòmente que se referem aos consideráveis prejuízos causados na América Latina pela política imperialista dos Estados Unidos. Em agôsto de 1962, revelava aquela publicação que os investimentos privados dos Estados Unidos no Brasil foram de oito milhões de dólares em 1961. No mesmo período, porém, a remessa de lucros do Brasil para a América do Norte totalizou 35 milhões de dólares. Mesmo assim — escreveu a "Hanson's Latin American Letter" — a renda de 35 milhões foi considerada "insatisfatória" por Washington. Em outras palavras, os imperialistas, que já ganham demais, acham que os lucros são poucos. Tão preocupadas estão as autoridades norte-americanas com a preservação dos interêsses de suas emprêsas no Brasil que a própria "Hanson's Latin American Letter" sugeriu aos investidores privados que não divulgassem tão abertamente os vultosos resultados dos seus investimentos, uma vez que a opinião pública latino-americana não só poderá causar sérias dificuldades para êsses investimentos como, ainda, facilitar o caminho para investidores de outros grupos financeiros mundiais que competem com o capital norte-americano.

A "Hanson's Latin American Letter" citou o caso da organização de investimentos norte-americanos "Proctor and Gamble", que noticiou ter realizado investimentos no exterior de 9 milhões de dólares, entre 1957 e 1962, e que, como resultado obteve um lucro dêsses investimentos, no mesmo período, da ordem de

48 milhões de dólares. Outro exemplo citado foi o do lucro das aplicações de capital na América Latina que montou a 960 milhões de dólares de junho de 1961 a março de 1962. A remessa de lucros, pròpriamente dita, nesse período alcançou a 760 milhões de dólares. Por outro lado, os novos investimentos, também, nesses nove meses, para tôda a América Latina, não passaram de 4 milhões de dólares.

Poder dos Monopólios

São êsses os fatos! A América Latina converteu-se numa vasta zona de expansão econômica norte-americana. Em certos países, têm sido tomadas últimamente várias medidas para limitar a remessa de lucros; mas, em outros, a situação permanece inalterada. A Guatemala oferece um exemplo característico do saque efetuado pelos monopólios norte-americanos. Nesse pequeno país centro-americano a "United Fruit Company" manda e desmanda; foi ela, com a ajuda dos serviços do Secretário de Estado Foster Dulles, que instalou no poder o ditador Castillo Armas, posteriormente assassinado. Pois bem, Armas aboliu quase todos os impostos sôbre os lucros dos monopólios estrangeiros, proporcionando com isto só à "United Fruit Company" 11 milhões de dólares de lucros suplementares por ano. Enquanto os operários guatemaltecos recebem o ínfimo salário de 40 centavos por dia, isto é, o mesmo que os operários dos Estados Unidos em meia hora, os trustes norte-americanos gozam de condições excepcionais para enriquecer-se. Foi assim que as inversões da "International Railwys of Central America", na Guatemala, desde 1910 até 1953, ascenderam a cêrca de 19 milhões de quetzales, ao passo que os lucros subiram a 98 milhões. Por conseguinte, os lucros mais do que quintuplicaram o capital invertido.

Confissão de Kennedy

Certa vez, em discurso pronunciado na Escola Superior de Guerra, o Embaixador Cabot declarou:

"...As críticas se referem a "trustes e monopólios", falam de enormes lucros e alegam que, longe de ativar o desenvolvimento do País, os negócios norte-americanos estão sugando a riqueza da Nação. Permiti que eu ressalte, em primeiro lugar, que o slogan "trustes e monopólios" é comunista e, com relação aos negócios norte-americanos, não corresponde à verdade. A lei norte-americana proíbe os monopólios e a lei é rigorosamente cumprida..."

Há quem acredite nisso! Hilton Diniz, Secretário Geral do Partido Socialista Brasileiro — Secção do Paraná, lembrou a respeito ("O Semanário", 9-8-1962) as palavras do Presidente Kennedy por ocasião de um discurso pronunciado durante sua campanha eleitoral:

"...empregamos a influência do nosso Govêrno para apoiar os interêsses e aumentar os lucros de companhias particulares norte-americanas, que dominavam completamente a economia cubana. A ditadura de Batista, que foi uma das mais sangüinárias e brutais da história de violências da América Latina, recebeu total apoio e foi prestigiada pelos Estados Unidos".

Leram bem as palavras do Presidente Kennedy? É possível negar as estreitas ligações que existem entre os grandes monopólios e o próprio govêrno dos Estados Unidos? É possível, então, negar a responsabilidade de Washington na política de exploração imperialista?

Exemplo Cubano

Vejamos o caso de Cuba, já que o Presidente Kennedy reconheceu que companhias particulares norte-americanas dominavam "completamente a economia cubana". Nos anos de 1950 a 1954, quando a renda média *per capita* do Estado de Delaware, o mais rico dos Estados Unidos, era de 2.279 dólares e no Mississipi de aproximadamente 930 dólares, em Cuba essa renda era de apenas 312 pesos, isto é, menos de 310 dólares. Em outras palavras, a maior parte dos 6,4 milhões de cubanos, sem falar nos 700 mil desempregados, vivia na miséria quase absoluta. Os relatórios oficiais do Banco Internacional de Reconstrução e Fomento assinalavam que o país tinha um índice "normal" de desemprêgo estimado em 25%. Qualquer ano em Cuba era pior do que o pior ano de depressão nos Estados Unidos. Mais da metade da área cultivada era dedicada à cana-de-açúcar e tão grande a subordinação de tôda a economia nacional àquele produto que o país não era autosuficiente na produção de alimentos. Em 1896, 10% da produção de açúcar provinham de usinas norte-americanas; em 1914, essa porcentagem passou para 35 e, em 1926, para 63. Pelas estatísticas oficiais de 1955, embora 1/5 das usinas de açúcar apenas fôssem de propriedade americana, sua produção representava mais de 2/3 da produção total das usinas de açúcar em Cuba.

Cuba, hoje, está livre do imperialismo e do latifúndio. O número de desempregados caiu de 700 mil para 100 mil aproximadamente e está em vias de desaparecer. Todos comem e têm alojamentos. A produção aumenta e o nível de vida também. Cuba, por outro lado, é o único país da América Latina que erradicou o analfabetismo. Não é uma grande vitória? Dar educação ao povo para que os trabalhadores, os camponeses, os artesães, todos, enfim, possam elevar o nível de vida, em proveito próprio e em benefício da nação?

Miséria Crônica

Infelizmente, no resto do Continente o imperialismo continua vivo e bem vivo. Tem vários meios a seu dispôr para exercer pressão sôbre os govêrnos latino-americanos e obrigá-los a ceder às suas exigências: a fôrça militar, o Fundo Monetário Internacional, a chantagem etc... Nessa grande batalha contra os povos do hemisfério, os imperialistas contam com um formidável aliado: o latifúndio. Atualmente, a América Latina produz menos por habitante do que há 22 anos, na agricultura e na pecuária. Em artigo publicado na revista iugoslava "Política Internacional", de 5 de junho de 1962, Janez Stanovnik informava que a renda *per capita*, que aumentou nos Estados Unidos de 1.000 para 2.500 dólares no período compreendido entre 1946 e 1961, passou nos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina de 100 para 150 dólares. A produção mundial de alimentos aumentou de 13% depois da Segunda Guerra Mundial, diminuindo, no entanto, de 2% na África e aumentando de apenas 2% na América Latina, quando na Europa êsse aumento foi superior a 20%.

Vejamos agora o que disse o Departamento do Comércio dos Estados Unidos em relatório intitulado "US Business and Investments in Foreign Countries" (dezembro de 1960) sôbre a penetração econômica norte-americana no exterior. Exatamente isto: mais de 2.800 companhias americanas têm investimentos diretos em mais de 10 mil emprêsas no exterior, sendo que mais da metade do dinheiro aplicado está sendo controlado por apenas 45 companhias. Na América

Latina, o total de investimentos privados norte-americanos passou de 2.800 milhões de dólares, em 1940, para 8.200 milhões, em 1959, e concentrou-se na indústria do petróleo, na exploração de minérios e na agricultura.

Latifúndio

O imperialismo fortalece o latifúndio. Basta citar alguns dados e desaparecerão logo tôdas as dúvidas que por ventura ainda houverem. Com exceção de Cuba, evidentemente, latifundiários e monopolistas norte-americanos controlam mais de dois têrços de tôdas as terras cultivadas da América Latina. A "United Fruit Company", por exemplo, possui 2,5 milhões de hectares em oito países da América Central e da América do Sul, sendo 188.339 ha. na Guatemala e 160.000 em Honduras. No Brasil, a "Standard Oil" e outras companhias ianques têm concessões num total de 4,8 milhões de hectares. No Paraguai, a situação é pior ainda, pois 13 milhões de hectares de terras pertencem a 25 companhias britânicas e norte-americanas. Na República Dominicana, onde governou durante longo tempo um ditador sangrento, duas companhias norte-americanas controlam uma área igual a um têrço de tôda a área cultivada do país. A revista argentina "Nuestra Palabra" noticiou, em 1962, que a "US Coney Company" adquiriu na Província de Mendoza um milhão de hectares. E assim é em todos os países da América Latina.

Além das terras em mãos dos monopólios estrangeiros, ainda há as terras em mãos dos grandes latifundiários latino-americanos. Vejamos alguns dados interessantes: na Argentina, 370 latifundiários possuem 52 milhões de has. de terras quando 240 mil camponêses não têm mais do que 3 milhões; no Chile,

68% das terras cultivadas pertencem a um pequeno grupo de privilegiados quando 130 mil pequenos proprietários só têm 2,5%; na Venezuela, onde o Presidente Rômulo Betancourt tanto se gaba de resolver os problemas do povo, os latifundiários, que representam menos de 2% dos proprietários do país, possuem cêrca de 75% das terras agrícolas; no Paraguai, 43% das terras pertencem a 25 famílias; na Guatemala, mais de 70% das terras estão nas mãos de 2,2% de proprietários feudais; no Peru, 918 latifundiários possuem mais de 66% de tôdas as terras cultivadas; etc... etc...

Resultado: guatemaltecos e peruanos vivem, em média, 22 anos. Na República do Salvador, 83% dos habitantes são subalimentados e na Argentina os plantadores de cana ganham 200 pêsos mensais, quando o mínimo para viver é de 800. E asim por diante... Miséria, fome, doenças, tudo isto é privilégio dos povos latino-americanos. Aliado ao latifúndio, o imperialismo pode assim exercer seu domínio sôbre o hemisfério e ditar ordens. Para melhor prolongar seu domínio, os norte-americanos instalaram várias bases militares (Guantânamo, Panamá, Pôrto Rico etc...) e estão construindo outras (Paraguai, Argentina etc...), a fim de que a América Latina seja *de facto* sua zona de influência.

Mas a tempestade se aproxima. As nuvens acumulam-se no horizonte e os ventos da cólera sopram com fôrça maior. A América Latina está travando sua segunda grande batalha. Expulsou os colonialistas portuguêses e europeus; hoje, se apresta a pulverizar o imperialismo e, com êle, o latifúndio. Cuba aí está como exemplo. Mesmo que os Estados Unidos tentem liquidar a Revolução Cubana, a semente foi lançada. O colosso do Norte está tremendo...

IX

AONDE VAI O IMPERIALISMO?

A crise mundial surgida, em fins de 1962, com o bloqueio norte-americano a Cuba levantou um problema da maior importância: a fôrça real do imperialismo.

Aparentemente, Kruschev cedeu às ameaças dos Estados Unidos e retirou seus foguetes, temeroso de uma guerra termonuclear que pulverizasse em poucos minutos milhões de homens. Em troca dessa concessão, o Presidente do Conselho soviético, conseguiu, entretanto, algo de extremamente positivo: a promessa de não-invasão do território cubano e, por via das conseqüências, a salvação da Revolução. Mesmo que os Estados Unidos resolvam um dia lançar seus paraquedistas sôbre Havana, dificilmente poderão fazê-lo sem provocar um conflito generalizado. Está assegurado, com efeito, o princípio da autodeterminação, isto é, o direito dos cubanos de escolherem o sistema que preferem, no caso, o socialismo.

Tigre de Papel

Dito isso, resta o fato que a estratégia da União Soviética, cujos resultados foram inegàvelmente positivos, abriu uma crise nas fileiras revolucionárias e

progressistas do mundo inteiro. Por quê? Para os teóricos chineses, principalmente, o imperialismo norte-americano não passa de um "tigre de papel", que utiliza a chantagem da bomba atômica para amedrontar os povos. No caso do bloqueio — acrescentam — a URSS não podia recuar nem na questão dos navios carregados de armas nem nos foguetes. A solução era enfrentar, até as últimas conseqüências, o perigo de um conflito generalizado. Os chineses costumam lembrar fatos passados quando fôrças inferiores em número e armamentos conseguiram derrotar inimigos que se diziam ou eram considerados pràticamente invencíveis. É o caso, ainda, dos guerrilheiros que podem enfrentar, às vêzes, poderosos Exércitos, como no Vietname do Sul.

A êsse argumento, Kruschev respondeu com sua frase famosa: *o tigre de papel tem dentes atômicos*. Hoje, o campo socialista é tão poderoso e a coexistência pacífica tão necessária que uma concessão estratégica, salvando as conquistas revolucionárias e, ao mesmo tempo, livrando a humanidade de uma guerra termonuclear, vale mais do que tôdas as promessas de apoio aos movimentos de libertação. O fato é que numa guerra mundial termonuclear, desencadeada pelo imperialismo, sòmente a União Soviética, com seus armamentos ultramodernos, poderia resistir ao agressor e esmagá-lo. Isto é importante.

O imperialismo, com efeito, provou na crise do Caribe que estava disposto a arriscar uma hecatombe nuclear, sacrificando assim deliberadamente milhões de homens, mulheres e crianças para atender a seus interêsses. O campo socialista, em contraste, provou de uma vez por tôdas que não aceitava essa possibilidade. Ninguém pode duvidar hoje do poderio bélico da URSS e de sua capacidade em derrotar qualquer inimigo por

mais poderoso que seja. Em fins de 1962, a paz foi salva e a Revolução Cubana também.

Derrotas e Recuos

Apesar de tôdas as crises que tem atravessado, o imperialismo continua sendo ainda muito forte. Sôbre isso ninguém pode ter dúvidas. Os blocos militares que aí estão, como a OTAN e a OTASE, provam que os Estados Unidos e seus aliados não estão dispostos a entregar os pontos fàcilmente. Mais: têm esperanças de poder influir de modo decisivo no desmoronamento do sistema socialista. Segundo revelou Nikita Kruschev no VI Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha Democrática, os norte-americanos possuem 40 mil bombas atômicas! Com isso esperam intimidar os povos. Acontece, porém, que o imperialismo deixou de ser um sistema universal e que, hoje em dia, o socialismo representa uma fôrça importantíssima no mundo. Por outro lado, as crises econômicas levarão progressivamente o capitalismo à beira do colapso total. Como também as divisões internas e os movimentos dos povos subdesenvolvidos pela emancipação total. Todos êsses fatôres são decisivos e merecem ser levados em consideração. Quanta mudança tem havido depois da Segunda Guerra Mundial? Não vamos lembrar aqui os grandes fatos históricos dos últimos 18 anos. Basta ver o número de países africanos e asiáticos que se libertaram do judo colonial; as fracassadas agressões à Coréia, ao Laos, à China Popular, a Cuba; o formidável crescimento do campo socialista etc...

Blocos Militares

Na ânsia de retardar ao máximo a hora de seu desaparecimento da face da terra, o imperialismo usa

de todos os recursos a seu dispôr para prolongar um pouco mais seu domínio. A Aliança Atlântica foi criada para isso; o Mercado Comum também! A constituição de blocos econômicos e militares destina-se, em última análise, a estabelecer os alicerces sôbre os quais o imperialismo poderá assegurar a existência frente ao campo socialista, sufocando, por outro lado, com medidas discriminatórias as economias das nações atrasadas. Nos países subdesenvolvidos, os meios podem diferir mas o objetivo é o mesmo. Vejamos o caso da África, por exemplo, onde estão sendo instaladas bases militares em países recentemente emancipados. Para quê? Aumentar o poderio bélico dessas potências, é claro, e, ao mesmo tempo, impedir, na medida do possível, qualquer movimento revolucionário que implique em mudança radical do sistema. Tivemos recentemente o caso do Iemen, onde um movimento armado estabeleceu a República. De suas bases em Aden e em outros pontos do Oriente Médio, inglêses e norte-americanos puderam prestar ajuda às fôrças reacionárias. Na Ásia, os Estados Unidos possuem importantíssimas bases militares em Okinawa, no Japão, na Coréia do Sul, em Formosa (verdadeiro trampolim imperialista em pleno coração do mundo amarelo), nas Filipinas e em outras partes. Trata-se de uma autêntica muralha de fôgo e aço em tôrno do campo socialista.

Auxílio à Índia

Nessa estratégia da guerra fria, as potências imperialistas procuram recuperar o terreno perdido nas ex-colônias. A medida que a burguesia nacional consolida seu poder econômico e político, aguçam-se as lutas de classe. Torna-se imprescindível uma defini-

ção clara. Na Índia, por exemplo, os últimos acontecimentos se encarregaram de mostrar que não basta a independência política. Do ponto de vista estratégico, o território indiano representa um trampolim ideal para o contrôle do Sudeste Asiático e do Oceano Índico. Mas, é também uma base excelente, em vista da situação geográfica, para qualquer tentativa de agressão armada à China Popular. Extensa e mal delimitada, a fronteira entre os dois países atravessa regiões desérticas, às portas da Ásia Central. Além do valor estratégico, a Índia é fonte formidável de matérias-primas. Depois da União Soviética, e antes do Brasil, é o país que possui, em particular, as maiores reservas de manganês do mundo. Quando se sabe que êsse minério é imprescindível ao desenvolvimento da indústria siderúrgica, compreender-se-á melhor a importância que tem para uma potência como os Estados Unidos. Petróleo e carvão são outras riquezas que os imperialistas sempre desejaram ter em mãos. Finalmente, a adesão completa da Índia ao campo ocidental teria conseqüências políticas indiscutíveis sôbre o papel atualmente desempenhado pelas nações não-alinhadas.

Que fizeram, então, os imperialistas para abrir a brecha? Vamos transcrever aqui o que disse Osny Duarte Pereira no prefácio do livro "A Questão Sino-Indiana", de Israel Epstein:

"De 19 de junho de 1948 a 1960, os investimentos estrangeiros cresceram 150%. Os britânicos duplicaram; porém os norte-americanos multiplicaram-se por sete. As importações indianas da Grã-Bretanha sofreram de 1948 a 1961 um decréscimo de 22,8 para 19,8%, ao passo que as norte-americanas cresceram de 16 para 27%, sem incluir os cereais importados dos Estados Unidos pela rubrica de "Alimentos para a Paz". Os planos quinquenais do govêrno necessitam sempre maior "ajuda" externa. O primeiro requereu 9,6% e o segundo cêrca de 20,6%; o terceiro absorverá 30%".

Ao examinar essas operações, o semanário indiano "Link", de 15 de agôsto de 1962, comentava:

"Ao invés de auxiliar a Índia a encaminhar-se para uma posição independente, êsses empréstimos estrangeiros permanecerão ainda por muito tempo como um freio a retardar o progresso do país".

Aí está o perigo do imperialismo nos países recentemente emancipados: mediante a entrada de capital e de investimentos, por meio de supostos planos de ajuda, as potências imperialistas infiltram-se aos poucos no país visado e tentam minar-lhe a independência. O que acontece com a Índia pode repetir-se com qualquer outra nação da Ásia ou da África, que não tenha modificado da maneira radical tôda a sua estrutura econômica e política. O mesmo poderá acontecer com a América Latina, com o Brasil também, se a manobra não fôr detida em tempo.

O imperialismo, com efeito, tem interêsse em fortalecer a classe no poder em países novos das áreas subdesenvolvidas, e obrigá-la a assumir compromissos definitivos que a colocam contra as fôrças populares. É uma tática extremamente hábil mas terrìvelmente perigosa pois, criando novas fontes de capital, o imperialismo renova suas energias.

Mercado Comum

Mas se as maiores potências, as mais industrializadas, do campo ocidental ainda sabem encontrar os meios necessários à sobrevivência do imperialismo, não resta dúvida, também, que elas enfrentam graves problemas ou, melhor dito, graves divergências que

as enfraquecem irremediàvelmente. Exemplo disso é o Mercado Comum Europeu, verdadeiro bloco econômico e político, que hoje ameaça o próprio imperialismo norte-americano. Empolgados pelo "antiamericanismo" do General De Gaulle, alguns setôres de esquerda no Brasil estão sendo levados a esquecer o caráter imperialista da aliança franco-germânica, dentro da estrutura do Mercado Comum, para dar seu apoio, afinal gratuito, a uma política de perigosas conseqüências para a paz e a sobrevivência da democracia.

De Gaulle nunca escondeu o desejo de estabelecer entre os Estados Unidos e a União Soviética uma espécie de poderoso bloco econômico, político e militar — a Europa das Pátrias — sob a liderança da França. Criticando numa conferência de imprensa as posições de Jean Monnet, criador da Comunidade Econômica Européia, já dizia em 7 de abril de 1954, quando vivia ainda no ostracismo:

"Eu vejo a Europa como ela é. Eu a vejo estendida de Gibraltar aos montes Urais, do Spitzbergue à Sicília e não limitada a um grupo franco-alemão que viveria sob a hegemonia germânica, dentro das fronteiras de Carlos Magno".

Pois bem, alguns anos mais tarde os degaulistas aprovaram os tratados de Roma, que instituiam o Mercado Comum e uma vez no poder De Gaulle se fêz o campeão dessa "Europa limitada a um grupo franco-alemão", condenada por êle, com tanto vigor, em 1954. Por quê?

Nêsse período de quatro anos acelerou-se o processo de concentração e de centralização do capital na França com a modernização do aparelho de produção, a descoberta de novas fontes de energia e a expansão dos investimentos. Autêntico representante da burguesia monopolista que, pela fusão de interêsses bancários e industriais, já começava a tentar recuperar posição no Continente europeu, em detrimento evidentemente do capital norte-americano, De Gaulle compreendeu que se lhe oferecia magnífica oportunidade de concretizar seus velhos sonhos. Mas como? Procurando na Alemanha Federal, vizinho geográfico da França, o apoio de que necessitava para consolidar as posições do capital nacional frente ao capital extracontinental.

O General De Gaulle não podia permitir que sua nova estratégia antiamericana, destinada a assegurar ao capital francês a posição de hegemonia na Europa e, posteriormente, em outras partes do mundo, inclusive e sôbretudo na América Latina, fôsse debilitada pela adesão da Grã-Bretanha ao Mercado Comum Europeu. Daí o veto da França em Bruxelas. A entrada dos britânicos, nas condições atuais, abriria, no seu entender, uma brecha por onde se infiltrariam fôrças adversas. É interessante, a respeito, transcrever o que disse o Presidente da França, em 5 de fevereiro de 1963, a um grupo de deputados reunidos no Palácio do Eliseu, em Paris. Segundo as agências telegráficas ocidentais, o General De Gaulle afirmou nessa ocasião que os Estados Unidos, em face da queda de suas exportações para a América Latina e a África, estão tentando aprofundar a penetração econômica na Europa, com a ajuda da Inglaterra, através da qual os norte-americanos estão procurando estabelecer um vasto "truque" de livre câmbio com os irlandêses e islandêses". Está claro: De Gaulle reconheceu implìcitamente a importância dos fatôres econômicos em sua política de "independência" e procurou capitalizar as simpatias das fôrças antiamericanas, acusando o govêrno de Londres de ser o instrumento dos Estados Unidos.

O problema da entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum é, aliás, extremamente complexo. De um lado, os grandes monopólios britânicos da indústria querem aderir à Comunidade Européia, porque dela poderão retirar vantagens certas nas condições atuais; do outro, os agricultores e produtores não querem perder o tradicional mercado do Commonwealth. Há finalmente um terceiro ponto: o interêsse dos Estados Unidos em fortalecer ao máximo a Europa Ocidental, com a entrada de novos países, como a Grã-Bretanha, no Mercado Comum.

É preciso esclarecer que a Grã-Bretanha, cujos agricultores não ultrapassam 4% da população total do país, importa quase todos os cereais que consome: cêrca de cem milhões de quintais por ano, dos quais a metade se constitui de trigo, um têrço de milho e um décimo de cevada. As suas importações totais de produtos agrícolas elevam-se a 4.000 milhões de dólares por ano, incluindo 1.000 milhão de produtos tropicais. Onde compra ela os cereais de que tanto necessita para o consumo interno? Três quartos aproximadamente provêm dos chamados "países brancos" do Commonwealth: Canadá e Austrália. A despeito da desintegração do Império Colonial, a Grã-Bretanha conseguiu manter importantes posições e continua desempenhando papel decisivo nas regiões do globo terrestre, que até bem pouco tempo estavam sob seu domínio. A razão dessa preferência está nos preços. A Grã-Bretanha paga os cereais a um preço tão baixo ao Canadá como à Austrália e a seus demais fornecedores. O preço dito "mundial" (que é na realidade um preço de excedentes) é nìtidamente inferior aos preços vigentes nos países-membros do Mercado Comum. Ela realiza,

assim, em relação à França, uma economia de 11 a 15 francos novos em cada quintal de trigo, de 9 francos novos no milho e de 7 francos novos na cevada. Em compensação, com a Alemanha Federal que é, depois da Grã-Bretanha, o segundo importador mundial de trigo e de cereais, a economia é maior ainda: 25 francos novos no trigo e 27 na cevada.

Ao mesmo tempo, porém, existe outro problema. Apenas um sétimo das exportações britânicas se destina aos países do Mercado Comum e pouco menos da metade às nações do Commonwealth. A Grã-Bretanha praticaria um suicídio se sacrificasse suas relações com o Commonwealth para entrar na Comunidade da Europa Ocidental. Por outro lado, perder o mercado dos Seis (14% de suas exportações) seria para a sua economia um golpe muito duro, especialmente agora que procura contrabalançar os efeitos negativos da diminuição do comércio com o Commonwealth, abrindo novos mercados ou ampliando mercados tradicionais no mundo inteiro. A França conseguiu que grande parte dos países africanos, que estavam sob seu domínio, fôsse incorporada ao Mercado Comum, por meio de uma cláusula especial do Tratado de Roma. No caso da Grã-Bretanha, semelhante vantagem não seria possível, pelo menos de início, pois, sendo incondicional, tal adesão significaria o colapso de suas exportações de bens de equipamento para o Commonwealth.

Essas pequenas explicações ajudam a compreender as divergências existentes no campo imperialista entre os países-membros do Mercado Comum Europeu, de um lado, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, do outro.

Atualmente, a Alemanha Federal precisa da França, pois ainda não é internacionalmente "respeitável", mas sua potência industrial (aço: duas vêzes mais; carvão: três vêzes) lhe dará, com o decorrer dos anos, uma hegemonia incontestável dentro da Nova Europa. Acrescenta-se a isso a aliança do General De Gaulle com o ditador Franco, portanto, com um dos regimes mais reacionários da Europa, sem falar nas perspectivas de uma aliança com Salazar, e veremos logo que a Santa Aliança degaulista, apoiado num país como a Alemanha Federal, onde os meios revisionistas e revanchistas com a aprovação de ex-oficiais nazistas, em cargos de comando da Bundeswehr ou da OTAN, não escondem seus propósitos agressivos, essa Santa Aliança não passa de um eixo imperialista, ainda em formação é verdade, mas que poderá exercer poderosa influência no mundo de amanhã.

Para os países em vias de desenvolvimento e de industrialização, como o Brasil, a existência do Mercado Comum Europeu constitui gravíssimo problema cuja evolução precisa ser acompanhada atentamente, pois pairam ameaças terríveis sôbre seu comércio exterior. Na Conferência Econômica do Cairo, que se realizou em meados de 1962, as nações não-alinhadas manifestaram sua apreensão pelos efeitos negativos da existência de blocos dêsse gênero. Disse muito bem Ayub-jan, Presidente do Paquistão:

"A pior forma de imperialismo econômico está nas decisões dos países industrialmente desenvolvidos de, êles mesmos, produzir tudo sem deixar a possibilidade de fabricar artigos manufaturados aos países que iniciam seu desenvolvimento econômico".

Na verdade, hoje em dia, o imperialismo internacional caracteriza-se por três aspectos: a luta contra o campo socialista e os movimentos revolucionários, com o aceleramento da corrida armamentista; as contradições internas alimentadas pelo Mercado Comum Europeu; e, finalmente, a penetração econômica e política nos países subdesenvolvidos, mediante planos de ajuda e investimentos maciços. Contra êsses tentáculos do imperialismo os povos terão de lutar nos próximos anos.

Rio de Janeiro, março de 1963.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS DA COMPOSITORA GRÁFICA LUX LTDA., RUA FREI CANECA, 224 - RIO DE JANEIRO, PARA A EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A., EM MARÇO DE 1963.